

Denise Helena França Marques

**Circularidade na fronteira do Paraguai e
Brasil: o estudo de caso dos
“brasiguaios”**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2009

Denise Helena França Marques

Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”

Tese apresentada ao curso de doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Roberto do Nascimento Rodrigues
Co-orientador: Prof. Dimitri Fazito de Almeida Rezende
Co-orientador: Prof. Weber Soares

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2009

Folha de Aprovação

*Dedico à memória de meu pai, Paulo, à
minha mãe e ao meu avô Ulmes*

AGRADECIMENTOS

Obrigada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro durante os cinco anos de pós-graduação. Graças ao CNPq pude me dedicar exclusivamente ao doutorado do CEDEPLAR/UFMG.

Agradeço à Márcia Sprandel pela generosidade e atenção desde sempre. Pela motivação e pelas importantes sugestões de temas para esta tese. Ao Sylvain Souchaud pela gentileza de ter me disponibilizado os dados dos censos paraguaios. Ao Celso Salim pelo acesso à sua biblioteca pessoal. Ao José Lindomar por atender prontamente à todas às minhas solicitações e esclarecimentos. À Irmã Teresinha, Irmã Roseli, Irmã Ilda, Sr. Jabá e família, Sr. Osmar e família, membros da Pastoral do Migrante. Todos eles contribuíram de diferentes maneiras para o sucesso do trabalho de campo. Agradeço também aos meus assistentes de pesquisa pelas caronas e disponibilidade de tempo.

Ao Irineu Rigotti e ao Duval Magalhães pelas sugestões no exame de qualificação.

Ao Fundo de População das Nações Unidas, especialmente à Taís de Freitas, pelo apoio e pelos recursos que financiaram este trabalho, sem os quais não seria possível sua conclusão.

Meus agradecimentos especiais aos professores do CEDEPLAR pela confiança, generosidade e transmissão do saber. Ao pessoal da secretaria, do laboratório de informática e da biblioteca. Ao Maurício Lima pelo esforço para entender os conceitos dos efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno e pela ajuda com a base de dados.

Ao Fausto Brito pela oportunidade na iniciação científica, pelo incentivo e força para eu tentar o concurso do mestrado e por ter despertado meu interesse pelos movimentos migratórios. Ao Dimitri Fazito pelos conselhos e grandes contribuições para esta tese. Pelo seu estímulo e entusiasmo em trabalhar com este tema novo. Ao Weber pela coragem de aceitar, já no meio do caminho, o convite para me ajudar nesta empreitada. Ao Roberto, por sempre acreditar no meu potencial, pela oportunidade da orientação e principalmente pelo bom

convívio. Por ter sido um interlocutor paciente e generoso e pela coragem de trabalhar com novas idéias e conceitos. Ao professor José Alberto pela amizade, pelas contribuições ao meu aprendizado profissional e pessoal e pela disponibilidade e paciência para discutir comigo, tantas vezes, os efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno.

Aos meus queridos colegas da coorte 2004: Geovane, Cíntia, Izabel, Clarissa, Laetícia, Luiza, Julio, Juliana, Marisol, Gilberto, Rofília, Elisangêla, Edwan e Mário pela importante e alegre convivência durante esses cinco anos de doutorado. Agradeço também aos demais colegas do CEDEPLAR pela amizade e cordialidade: André Braz, Andrea Simão, Mirian, Helder, Cláudia, Renata, Elisenda, Marisa, Nelson, Douglas, Cristina, Glauco, Gilvan, Mauro, Maria Carolina, Nina, Harley, Vanessa, Maira, Flávia, Luana, Pamila, Luciana Lima, Luciana Luz, Regiane, Everton e Mariana.

Agradeço também ao Bruno Hermann da economia pela disponibilidade de tempo e gentileza com que elaborou o mapa da fronteira do Paraguai e Brasil, utilizado neste trabalho.

À Clarissa pelo ombro amigo e ternura. À Laetícia pela cumplicidade e pelas divertidas tardes na sala 2096. À Cristina, amiga de todas as horas, pelos conselhos, preocupação e solidariedade. À Clarice por tantos anos de dedicação e carinho.

À Jade, Mel, e Zulu, pela amizade irrestrita, amor e companhia. Por tornarem o meu dia-a-dia mais feliz e por despertarem em mim os sentimentos mais nobres. Agradecimento especial à Rubi (*in memorian*) pelo amor incondicional e até mesmo egoísta. Sinto muitas saudades de você!

À família do Wladimir pelo acolhimento e apoio. Agradecimento especial à Adélia pela torcida e carinho.

Ao meu pai (*in memorian*), pela eterna e forte presença. À minha querida mãe, pelo exemplo de vida e de garra. Por sempre acreditar nos meus sonhos e me permitir voar. À minha irmã Daniela por sempre me querer bem.

Aos meus avós, principalmente ao meu avô Ulmes, pela admiração e orgulho exagerado e por ser muito mais que um avô.

Ao Wladimir pelos 10 anos de convivência harmoniosa e cheia de vida. Obrigada pelo incentivo e credibilidade e pela paciência de ouvir tantas vezes as minhas reclamações e repetições. Obrigada também por entender e aceitar minha ausência e por tornar minha vida ainda mais feliz.

A Deus pela oportunidade de aprender e amadurecer com os desafios, pela força e esperança nos momentos mais difíceis dessa travessia.

Por fim, a todos os brasileiros, paraguaios e “brasiguaios” que cruzaram o meu caminho neste longo e sinuoso percurso do doutorado. Sentirei saudades!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI – Associação Latinoamericana de Integração

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CARICOM – Comunidade do Caribe

CELADE – Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografia

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

DGEEC - Dirección General de Estadística Encuestas y Censos

DIR – Efeito Direto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IND1 – Efeito Indireto do tipo 1

IND2 – Efeito Indireto do tipo 2

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

UE – União Européia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: PADRÕES E TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE HUMANA	6
2.1 As migrações internacionais no contexto mundial.....	6
2.2 América Latina e Caribe no cenário dos fluxos internacionais	12
2.2.1 Migração e mobilidade transfronteiriça nos países do MERCOSUL	18
3 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ORIGEM E PERPETUAÇÃO DOS FLUXOS.....	31
3.1 A emergência dos fluxos migratórios internacionais.....	31
3.2 A continuidade dos movimentos internacionais.....	38
3.3 Teoria dos sistemas de migração internacional	42
4. O SISTEMA DE MIGRAÇÃO BRASIL-PARAGUAI: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE TRANSNACIONAL “BRASIGUAIA”	50
4.1 O sistema de migração Brasil-Paraguai	50
4.2 A imigração de retorno e a formação de uma comunidade transnacional “brasiguaia: dados e métodos	56
4.2.1 Metodologia para estimação dos efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno.....	58
4.3 A imigração de retorno e a formação de uma comunidade transnacional “brasiguaia”: uma análise das estimativas.....	63
4.4 A comunidade transnacional “brasiguaia”	70
5 PESQUISA QUALITATIVA: CONCEITOS E ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS.....	75
5.1 O movimento circular como objeto do estudo	75
5.2 Quem são os “brasiguaios” investigados?.....	80
5.3 Algumas considerações acerca dos dados secundários disponíveis	80

5.4 Produção e método de análise dos dados qualitativos.....	83
5.4.1 A entrevista em profundidade.....	85
5.4.2 Os municípios contemplados	88
5.4.3 Análise dos dados e das entrevistas	92
6 TEM DIA QUE ESTOU NO BRASIL..., TEM DIA QUE EU ESTOU NO PARAGUAI..., PARA MIM É A MESMA “CIDADE”	95
6.1 Um breve perfil dos municípios paraguaios visitados.....	95
6.2 Perfil dos “brasiguaios” entrevistados.....	105
6.3 A identidade “brasiguaiia” segundo a percepção da população envolvida....	109
6.4 As motivações para a circulação dos “brasiguaios” na fronteira	113
6.5 Síntese dos resultados	124
7. CONCLUSÃO.....	127
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
9 ANEXOS	145
Anexo A.....	146
Anexo B.....	147
Anexo C.....	151

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS NO MUNDO E NAS SUAS GRANDES REGIÕES E INDICADORES SELECIONADOS COM BASE NO ESTOQUE DE MIGRANTES INTERNACIONAIS, 1970-2000.....	11
TABELA 2- ESTOQUE DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS INTRA-REGIONAIS NOS PAÍSES DO MERCOSUL, SEGUNDO PAÍS DE NASCIMENTO DO IMIGRANTE, 1970-1995.....	20
FIGURA 1 – ESTRUTURA DE UM SISTEMA DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL.....	45
QUADRO 1- INFORMAÇÕES DE ÚLTIMA ETAPA E DATA-FIXA: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PARA CAPTAR OS RETORNADOS INTERNACIONAIS QUE REEMIGRARAM DENTRO DO BRASIL, 1991 E 2000.....	58
FIGURA 2 – EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO: FAMÍLIAS CUJOS CHEFES/PESSOA DE REFERÊNCIA SÃO RETORNADOS INTERNACIONAIS.....	61
FIGURA 3– EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO: FAMÍLIAS CUJOS CHEFES/PESSOAS DE REFERÊNCIA SÃO IMIGRANTES INTERNACIONAIS.....	62
TABELA 3- BRASIL: UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE DESTINO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS E RETORNADOS DO PARAGUAI NOS QÜINQUÊNIOS DE 1986/1991 E 1995/2000.....	64
TABELA 4- BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO SELECIONADAS: EFEITO DIRETO DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO DO PARAGUAI, 1981/1991 E 1990/2000.....	65
TABELA 5- BRASIL: EFEITO DIRETO DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO DE BRASILEIROS DO PARAGUAI, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, 1981/1991 E 1990/2000.....	66

TABELA 6- BRASIL: FILHOS NASCIDOS NO PAÍS APÓS O RETORNO DAS MÃES BRASILEIRAS DO PARAGUAI (EFEITO INDIRETO 1), POR SEXO, 1981/1991 E 1990/2000.....	67
TABELA 7- BRASIL: IMIGRANTES INTERNACIONAIS NÃO BRASILEIROS ORIUNDOS DO PARAGUAI, QUE ENTRARAM NO PAÍS ACOMPANHADOS POR ALGUM FAMILIAR BRASILEIRO (EFEITO INDIRETO 2), SEGUNDO RELAÇÃO COM O CHEFE/ PESSOA DE REFERÊNCIA DA FAMÍLIA, POR SEXO, 1981/1991.....	68
TABELA 8- BRASIL: IMIGRANTES INTERNACIONAIS NÃO BRASILEIROS ORIUNDOS DO PARAGUAI, QUE ENTRARAM NO PAÍS ACOMPANHADOS POR ALGUM FAMILIAR BRASILEIRO (EFEITO INDIRETO 2), SEGUNDO RELAÇÃO COM O CHEFE/ PESSOA DE REFERÊNCIA DA FAMÍLIA, POR SEXO, 1990/2000.....	69
FIGURA 4 – FLUXOS RECÍPROCOS E DESLOCAMENTO DE PESSOAS.....	77
QUADRO 3- FATORES QUE CONCORRERAM PARA A ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS PARAGUAIOS A SEREM VISITADOS.....	88
TABELA 9- PARAGUAI: POPULAÇÃO TOTAL, TOTAL DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS E DE BRASILEIROS, POR DEPARTAMENTO, 1992 E 2002.....	90
TABELA 10- AMAMBAY E CANINDEYÚ: POPULAÇÃO TOTAL, ESTOQUE DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS E DE BRASILEIROS, SEGUNDO DISTRITOS, 2002.....	92
QUADRO 2 – CATEGORIAS PRINCIPAIS E SUBCATEGORIAS DAS INFORMAÇÕES QUALITATIVAS COLETADAS EM CAMPO.....	94
FIGURA 5- BRASIL E PARAGUAI: MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS VISITADOS.....	96
FIGURA 6- FOTO DE SATÉLITE DA FRONTEIRA SECA QUE SEPARA PARANHOS, NO BRASIL, DE YPEHJÚ, NO PARAGUAI, 2009.....	98
FIGURA 7- LINHA INTERNACIONAL QUE SEPARA YPEHJÚ, NO PARAGUAI, DE PARANHOS, NO BRASIL, 2009.....	99

FIGURA 8- PRIMEIRO QUARTEIRÃO DE PEDRO JUAN CABALLERO, 2009.....	100
FIGURA 9- FOTO DE SATÉLITE DA FRONTEIRA SECA QUE SEPARA PONTA PORÃ, NO BRASIL, DE PEDRO JUAN CABALLERO, NO PARAGUAI, 2005.....	101
FIGURA 10- FOTO DE SATÉLITE DA FRONTEIRA ENTRE GUAÍRA, NO BRASIL, SALTO DEL GUAIRÁ, NO PARAGUAI E DA PONTE AYRTON SENNA, 2009.....	104
FIGURA 11- AVENIDA PARAGUAI EM SALTO DEL GUAIRÁ, 2009.....	105
TABELA 11 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DETALHADO DOS “BRASIGUAIOS” ENTREVISTADOS EM YPEHJÚ, SALTO DEL GUAIRÁ E PEDRO JUAN CABALLERO	107
QUADRO 4 - ASPECTOS DOS TRANSNACIONALISMO “BRASIGUAIO”	113
FIGURA 12- Balsa vinda de Guaíra, no Brasil, com estudantes chegando de escolas brasileiras	118
A 1 - MUNDO: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS, POR ESTOQUE, DISTRIBUIÇÃO RELATIVA E DISTRIBUIÇÃO ACUMULADA, 1970 E 2000.....	146
C 1 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS “BRASIGUAIOS” ENTREVISTADOS EM YPEHJÚ, SALTO DEL GUAIRÁ E PEDRO JUAN CABALLERO, 2008.....	151
C 1 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS “BRASIGUAIOS” ENTREVISTADOS EM YPEHJÚ, SALTO DEL GUAIRÁ E PEDRO JUAN CABALLERO, 2008.....	152
C 1 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS “BRASIGUAIOS” ENTREVISTADOS EM YPEHJÚ, SALTO DEL GUAIRÁ E PEDRO JUAN CABALLERO, 2008.....	153

RESUMO

A emigração massiva de brasileiros para o Paraguai iniciou-se no final da década de 1950, intensificou-se nos dois decênios seguintes e, nas duas últimas décadas tem dado lugar a uma migração internacional de retorno de brasileiros provenientes do Paraguai. Esse fenômeno, aliado ao desenvolvimento de um comércio na região de fronteira e aos deslocamentos que marcam uma circularidade transfronteiriça entre o Brasil e o Paraguai, configuram alguns dos fatores que concorreram para a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia”. Residir no Paraguai e circular nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil é uma prática muito comum dos “brasiguaios”, sobretudo daqueles que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil.

A proposta desta tese é investigar as motivações dos “brasiguaios” para circularem nas fronteiras entre o Paraguai e o Brasil, mais especificamente daqueles que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil. As informações presentes nos censos demográficos brasileiros permitem caracterizar os retornados originários do Paraguai, assim como descobrir os municípios que mais receberam essa população nos últimos anos. No entanto, os atributos sociodemográficos dos “brasiguaios” que residem no Paraguai não são captados pelos censos brasileiros, muito menos as informações relativas às motivações subjacentes ao trânsito dessas pessoas na fronteira do Brasil com o Paraguai. Os censos paraguaios, por sua vez, também não disponibilizam essas informações para seus residentes. Diante de tais limitações, a técnica qualitativa foi eleita a mais adequada para investigar as motivações para o intenso trânsito dos “brasiguaios” nas fronteiras entre o Paraguai e o Brasil. Foram realizadas 39 entrevistas em profundidade com os “brasiguaios” residentes em Ypehjú, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero. Constatou-se que a circularidade dos “brasiguaios” nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil é motivada pela demanda de serviços públicos nas áreas de saúde e educação, de benefícios assistenciais, por compras, visitas, religião e trabalho. Essas demandas revelam as diferentes estratégias de adaptação e sobrevivência dos “brasiguaios”, residentes em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil, e a importância de suas redes pessoais para intercambiar recursos, informações e solidariedade que

os permitam acessar bens e serviços brasileiros. Ademais, chamam atenção dos formuladores de políticas públicas para as regiões de fronteiras nacionais do Brasil, uma vez que essa intensa circularidade pode interferir no equilíbrio da oferta e demanda de serviços públicos brasileiros.

ABSTRACT

The mass emigration of Brazilians from Brazil to Paraguay began at the end of the 1950's, and it was intensified in the following two decades (the 1960's and the 1970's), and the last two decades have given place to an international migration of Brazilians returning from Paraguay. This phenomenon, along with the development of commercial businesses in the border region and the displacements that mark an international transborder circulation between Brazil and Paraguay, configures some of the factors that have contributed to the formation of "brasiguaias", a transnational community. Residing in Paraguay and circulating through the national borders of Paraguay and Brazil is a common practice amongst "brasiguaios", especially those who live in Paraguayan cities bordering Brazil.

The purpose of this thesis is to investigate the motivations of the "brasiguaios" to circulate between the borders of Paraguay and Brazil, more specifically, those "brasiguaios" residing in Paraguayan cities bordering Brazil. The current information in the Brazilian demographic censuses allows us to identify which part of the returning population actually originated from Paraguay, as well as discover which cities have received most of this population in recent years. However, the sociodemographical attributes of the "brasiguaios" which reside in Paraguay are not caught by the Brazilian censuses, much less the relative information concerning underlying motivations for their transit on the border of Paraguay and Brazil. The Paraguayan censuses, in turn, do not provide this information about its residents either. Realizing these, the qualitative technique was chosen as most appropriate in order to investigate the motivations for the intense transit of the "brasiguaios" between the borders of Paraguay and Brazil. Thirty-nine in-depth interviews took place with the "brasiguaios" residents in Ypehjú, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero. It was established that the circulation of the "brasiguaios" between the national borders of Paraguay and Brazil is motivated by the demand of public services in the areas of health and education, social aides and benefits, shopping, visits, religion and work. These demands reveal different strategies of adaptation and survival of the "brasiguaios", the residents of Paraguayan cities bordering Brazil, and the importance of their personal networks to exchange

resources, information and solidarity that allow them to have access to Brazilian goods and services. Moreover call attention to the public policy makers in the national border regions of Brazil, and make them aware that this large circulation can possibly interfere with the balance of offers and demands of public Brazilian services.

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX e especialmente nos dias atuais, início do século XXI, os fluxos migratórios internacionais são reconhecidos como elementos vitais para o processo de desenvolvimento de países e regiões. Em 1960, o estoque de imigrantes internacionais no mundo, ou seja, o número de pessoas vivendo fora de seus países de nascimento, era cerca de 76 milhões de pessoas (Internacional, 2005). Em 2000, esse volume mais que duplicou, atingindo o patamar de 175 milhões de imigrantes. Isso significa um crescimento médio anual de 2,1%, média superior ao crescimento da população mundial nesse mesmo período, que foi de 1,7% (United Nations, 2008).

Grande parte dos fluxos migratórios internacionais acontece entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos (Sul-Norte), mas numerosas trocas populacionais também ocorrem entre os próprios países em desenvolvimento (Sul-Sul). Villa & Martinez (2000) ressaltam que os deslocamentos humanos nas fronteiras nacionais, dentro da América Latina e Caribe, são muito freqüentes, facilitados pela proximidade geográfica e cultural. Para esses autores, os países de destino são aqueles cuja estrutura produtiva é favorável à geração de empregos. Contudo, é importante destacar que fatores estruturais e político-sociais também exercem fortes influências sobre a decisão do migrante. Para se ter uma idéia da importância desses fatores, nos anos 1980, por exemplo, os conflitos e convulsões político-sociais que tiveram lugar em vários países da América Central foram responsáveis pelo deslocamento e expatriação de um elevado volume de população. Só nos primeiros anos da década de 1990, a população de refugiados nesse subcontinente superou 1,1 milhão de pessoas (1.163.030 refugiados), com destaque para o México, Honduras e Costa Rica, países acolhedores da maioria desses refugiados (Pellegrino, 2001, p. 43).

No âmbito da mobilidade populacional internacional, além da migração tradicional, sempre estiveram em curso modalidades de deslocamento que não envolvem mudança de residência. A crescente abertura das economias nacionais e o

desenvolvimento de tecnologias ligadas aos transportes e às comunicações, que diminuem as barreiras físicas e culturais, têm contribuído para o crescimento de tais deslocamentos internacionais.

As regiões de fronteiras nacionais são importantes cenários de deslocamentos populacionais que não resultam em mudança de residência. Esses movimentos podem ser circulatorios e de outra natureza, como a mobilidade diária dos “brasiguaios” que cruzam as fronteiras do Paraguai e do Brasil motivados por uma variedade de fatores. Esses deslocamentos são muito peculiares, porque ocorrem entre países e em fronteiras que são, ao mesmo tempo, permeáveis e rígidas. A permeabilidade da fronteira está na utilização alternativa, por parte dos demandantes, de serviços ofertados num ou noutro lado da fronteira nacional, sobretudo de transportes, saúde, educação, comunicação, entre outros. Já a rigidez está presente na separação do espaço em duas soberanias, com todas as suas diferenças significativas quanto a fatores tais como normas, sistemas administrativos, preços e produtividade.

Apesar da intensidade e volume dos deslocamentos populacionais nas regiões de fronteiras nacionais, pouco se conhece a respeito desse fato. Diversos pesquisadores, no decorrer de suas investigações acadêmicas, identificaram a circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Paraguai e Brasil, mas, como esse não era o foco de suas pesquisas, somente mencionaram o fenômeno, o que deixou uma lacuna a respeito do assunto. Este trabalho insere-se no âmbito daqueles que focalizam deslocamentos populacionais motivados por questões que não demandam, ou não requerem, mudanças de residência, configurando-se, portanto, não como fluxos migratórios, mas como movimentos circulares. A proposta desta tese é investigar as motivações dos “brasiguaios” para essa circulação nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil, mais especificamente dos que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil.

A década de 1980, sobretudo o segundo quinquênio, presenciou um êxodo significativo de retornados do Paraguai para o Brasil. Foi nessa época que surgiram os “brasiguaios”. Esse termo possuía, até então, apenas uma conotação política. As famílias expulsas do Paraguai pelo novo modelo de reestruturação produtiva se viram obrigadas a retornar para o Brasil e reivindicar seus direitos à

terra. Sob o amparo da denominação “brasiguaios”, esses imigrantes procuraram se distinguir de outros grupos que também reivindicavam a posse da terra no país.

Os “brasiguaios” aqui pesquisados são indivíduos transnacionais, porque mesclam as culturas dos dois países e possuem vínculos sociais, econômicos e políticos, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Esses indivíduos possuem nacionalidade brasileira e/ou paraguaia (filhos de brasileiros que compõem a segunda geração de imigrantes residentes no Paraguai) e lançam mão de estratégias de adaptação e sobrevivência mais baratas e seguras, se comparados a outros transmigrantes.

Os movimentos dos “brasiguaios”, ao serem tomados como um estudo de caso, inserem-se no âmbito das investigações que buscam contribuir para políticas sociais direcionadas aos municípios ou regiões de fronteira do Brasil com outros países, como, por exemplo, para a delimitação da oferta e demanda de serviços públicos. Tal incorporação torna bem mais complexa a discussão e definição dos públicos-alvo dessas políticas ou programas, mas é fundamental para uma consideração mais abrangente acerca do seu volume/dimensão e qualidade.

Investigar as motivações para a circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Paraguai e Brasil justifica-se por várias razões. Em primeiro lugar, porque as motivações para a circularidade dos “brasiguaios” na fronteira do Paraguai e Brasil são de diferentes ordens. As motivações para a circulação de jovens adultos nessa fronteira, por exemplo, são bem diferentes daquelas que levam os idosos a transitarem nela. Em segundo lugar, pela especificidade do sistema de migração Brasil-Paraguai. Em geral, as correntes migratórias originam-se em países em desenvolvimento e destinam-se aos países ricos. Não cabe aqui discutir as causas dessa migração, mas apenas enfatizar sua direção, já que a emigração de brasileiros para o Paraguai e o posterior retorno de milhares deles constitui um caso particular. As correntes, contracorrentes e a circulação entre o Paraguai e Brasil ocorrem entre dois países periféricos, com diferenças econômicas significativas. Outro aspecto importante é a frágil situação socioeconômica de grande parcela dos “brasiguaios” retornados do Paraguai, conforme constatado por Carvalho (2004) para os quinquênios de 1986/1991 e

1995/2000. A maioria das famílias desses “brasiguaios” retornados é chefiada por indivíduos com baixa escolaridade e renda, o que requer uma atenção especial dos formuladores de políticas sociais. Em quarto lugar, é importante estudar, no âmbito dos movimentos migratórios internacionais, os movimentos circulares nas fronteiras nacionais, assim como suas particularidades, uma vez que tais movimentos são capazes de interferir no dimensionamento da demanda e oferta de serviços e dos mercados consumidores dos países envolvidos. Em quinto, estudar essas motivações é de grande importância para a construção e efetivação de projetos discutidos no âmbito do Mercosul, como a livre circulação de pessoas e a legalização de programas e acordos binacionais de dupla cidadania. Ademais, os resultados do estudo podem servir para o estabelecimento de bases e diretrizes capazes de gerenciar tais deslocamentos, de tal forma a preservar, a um só tempo, o direito de ir e vir das pessoas e as soberanias nacionais, garantindo condições dignas de sobrevivência aos segmentos populacionais envolvidos.

Para o desenvolvimento dos seus objetivos, esta tese é organizada em seis capítulos. O Capítulo 2 apresenta um panorama geral dos fluxos migratórios internacionais no mundo e na América Latina e Caribe, tendo como pano de fundo os diferentes contextos econômicos, políticos e demográficos que modelaram a história da humanidade desde a colonização do Novo Mundo. Maior atenção é dada à migração e, sobretudo, aos movimentos circulares que acontecem entre os países que compõem o MERCOSUL, especialmente entre o Brasil e o Paraguai. O Capítulo 3 focaliza as principais proposições teóricas que procuram explicar a origem e perpetuação da migração internacional. A expressiva migração de brasileiros para o Paraguai, o posterior retorno de milhares deles e o intenso trânsito nas fronteiras nacionais desses dois países são fenômenos analisados dentro da perspectiva de um sistema de migração, conforme definido por Kritz & Zlotnik (1992) e replicado por Fazito (2008). Nessa ótica, o Capítulo 4 apresenta uma síntese dos traços característicos do sistema de migração Brasil-Paraguai, que originou a formação da comunidade transnacional “brasiguai”. O foco do Capítulo 5 é a conceituação do termo circularidade, adotado para denominar os deslocamentos que acontecem entre o Paraguai e o Brasil, a justificativa para escolha dos municípios que constituem o universo de

investigação da pesquisa, assim como uma descrição da metodologia qualitativa adotada na coleta e análise dos dados. A apresentação e análise dos resultados são contemplados no Capítulo 6. Por fim, o Capítulo 7 apresenta uma síntese dos principais resultados, além de indicações de estudos futuros que poderiam elucidar com maior profundidade as questões abordadas ao longo do trabalho.

2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: PADRÕES E TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE HUMANA

Neste capítulo apresenta-se, de maneira sucinta, a história das migrações internacionais no mundo e na América Latina e Caribe. Adota-se a periodização realizada por Massey *et al* (1998) e Pellegrino (2002; 2003), com o propósito de facilitar a análise e o entendimento dos fluxos migratórios internacionais. Maior ênfase é dada à migração entre os países que compõem o MERCOSUL e, sobretudo, à circulação transfronteiriça, especialmente entre o Brasil e o Paraguai, que constitui o objetivo específico de investigação proposto neste trabalho.

2.1 As migrações internacionais no contexto mundial

Os movimentos populacionais sempre estiveram presentes na história da humanidade. Motivados por diversos fatores, tais como mudanças climáticas, econômicas e crescimento demográfico, homens e mulheres sempre se deslocaram no espaço. Contudo, a construção dos Estados Nacionais na Europa foi um marco importante na história das migrações. A extensão espacial do poder do Estado e, com ele, a delimitação das fronteiras nacionais “transformou” muitos dos deslocamentos humanos em migrações internacionais. A colonização de territórios de além-mar e a industrialização deram grande impulso para esses fluxos migratórios internacionais. O antigo sistema colonial foi responsável por um volumoso influxo de europeus e, sobretudo, africanos para regiões do globo até então pouco povoadas. As revoluções industriais que tiveram lugar nos séculos XVIII e XIX introduziram novas tecnologias na produção manufatureira e exigiram a quebra de monopólios e do exclusivo comercial (Brito, 1995, p. 2). A instabilidade política e econômica na Europa, aliada à reestruturação produtiva do capitalismo, aceleraram a emigração de europeus para o continente americano.

A primeira metade do século XX testemunhou importantes acontecimentos na história da humanidade que contribuíram para o arrefecimento dos fluxos intercontinentais de população. O período entre 1914 e 1945 foi de guerras, estagnação econômica e, conseqüentemente, fortalecimento da hostilidade para com os imigrantes internacionais em muitos países. Após 1945, observou-se, novamente, aumento no volume migratório e mudança em suas características. O continente europeu foi cenário de numerosos fluxos populacionais intracontinentais, graças aos programas de recrutamento de mão-de-obra dentro do próprio continente; e recebeu também muitos imigrantes ultramarinos, oriundos principalmente das ex-colônias. Uma característica importante das migrações internacionais nessa época foi a massiva emigração de europeus para os Estados Unidos e, mais tarde, a emigração de asiáticos e latino americanos para esse país.

Com base em uma estratégia analítica, Massey *et al* (1998) e Pellegrino (2002; 2003) identificaram quatro grandes etapas no processo migratório mundial e tomaram como ponto de partida a ocupação de territórios ultramarinos pelos reinos de Portugal e Espanha. A primeira fase foi caracterizada pela colonização da América, África, Ásia e Oceania e incorporação de população proveniente das metrópoles européias e da África, dessa última em regime de escravidão. A exploração de produtos coloniais era garantida pela mão-de-obra africana que, em condições de escravidão, foi levada às colônias por meio da migração forçada (Pellegrino, 2002; Castles, 2000). Esses trabalhadores desempenharam papéis fundamentais na produção de matérias-primas, como o açúcar, tabaco, café, algodão e ouro, fontes de poder econômico e político das metrópoles européias. Conforme Castles & Miller (1998, p. 53), o trabalho escravo já existia em sociedades pré-capitalistas. Contudo, a emergência de impérios globais e a construção de um mercado mundial (dominado pelo capital mercantil) modificaram as características da escravidão. Os escravos passaram a ser comercializados como *commodities* e eram submetidos a rígidas formas de controle. A maioria deles trabalhava em plantações cuja produção era destinada à exportação, parte integrante do sistema internacional de comércio. Só para se ter uma idéia da grande magnitude de escravos africanos na América, Appleyard (1991) calcula que chegaram nesse continente, antes de 1850, cerca de 15

milhões de africanos escravizados. Tais trabalhadores eram responsáveis pela produção de um terço do valor total do comércio europeu nessa época.

A segunda etapa identificada por Massey *et al* (1998) e Pellegrino (2002; 2003) foi marcada pela industrialização da Europa Ocidental e suas consequências. Entre 1800 e 1925, a escassez de terras e o aumento da pobreza levaram mais de 48 milhões de pessoas a emigrarem para outros continentes. O acelerado crescimento da população europeia, consequência das primeiras etapas da transição demográfica, a instabilidade política e econômica no continente e a existência de extensos territórios com muito baixa densidade demográfica, como, por exemplo, a Oceania e a América, eram os ingredientes perfeitos para as migrações internacionais. Na segunda metade do século XIX, a economia capitalista experimentou um forte crescimento. O desenvolvimento de novas tecnologias na indústria permitiu a expansão de sua produção e a liberação de um excedente demográfico, não absorvido pela economia europeia (Brito, 1995). Ademais, a disputa por mercados consumidores internacionais fez com que os países da Europa entrassem em choque na competição por colônias. Nesta fase, as políticas econômicas foram dominadas pelo liberalismo, que via com bons olhos a entrada de estrangeiros nos Estados Nacionais.

A emigração europeia extracontinental decresceu substancialmente com a iminência de uma guerra (Primeira Guerra Mundial), mas foi a Grande Depressão que pôs fim ao apogeu do liberalismo econômico e aos volumosos fluxos migratórios internacionais. Nesse terceiro estágio da história das migrações (Massey *et al*, 1998; Pellegrino, 2002; 2003), muitos países adotaram medidas para limitar a entrada de estrangeiros em seus territórios. Nos Estados Unidos, grupos nacionalistas encararam os imigrantes europeus como ameaça à ordem pública e aos valores americanos (Castles, 2000). Se, por um lado, vários países restringiram, por meio de leis, a entrada de imigrantes, por outro, assistiu-se à retração da propensão emigratória europeia. Os fluxos migratórios internacionais nessa época limitaram-se aos movimentos internacionais de refugiados, perseguidos por questões políticas e étnicas.

A quarta etapa na história dos fluxos internacionais de população surgiu no período do pós-guerra, durante a década de 1960, e caracterizou-se pelo

aumento e mudança de direção dos fluxos migratórios internacionais. A América Latina, por exemplo, passa de grande receptora de imigração transatlântica para expulsora de população em direção aos países desenvolvidos, sobretudo para os Estados Unidos, em meio ao incremento no número de nações participantes das trocas populacionais. Muitos países do Terceiro Mundo, destino dos fluxos na época do colonialismo e imperialismo, se transformaram em regiões de origem (Massey *et al*, 1998).

Castles (2000) distingue duas etapas dos fluxos internacionais, que compreendem o que Massey *et al* (1998) denominaram de último período na história das migrações internacionais. A primeira, iniciada em 1945, durou até 1973, com a crise do petróleo, quando o crescimento econômico estimulou a emigração de mão-de-obra da África, Ásia e América Latina e Caribe para a Europa Ocidental, América do Norte e Oceania. A segunda fase, principiada no segundo quinquênio da década de 1970, quando os investimentos em capital foram deslocados dos velhos centros e formas transnacionais de produção e distribuição reformularam a economia mundial. Os países industrializados passaram a receber novos tipos de fluxos populacionais e diferentes nações surgiram como receptoras de imigrantes internacionais.

As migrações internacionais intracontinentais na Europa Ocidental iniciaram-se por volta da segunda metade do século XX. Entre 1950 e 1975, grande parte dos fluxos migratórios ocorreu dentro do próprio continente europeu. Muitos trabalhadores saíram dos países localizados no sul da Europa, relativamente intensivos em mão-de-obra (Itália, Espanha, Portugal e Grécia), e se dirigiram para o norte e o oeste europeu, países intensivos em capital e escassos em mão-de-obra (Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Suécia). No final dos anos 1960, a economia de países como Portugal, Espanha e Itália começou a se tornar intensiva em capital. A escassez de mão-de-obra nesses países, causada pela emigração massiva de trabalhadores na década anterior, fez com que a importação de trabalhadores se tornasse necessária. Assim, durante a década de 1970, numerosos imigrantes desembarcaram nesses países, oriundos principalmente do Oriente Médio e Norte da África (Massey *et al*, 1998).

Poder-se-á supor que esses imigrantes deveriam retornar para seus países de origem assim que as condições econômicas que causaram tal importação de mão-de-obra desaparecessem. Entretanto, um grande número de trabalhadores migrantes optou por permanecer nos países de destino e requereu a entrada de membros de suas famílias, como esposas, filhos e outros parentes.

Nos países do Golfo Pérsico e nos “Tigres Asiáticos”, os fluxos migratórios internacionais principiaram-se em 1973 e na década de 1980, respectivamente. Esses grupos de países também adotaram políticas de recrutamento de mão-de-obra no exterior. A necessidade da economia dessas regiões de importar trabalhadores para suprir as demandas internas fez com que os países, assim como algumas nações européias, passassem de exportadores a importadores de mão-de-obra.

A última década do século XX inaugurou uma fase sem precedentes na história das migrações internacionais. Em 2000, de cada 35 pessoas no mundo, uma residia num país diferente do seu país de nascimento (Internacional, 2005). Isso significa que o total de imigrantes representava 2,9% da população mundial, em 2000, percentual um pouco superior ao de 1970, que era de 2,2% (TAB. 1). Vale ressaltar que essas informações referem-se ao estoque acumulado de imigrantes documentados, isto é, são cifras subenumeradas, uma vez que existem milhares de migrantes ilegais espalhados pelo mundo.

O aumento da participação dos migrantes internacionais no total da população mundial deveu-se, em boa parte, ao surgimento de novos países, com a decomposição da antiga União Soviética, na década de 1990, que ao incremento dos fluxos internacionais. Em 1991, quando a ex-União Soviética se desintegrou em 15 novos países, o estoque de imigrantes internacionais no mundo se elevou drasticamente. As pessoas que eram consideradas imigrantes internos, dentro da república soviética, adquiriram o status de imigrantes internacionais com a independência de seus países de nascimento (International, 2005).

Tabela 1- Evolução do número de migrantes internacionais no mundo e nas suas grandes regiões e indicadores selecionados com base no estoque de migrantes internacionais, 1970-2000

Principais regiões	Número de migrantes internacionais				Taxa média anual de crescimento do número de migrantes internacionais			Proporção dos migrantes internacionais em relação à população total		Distribuição percentual dos migrantes internacionais por região	
	(em milhões)				(percentual)			1970	2000	1970	2000
	1970	1980	1990	2000	1970/1980	1980/1990	1990/2000				
Mundo	81,5	99,8	154,0	174,9	2,0	4,3	1,3	2,2	2,9	100,0	100,0
Países desenvolvidos	38,3	47,7	89,7	110,3	2,2	6,3	2,1	3,6	8,7	47,0	63,1
Países desenvolvidos, com exceção da URSS	35,2	44,5	59,3	80,8	2,3	2,9	3,0	4,3	8,3	43,2	46,2
Países em desenvolvimento	43,2	52,1	64,3	64,6	1,8	2,1	0,0	1,6	1,3	53,0	36,9
África	9,9	14,1	16,2	16,3	3,6	1,4	0,0	2,8	2,0	12,1	9,3
Ásia*	28,1	32,3	41,8	43,8	1,4	2,6	0,5	1,3	1,2	34,5	25,0
América Latina e Caribe	5,8	6,1	7,0	5,9	0,7	1,3	-1,7	2,0	1,1	7,1	3,4
América do Norte	13,0	18,1	27,6	40,8	3,3	4,2	3,9	5,6	12,9	15,9	23,3
Oceania	3,0	3,8	4,8	5,8	2,1	2,3	2,1	15,6	18,8	3,7	3,3
Europa**	18,7	22,2	26,3	32,8	1,7	1,7	2,2	4,1	6,4	22,9	18,7
Antiga URSS	3,1	3,3	30,3	29,5	0,5	22,3	-0,3	1,3	10,2	3,8	16,8

(*) Com exceção de Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

(**) Com exceção de Belarus, Estônia, Letônia, Lituânia, República da Moldova, Federação Russa e Ucrânia.

Fonte: UNITED NATIONS, 2005.

Embora os valores absolutos gerem certa perplexidade, a participação do estoque de migrantes internacionais na população mundial não chegou a 3,0%, em 2000. Porém, olhando com atenção essa participação por região, percebe-se a importante representatividade dos imigrantes internacionais na população total da Oceania, da América do Norte e da Europa, sobretudo no ano 2000 (TAB. 1).

A TAB.1 mostra que, em 1970 e 1980, os países em desenvolvimento concentravam mais da metade do estoque total de imigrantes internacionais do mundo. Em 1990, observa-se uma inversão nessa concentração. Os países economicamente mais ricos passaram a ser os destinos preferenciais de tais imigrantes.

Além disso, comparando os anos de 1970 e 2000, percebe-se que o estoque de migrantes internacionais no planeta permaneceu concentrado em poucos países. Em 1970, além da ex-URSS, outros 22 países concentravam três quartos do estoque total de estrangeiros. Desse total, nove eram países desenvolvidos e 13 em desenvolvimento. No ano 2000, esse número passou para 28, dos quais 11 eram países considerados de Primeiro Mundo, 13 de Terceiro Mundo e quatro surgiram da desintegração da antiga União Soviética (Anexo A). Os Estados Unidos continuaram liderando a classificação dos países com o maior estoque de migrantes internacionais, passando de 9,7 milhões (11,9%), em 1970, para 35,0 milhões (20,0%) em 2000.

2.2 América Latina e Caribe no cenário dos fluxos internacionais

As migrações internacionais são parte fundamental da história da América Latina e Caribe. Mesmo antes da formação dos Estados Nacionais e da existência de fronteiras políticas, os fluxos de pessoas na Região já eram freqüentes, especialmente entre localidades com identidades étnicas e vínculos preestabelecidos (Pellegrino, 2003). Com a instituição de fronteiras pelos estados independentes, no século XIX, a circulação tradicional que ocorria na América Latina e Caribe adquiriu caráter formal de fluxo internacional (Patarra & Antico, 1998).

A história das migrações internacionais na América Latina e Caribe está diretamente ligada à conjuntura econômica mundial. Como mencionado anteriormente, o regime colonial foi responsável pelo influxo de milhões de europeus, e especialmente de escravos africanos, para o continente americano. Na segunda metade do século XIX, o forte crescimento da população de alguns países europeus, que vivenciavam as primeiras etapas da transição demográfica, juntamente com a expansão da indústria e o desenvolvimento de novas tecnologias, também foram causadores da emigração de milhares de europeus, principalmente do Sul da Europa, para a América Latina e Caribe. No período entre guerras, esses fluxos diminuíram e foram perdendo peso, progressivamente, frente à migração intra-regional. Desde a década de 1930, alguns países latino-americanos adotaram um projeto de crescimento econômico baseado no desenvolvimento da indústria nacional. Tal projeto foi intensificado durante a Segunda Guerra Mundial e exitoso até meados dos anos 1970, quando começou a sentir os primeiros sinais de esgotamento. A partir do decênio de 1930 também se observa um crescimento acelerado da população do subcontinente, graças à queda das taxas de mortalidade, combinadas com estabilidade das taxas de fecundidade em níveis elevados. Concomitantemente à esses acontecimentos, ocorreram grandes transformações na distribuição territorial da população, manifestos no êxodo rural e na migração intra-regional, principalmente fronteiriça (Pellegrino, 2001).

Já nas últimas décadas do século XX, a região latinoamericana e caribenha assistiu à reversão das correntes migratórias extracontinentais. O subcontinente deixou de ser eminentemente receptor de população estrangeira e passou a ser visto como expulsor de população em direção aos países desenvolvidos, especialmente para os Estados Unidos (Pellegrino, 2003).

Villa & Matínez (2000) e Lattes & Lattes (1996), baseando-se nessas grandes tendências dos movimentos populacionais na América Latina e Caribe, fizeram um exercício semelhante ao de Massey *et al* (1998) e Pellegrino (2002; 2003). Os autores identificaram três padrões gerais de migração no subcontinente e tomaram como referência a emigração ultramarina (segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX) para a Região.

Lattes & Lattes (1996) estimam que entre 1800 e 1970 a América Latina e o Caribe receberam mais de 21 milhões de imigrantes ultramarinos. Grande parte deles originou-se da Espanha, Portugal Itália e África. Estima-se que só a Argentina recebeu cerca de 3 milhões de italianos.

Durante o último quarto do século XIX, a entrada de italianos, espanhóis e portugueses na Argentina, Uruguai e Brasil se intensificou, assim como a imigração de chineses para o Peru. Entre 1885 e 1894, a Argentina recebeu mais de 1,5 milhão de imigrantes. De acordo com Brito (1995), o Brasil, durante a última década daquele século, acolheu cerca de 1,2 milhão de pessoas. Entre 1901 e 1910, a Argentina foi destino de mais de 1,7 milhão de imigrantes, com destaque para os italianos, os espanhóis e os russos, nesta ordem. No período de 1901 até 1920, chegaram ao Brasil mais de 1,3 milhão de pessoas, oriundas principalmente de Portugal. Nessa época, Uruguai, Chile, México e Cuba também receberam um grande volume de imigrantes europeus (Lattes, 1985). Para Brito (1995, p. 5), os fluxos internacionais que chegaram ao Brasil entre 1890 e 1929 foram comandados especialmente pelas políticas que subsidiavam a imigração de mão-de-obra estrangeira e pela demanda da economia cafeeira em expansão para o oeste paulista.

Com a Primeira Guerra Mundial, os fluxos ultramarinos para a América Latina e Caribe, no quadriênio de 1915 a 1919, diminuíram. Mas na década de 1920 assistiu-se à recuperação de tais movimentos. Só o Brasil, nesse decênio, acolheu mais de 840 mil imigrantes (portugueses, italianos, alemães, espanhóis e japoneses) e a Argentina mais de 1,3 milhão (italianos, espanhóis, poloneses e alemães). Cuba e México, no quadriênio 1920/1924, acolheram 224,5 mil e 176,6 mil imigrantes europeus, respectivamente. O saldo migratório do Uruguai chegou a quase 170,0 mil, o maior volume em uma década, em toda a história do país.

Conforme Lattes (1985), a década de 1930 e a primeira metade dos anos 1940 foram marcadas pela diminuição da imigração de além-mar. A crise de 1929 e a Segunda Grande Guerra foram os principais freios para os movimentos populacionais extra-regionais. Nesta fase, alguns fluxos intra-regionais ganharam destaque. Em 1935, com o fim da guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, muitos desertores bolivianos se instalaram no noroeste da Argentina, em busca

de trabalho na agricultura. A demanda temporária por mão-de-obra boliviana perdurou na Argentina por mais de trinta anos e diminuiu com o advento da mecanização agrícola (Castles & Miller, 1998). A Argentina também recebeu imigrantes oriundos do Paraguai, Chile e Uruguai. Tais imigrantes se dirigiram ao país para trabalhar na agricultura, na manufatura, construção civil e no setor de serviços.

O período pós-guerra testemunhou o que seria a última onda de emigração europeia para os países latinoamericanos e caribenhos. Entre 1941 e 1957, a Argentina acolheu mais de 800 mil imigrantes ultramarinos e o Brasil, no mesmo período, um montante superior a 400 mil. A Venezuela e o Uruguai também foram destinos preferenciais dos emigrantes europeus. Entre 1948 e 1956, o Uruguai recebeu 57,7 mil imigrantes da Europa, cuja maioria era originária da Espanha e Itália. A Venezuela, por sua vez, no período 1950/1957 recebeu 487,8 mil europeus, sobressaindo-se os italianos e os espanhóis.

Lattes (1985) chama atenção para a possibilidade de subestimação dos valores apresentados em seu trabalho, em razão da omissão dos censos, dos sub-registros de entradas e saídas e da inexatidão das informações. Por outro lado, o duplo registro de entradas (fluxos entre países da região) atua em sentido contrário à tal subestimação.

Os anos 1960 presenciaram grandes mudanças nos cenários econômicos e sociais dos países latinoamericanos. Por um lado, a passagem de um modelo econômico, predominantemente agro-exportador, para um de substituição de importações. Por outro, o rápido crescimento populacional de alguns países, como consequência da transição demográfica experimentada em algumas décadas anteriores. Esses acontecimentos desencadearam uma massiva migração interna (do campo para as cidades) e internacional transfronteiriça (Brito, 1995; Kratochwil, 1996; Pellegrino, 2003).

Nesse cenário de transformações, a migração intra-regional ganhou espaço e constituiu o que Villa & Matínez (2000) e Lattes & Lattes (1996) identificaram como o segundo padrão na história das migrações internacionais na América Latina e Caribe. A migração intra-regional nos países latino-americanos e

caribenhos sempre esteve enraizada nas históricas disparidades econômicas e sociais entre os territórios da região. A proximidade geográfica e cultural facilita o trânsito das pessoas em direção aos países cuja estrutura produtiva seja favorável à geração de empregos (Villa & Matínez, 2000).

A Venezuela recebeu muitos imigrantes latinoamericanos até os anos 1980. A indústria petrolífera, a agricultura, a construção civil e outras indústrias de diversos ramos atraíram milhares de imigrantes intracontinentais, sobretudo colombianos, para o país. Os colombianos também se dirigiram para o Panamá¹ e o Equador, países fronteiriços.

É importante destacar que fatores estruturais e político-sociais também exercem grande influência sobre a decisão do migrante. Por exemplo, entre 1973 e 1984, o estoque de imigrantes nicaragüenses e salvadorenos aumentou consideravelmente na Costa Rica. O cenário de instabilidade político-social e o crescimento insuficiente da economia daqueles países foram os grandes responsáveis pela convergência desses dois fluxos. Além do mais, nesse mesmo período, o México tornou-se um importante receptor de correntes migratórias provenientes da Guatemala e de El Salvador.

Patarra & Baeninger (2001) também destacam a importância crescente das trocas populacionais entre os países da América Latina e Caribe, principalmente a partir dos anos 1970. O estoque de latinoamericanos e caribenhos que viviam naquela Região, mas fora de seus países de nascimento, em 1970, era de 1.218.990 pessoas. Em 1980, esse estoque subiu para 1.995.149 migrantes e em 1990 atingiu o patamar de 2.242.268 pessoas. Argentina e Venezuela, em 1990, abrigavam quase dois terços dos latinoamericanos residentes no continente, fora dos seus países de nascimento. A outra terça parte desse contingente estava distribuída em diversos outros países. O estoque de migrantes latinoamericanos e caribenhos nos anos 1980 sofreu um incremento menor que no período anterior, fato relacionado à crise econômica e à reforma estrutural nos países de destino.

¹ O Panamá e a Colômbia constituíam-se um único Estado, até a ocupação do Canal pelos Estados Unidos (Pellegrino, 2003).

Essa reforma foi caracterizada pela abertura econômica e pela gradual flexibilização das relações de trabalho.

A base de dados do CELADE (2000) disponibiliza o estoque de imigrantes internacionais residentes nos países da América Latina e Caribe, por país de nascimento e pelas datas dos censos de cada país. Tais informações fornecem um panorama geral da migração internacional na Região, mas é preciso ter em mente que esses dados, embora obtidos nos censos nacionais dos países latinoamericanos, possuem algumas limitações. Em primeiro lugar, estão os sub-registros, presentes principalmente em países cuja proporção de imigrantes ilegais seja elevada. Em segundo lugar, estão as diferentes interpretações, tais como, por exemplo, o conceito de residência e de migração. Ademais, nos questionários dos censos nacionais nem sempre estão presentes as mesmas perguntas e a realização de tais censos não obedece a um calendário regular (Villa & Martínez, 2000). Outro ponto importante é que os censos enumeram o estoque de população residente no país em um momento do tempo, ou seja, entram nesse cálculo apenas os sobreviventes e as pessoas que não reemigraram antes da data do censo e não as migrações que ocorreram ao longo do tempo (Villa & Martínez, 2000).

O terceiro padrão caracteriza-se pela emigração de latinoamericanos e caribenhos para diversos destinos, sobretudo para os Estados Unidos. De acordo com CEPAL (2004), cerca de 43,0% dos imigrantes internacionais residindo nos Estados Unidos em 2000 eram provenientes da América Latina e Caribe, com destaque para os mexicanos, cubanos, dominicanos e salvadorenos, nesta ordem. Apesar do aumento absoluto no número de imigrantes latinoamericanos e caribenhos residentes nos Estados Unidos, no período considerado, observa-se um arrefecimento das taxas de crescimento desse fluxo migratório, de 9,3%, na década de 1970, para 5,5% ao ano, na década de 1990. A legislação migratória americana e a emigração de latinoamericanos e caribenhos para outras regiões de destino, como a Espanha, o Canadá e o Japão, são algumas das explicações para o decréscimo dessas taxas. Neste último caso, alguns desses emigrantes constituíram-se em efeitos indiretos da migração de retorno de antigos imigrantes de ultramar e outros conseguiram a cidadania nos países de origem de seus

antepassados, o que facilitou muito a entrada deles em outras localidades no exterior.

2.2.1 Migração e mobilidade transfronteiriça nos países do MERCOSUL

Durante mais de 300 anos, a América do Sul ficou dividida entre as colônias de Portugal, Espanha e outros países europeus, que colonizaram uma pequena porção da Região. Kratochwil (1996) afirma que desde o século XVIII já existia uma intensa circulação de pessoas entre os portos de Montevideu, Buenos Aires e suas áreas adjacentes. A chegada de imigrantes ultramarinos na Região, a partir do século XIX, ao invés de intensificar tal circulação, instaurou um novo circuito de mobilidade. Os novos imigrantes passaram a transitar entre a Argentina, o Uruguai, o Brasil e o Paraguai, seguindo o padrão das missões jesuítas. O autor acrescenta que a circulação de pessoas dentro desse novo circuito respondia ao mercado laboral, à produção agroindustrial e agrícola, ao comércio e outros serviços, a laços étnicos, familiares e culturais. Os movimentos migratórios entre esses quatro países não eram considerados migração internacional, com exceção dos movimentos que cruzavam a fronteira brasileira. Com o estabelecimento de fronteiras nacionais, pelos estados independentes, no século XIX, a circulação tradicional que ocorria “no coração territorial” do atual MERCOSUL² adquiriu caráter formal de transfronteiriça.

Apesar das profundas diferenças sociais e econômicas que permeiam os países que compõem o MERCOSUL, a contigüidade geográfica e a proximidade histórica e cultural dos Estados membros facilitam os fluxos migratórios entre os países. As diferentes oportunidades nos países de origem e destino, as condições macroeconômicas e o tamanho e alcance das redes sociais são fatores decisivos para a intensificação das migrações dentro do Bloco. Soma-se a isso o importante

² O Tratado Comercial do MERCOSUL surgiu da aproximação geopolítica do Brasil e Argentina e de acordos bilaterais de integração econômica, os quais se deram com o fim das ditaduras militares nos dois países. Inaugurado em 1991, este Tratado incide sobre um grupo de países do Cone Sul da América Latina (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com adesão posterior de Chile e Bolívia) (Patarra, 2007).

papel do mercado de terras e a internacionalização do mercado de trabalho (Brito, 1995).

Grande parte da emigração de brasileiros com destino aos demais países do Cone Sul significou, na verdade, uma contrapartida das políticas agrícolas governamentais do Brasil durante as décadas de 1970 e 1980, como ilustra Sales (1996). As políticas agrárias desenvolvidas pelos governos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, ao longo desse período, tinham o objetivo de reforma agrária ou simplesmente de democratizar o acesso à terra e apoiar a pequena produção na agricultura. Entretanto, tais políticas acarretaram efeitos indiretos perversos, como o desenvolvimento de um mercado de terras agrícolas e a entrada de grandes grupos e empresas na agricultura brasileira, valorizando as terras e deixando de fora a pequena produção familiar.

Com base nos dados apresentados na TAB. 2, verifica-se que o estoque de brasileiros na Argentina sofreu um decréscimo médio de 1,3% ao ano, entre 1970 e 1980, e que, no decênio 1980/1990, essa queda foi ainda maior (-2,3% a.a.). O número de brasileiros no Uruguai também diminuiu entre 1975 e 1995: de um total de 14.315 brasileiros para 13.521.

Tabela 2- Estoque de imigrantes internacionais intra-regionais nos países do Mercosul, segundo país de nascimento do imigrante, 1970-1995

País de residência	Ano	País de nascimento					
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Argentina	1970		101.000	48.195	142.150	230.050	58.300
Bolívia	1974	14.669		8.492	7.508	972	193
Brasil	1970	17.213	10.712		1.900	20.025	13.582
Chile	1970	13.270	7.563	930		290	759
Paraguai	1972	27.389	364	34.276	359		...
Uruguai	1975	19.051	247	14.315	1.006	1.593	
Total		91592	119886	106208	152923	252930	72834
País de residência	Ano	País de nascimento					
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Argentina	1980		115.616	42.134	207.176	259.449	109.724
Brasil	1980	26.633	12.980		17.830	17.560	21.238
Chile	1982	19.733	6.298	2.076		284	989
Paraguai	1982	43.670	500	98.730	1.560		2.310
Uruguai	1985	19.669	211	12.332	1.439	1.421	
Total		109.705	135.605	155.272	228.005	278.714	134.261
País de residência	Ano	País de nascimento					
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Argentina	1991		143.735	33.543	218.217	251.130	133.653
Bolívia	1992	17.829		8.586	3.909	683	327
Brasil	1991	25.468	15.691		20.437	19.018	22.143
Chile	1992	34.415	7.729	4.610		683	1.599
Paraguai	1992	47.846	766	107.452	2.264		3.029
Uruguai	1995	26.256	376	13.521	1.726	1.512	
Total		151.814	168.297	167.712	246.553	273.026	160.751

Fonte: CELADE (2000).

Sales (1996) distinguiu dois tipos diferentes de emigração de brasileiros para a Argentina e o Uruguai. O primeiro tipo seria a emigração de proprietários rurais ou empresários agrícolas (grandes proprietários e pequenos produtores familiares) que compram terras mais baratas para produzir ou simplesmente especular. O segundo tipo de migração seria caracterizado pela presença de trabalhadores brasileiros em caráter temporário e clandestino, que buscam condições de subsistência nas terras desses proprietários e empresários.

No caso do Paraguai, de acordo com essa mesma autora, a política explícita de ocupação da fronteira leste paraguaia por camponeses paraguaios (por meio da criação do programa “Marcha para o Leste”) e a ausência de leis que regulassem a venda de propriedades aos estrangeiros na região de fronteira contribuíram para a entrada de imigrantes internacionais provenientes dos países vizinhos, sobretudo brasileiros.

Com base em CELADE (2000), observa-se que, em 1970, o estoque de imigrantes paraguaios na Argentina era de 230.050 pessoas e que, no decênio de 1970/1980, esse volume cresceu num ritmo de 1,2% ao ano, superando os 250 mil imigrantes paraguaios, residindo no país em 1980. Por sua vez, a taxa de crescimento do estoque de argentinos residentes no Paraguai, no mesmo período, foi quase quatro vezes superior à taxa de crescimento dos paraguaios na Argentina: de um estoque total de 27.389 pessoas, em 1972, passou para 43.670 indivíduos, em 1982 (TAB. 2).

As diferentes trajetórias econômicas da Argentina e do Paraguai podem explicar o incremento no estoque de argentinos no Paraguai e, sobretudo, de paraguaios na Argentina, nos períodos considerados. Entre 1950 e 1974, Paraguai e Argentina se tornaram países economicamente integrados. A economia paraguaia era movida, exclusivamente, pela exploração de recursos naturais, principalmente da pecuária de corte e da silvicultura. Além disso, durante esse período, o Paraguai era um importante fornecedor de matérias-primas para a Argentina e esta, de produtos manufaturados para o Paraguai (Parrado & Cerrutti, 2003).

Apesar de o estoque oficial de brasileiros no Paraguai ser bem menor que o de paraguaios na Argentina, como mostra CELADE (2000), a taxa de crescimento do volume de brasileiros naquele país sofreu um expressivo incremento no decênio 1972/1982: de um total de 34.276 imigrantes, em 1972, para 98.730 pessoas, em 1982, com um crescimento médio anual de 10,6% (TAB. 2). Esse incremento foi resultado de diversos fatores, como, por exemplo, das transformações na estrutura produtiva brasileira e da aproximação política e militar dos governos do Brasil e Paraguai.

As informações de CELADE (2000), como mencionado acima, fornecem uma visão ampla das migrações internacionais na América Latina e Caribe, mas possuem algumas limitações. De fato, além das restrições citadas anteriormente, com base nessas informações não é possível identificar outros movimentos populacionais, tais como os que não envolvem mudança de residência. Tal limitação representa um obstáculo na etapa de crescente abertura econômica internacional e de integração de mercados (Villa & Martínez, 2000).

No âmbito da mobilidade populacional internacional, além da migração tradicional, estão em curso novas modalidades de deslocamento que não implicam mudança de residência. No caso dos países europeus, esse fenômeno foi acentuado com a formação da União Européia (UE). No que diz respeito aos países latinoamericanos e caribenhos deve-se destacar a ALADI, o CARICOM, o Pacto Andino, numerosos acordos bilaterais e o MERCOSUL. A crescente abertura das economias nacionais e o desenvolvimento de tecnologias ligadas aos transportes e às comunicações, que diminui as barreiras físicas e culturais, têm contribuído para o crescimento dos deslocamentos populacionais internacionais. Tais deslocamentos podem ser circulatorios e de outras naturezas, como os movimentos periódicos dos “brasiguaios” que cruzam as fronteiras entre o Paraguai e o Brasil.

As regiões de fronteira nacionais constituem espaços regionais específicos. Elas possuem dinâmicas próprias e criam áreas que se complementam por meio do intenso fluxo de capitais, pessoas, bens e serviços. Essas comunidades, como destaca Farret (1997), ao operarem com o conceito de fronteira como *contato*, ao invés do conceito de *limite*, geram entre si processos interativos em áreas onde convive uma diversidade de fatores geográficos, econômicos, sociais e de conflitos, próprios de regiões transfronteiriças. Nesses cenários de fronteiras, muitos estudiosos analisam as novas formas de mobilidade espacial da população que, como serão exemplificadas a seguir, diferentemente dos movimentos migratórios, não envolvem mudança de residência.

Marques (2007), com base numa pesquisa de campo, observou a circulação de pessoas nas fronteiras da Bolívia e do Paraguai com Mato Grosso do Sul (Brasil). A autora destaca o comércio intenso na fronteira das cidades de Pedro Juan Cabalero, no Paraguai, e em Ponta-Porã, no Brasil. A fronteira entre esses municípios se constitui uma “fronteira seca”, isto é, não possui um componente físico-geográfico como definidor. Na região de fronteira com o Paraguai, o município de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, foi visitado. Marques (2007) constatou, com base no sotaque dos moradores da cidade, a forte influência cultural paraguaia. Ela menciona também a utilização de serviços brasileiros de saúde e educação, na cidade de Corumbá, por parte dos habitantes das cidades

bolivianas de Quijarro e Puerto Suarez. Além disso, Marques ressalta a mobilidade dos trabalhadores bolivianos em direção ao Brasil, para trabalharem no comércio e em feiras de artesanato, e a mobilidade de mão-de-obra especializada brasileira para a Bolívia.

Souchaud & Carmo (2006) descrevem as diferentes modalidades da mobilidade populacional e da migração internacional na região de fronteira internacional que abrange o estado do Mato Grosso do Sul, no Brasil, o Departamento de Santa Cruz, na Bolívia, e a região do Chaco, no Paraguai. Para isso, os autores criaram tipologias para as migrações que ocorrem nessa região, com base na noção de fronteira. Os quatro tipos foram: o fronteiriço de vizinhança recíproca, o fronteiriço unilateral, o urbano diversificado e o metropolitano exclusivo. É no primeiro tipo de “migração”, como denominado por Souchaud & Carmo (2006), que é possível identificar a mobilidade e circulação de pessoas na região analisada. A região imediata à fronteira internacional é procurada pelos migrantes internacionais que buscam vantagens no mercado de trabalho, na área de saúde e educação. Essa migração é em grande parte urbana ou procura a proximidade de centros urbanos importantes. Os municípios de Campo Grande e Santa Cruz de la Sierra podem ser considerados, nesta perspectiva, centros importantes, localizados no extremo desses espaços. Cidades como Ciudad Del Este, Pedro Juan Caballero, Corumbá e Puerto Suárez podem ser classificadas como cidades intermediárias, que combinam a proximidade geográfica da fronteira e a relevância demográfica (Souchaud & Carmo, 2006).

Na fronteira do Brasil com a Colômbia, no âmbito do Projeto Binacional de Cooperação Fronteiriça, as cidades gêmeas de Tabatinga, no Brasil, e Letícia, na Colômbia, possuem projetos de cooperação que abrangem uma área maior que a dos dois municípios. No entanto, de acordo com Farret (1997), esses projetos de cooperação são carregados de incógnitas em relação a alguns pontos específicos. Um deles é sobre o tamanho da demanda por bens e serviços privados, e, sobretudo públicos, que são utilizados indistintamente pela população dos dois lados da fronteira. Incluem-se aí a saúde, o comércio, o lazer e a educação.

Goettert & Dutra (2007) investigaram os aspectos que perpassam a mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores de Ponta Porã, no Brasil, para Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Para isso, focaram seu trabalho nos movimentos da mão-de-obra brasileira que cruza diariamente a fronteira nacional para trabalhar no Paraguai em atividades comerciais de produtos, tais como eletrônicos, brinquedos, bebidas, cigarros e telefonia. Para os autores, as relações cotidianas, vividas pela população da fronteira, num espaço separado apenas por uma avenida (cidades gêmeas), são relações complexas de semelhanças e diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais. O cidadão fronteiriço se beneficia de um ambiente trans-cultural, característico de um ambiente transnacional.

Burgos (1996) realizou um trabalho de campo nas cidades fronteiriças de Alberti, no Paraguai, e Formosa, na Argentina. O objetivo de seu trabalho foi investigar as situações sociais, ocupacionais e as especificidades da conduta reprodutiva das mulheres que viviam naquelas localidades. As características do contexto social e econômico dos familiares dessas mulheres, assim como da zona de fronteira considerada, foram inseridas na análise. A autora constatou que mais de 65,0% das mulheres inquiridas, residentes em Formosa, cruzavam a fronteira em direção a Alberti para trabalhar. Do total dos entrevistados residentes em Alberti, aproximadamente 37,0% das mulheres e 60,0% dos homens declararam atravessar a fronteira todos os dias, fato justificado por eles pela atividade econômica que desempenhavam. Mais de um quarto dos indivíduos que afirmaram fazer o movimento diariamente, inclusive mais de uma vez ao dia, eram “paseros”, isto é, atravessadores de mercadorias de Alberti para Formosa. Entre o restante das pessoas que informaram cruzar a fronteira cotidianamente estavam também empregados, trabalhadores temporários e pedreiros, pessoas que realizavam atividades profissionais diversas e indivíduos que declararam buscar atendimento de saúde. Do total de mulheres inquiridas, cerca de 34,0% alegaram cruzar a fronteira sempre que necessitavam, sem periodicidade, 7,5% uma vez ao mês e 9,0% uma vez por semana. Por outro lado, apenas 16,0% dos homens entrevistados responderam atravessar de Alberti para Formosa sempre que precisavam, 13,6% semanalmente e 2,5% uma vez ao mês. Entre os indivíduos que afirmaram atravessar a fronteira com menor frequência, isto é, quando necessário, estavam os trabalhadores informais e os docentes.

As cidades fronteiriças de Alberti, no Paraguai, e Formosa, na Argentina, também foram alvo da pesquisa de Palau (1995b). O propósito do autor era conhecer a população residente em ambos os municípios e suas características sociodemográficas, suas condições de residência, os motivos e a frequência dos deslocamentos transfronteiriços, assim como a relação entre o perfil ocupacional e a renda.

Palau (1995b) verificou, em sua pesquisa, que as oportunidades educacionais, de saúde, de moradia e demais serviços eram maiores na cidade de Formosa e que as mulheres argentinas procuravam trabalho em Alberti, apesar de suas desvantagens monetárias. Entre os moradores que residiam em Alberti, há dez anos ou mais, 60,0% cruzavam a fronteira nacional diariamente e apenas 32,0% dos residentes, há menos de dez anos no município, faziam o mesmo. O autor não conseguiu identificar uma relação clara entre as ocupações dos entrevistados, residentes em Alberti, e a frequência das travessias, exceto para os “paseros” que, por causa da natureza de suas atividades, atravessavam a fronteira diariamente, alguns mais de uma vez ao dia. Os docentes, empregados e trabalhadores independentes declararam cruzar a fronteira ocasionalmente, apenas quando necessário, e os trabalhadores da construção civil e diaristas erraticamente, pois dependiam da demanda no mercado de trabalho em Formosa. Palau (1995b) acredita que exista uma forte associação entre o número de vezes que as pessoas cruzam a fronteira com a periodicidade com que recebem seus salários. Por exemplo, os “paseros” e os diaristas, como recebem por dia de trabalho, são as pessoas que mais atravessam a fronteira. Por outro lado, os indivíduos que recebem o salário mensalmente são os que transitam na fronteira apenas quando necessário.

O trânsito diário de crianças residentes no Paraguai em direção ao Brasil foi constatado no estudo de Pereira (2002), que investigou a diversidade cultural e educacional na fronteira entre esses dois países, mais especificamente na cidade brasileira de Ponta Porã. Pereira (2002) desenvolveu dois projetos de pesquisa cujos temas explorados foram a escolarização e a problemática lingüística cultural dos migrantes. Ela identificou na fronteira a presença das nacionalidades japonesa, coreana, chinesa, libanesa, vietnamita, chilena e paraguaia que, com

freqüência, optam em estudar no lado brasileiro. Tal fato é justificado pela assistência oferecida, por parte das escolas brasileiras, às famílias de baixa renda. A oferta de merenda escolar, materiais didáticos, não obrigatoriedade do uniforme, atendimento oftalmológico e odontológico atraem para o Brasil as famílias fronteiriças residentes no Paraguai (Pereira, 2002).

Sprandel (1992) estudou o retorno dos “brasiguaios” ao Brasil, em 1985/86, que foram beneficiados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República. A autora, já na década de 1990, havia identificado deslocamentos circulatorios realizados pelos “brasiguaios” na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Muitos dos pequenos produtores rurais que obtiveram uma parcela rural em assentamentos, criados teoricamente para fixá-los em território brasileiro, retornavam sazonalmente para o Paraguai para trabalhar na colheita. As motivações para esses deslocamentos sazonais estão relacionadas à falta de assistência técnica e creditícia por parte do governo brasileiro. Ademais, os grupos familiares que transitam pela fronteira internacional dos dois países desenvolveram estratégias de fixação em território paraguaio por meio da legalização de sua condição de imigrantes ou estrangeiros. Entretanto, quando ameaçados na garantia de suas propriedades, acionam a identidade “brasiguai” e reivindicam a intervenção do governo brasileiro para a resolução de seus problemas (Sprandel, 1992, p. 405).

Salim (1995), ao apresentar os antecedentes históricos da migração dos “brasiguaios” para o Paraguai, destacou que o crescimento demográfico da região leste daquele país teve contribuição notável da migração. Inicialmente, com a predominância dos migrantes nacionais, e posteriormente, com os internacionais fronteiriços. Esta região conheceu elevadas taxas anuais de crescimento intercensitárias de sua população, de 8,0%, 14,3% e 13,2%, para os períodos de 1950-62, 1962-72 e 1972-82, respectivamente. A população do departamento de Alto Paraná, em 1962, era de 24.067 pessoas e passou, 20 anos depois, para 192.518 habitantes. Desses, 91,0% eram brasileiros. Para Salim (1995), a criação do Mercosul poderá agravar a situação dos trabalhadores rurais que se movimentam no espaço regional, assim como favorecer os grandes latifundiários, ao tornar mais competitivo o mercado de produtos agropecuários.

A importância dos movimentos transfronteiriços, de curtas duração e distância, entre os municípios localizados ao longo da fronteira do Brasil com o Paraguai é mencionada por Palau (1995a). O autor cita vários fluxos existentes entre municípios dos dois países, além do “mosaico heterogêneo” formado pelos comerciantes estabelecidos, estudantes e consumidores, contrabandistas, transportadores, estivadores, vendedores ambulantes e profissionais que transitam em ambos os lados da fronteira.

Santa Bárbara (2001) abordou o jogo de identidades travado entre brasileiros e paraguaios e o processo de reordenamento territorial que tem caracterizado a imigração de brasileiros para o Paraguai. O autor citou a mobilidade espacial dos emigrantes brasileiros que vivem na fronteira do Paraguai com o Brasil. Em seu trabalho de campo, o autor visitou os distritos paraguaios de San Alberto, localizado no norte do departamento do Alto Paraná, e La Paloma, situado no departamento Canindeyú. Chegando em Ciudad del Este para tomar o ônibus em direção a San Alberto, o autor relatou que, com ele, no mesmo ônibus, estavam somente um casal de jovens paraguaios e um rapaz. Contudo, descobriu que durante o percurso havia um “tipo de parada obrigatória”, no quilômetro quatro da rodovia, onde embarcam os brasileiros vindos de Foz do Iguaçu. Naquele local costumam passar ônibus circulares originários do Brasil, não passando pela rodoviária de Ciudad del Este. Ainda segundo Santa Bárbara, baseado em suas observações em campo, o trânsito na Ponte da Amizade, principal via de acesso entre o Brasil e o Paraguai, era lento e bastante confuso. Ciudad del Este possui uma grande dinâmica comercial. A divisa entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este constitui um corredor de constante circulação de pessoas, mercadorias e negócios, por onde se entrecruzam redes legais e ilegais.

Santa Bárbara (2001) também ressaltou que algumas cidades do Paraguai “abrasileirado” da soja começaram a articular uma rede urbana bastante vinculada aos centros urbanos no sul do Brasil. As classes sociais dominantes, localizadas em toda a fronteira leste do Paraguai, especialmente no departamento de Alto Paraná, são formadas por grandes produtores de soja, donos de madeireiras e comerciantes bem sucedidos que, em sua maioria, são sulistas brasileiros que realizam freqüentes movimentos transfronteiriços entre o Brasil e o Paraguai.

Essa classe social dominante encontra-se inserida nos circuitos dos negócios, da política e do lazer e mantém estreitos laços com suas áreas de origem no Brasil. O autor menciona, ainda, as questões referentes à manutenção da cidadania brasileira; as deficiências crônicas em saúde e educação, que estimulam muitos brasileiros, residentes no Paraguai, a procurarem atendimento médico e escolas no Brasil; e o trânsito de brasileiros, em ambos os sentidos, para visitar seus parentes e para votarem em candidatos políticos.

A existência de movimentos circulares na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai é aludida também por Albuquerque (2005). O autor investigou a disputa de identidades e as representações nacionais que são construídas pelos imigrantes brasileiros e pelos paraguaios, no contexto dos conflitos pela propriedade da terra e pela defesa do meio ambiente e do território nacional, no início do século XXI. Albuquerque fez referências às estratégias dos imigrantes brasileiros que vivem na ampla faixa de fronteira entre os dois países, para a efetivação e negação de uma dupla cidadania. Por exemplo, muitos imigrantes brasileiros registram seus filhos nos dois países, independentemente de acordo diplomático, com o objetivo de receberem atendimento médico no Brasil, de diminuir a “burocracia” quando quiserem visitar seus parentes, no lado brasileiro, e de aumentar as oportunidades de estudo em colégios e universidades brasileiras. O exercício do direito político também faz parte de um jogo de estratégia dos imigrantes brasileiros. Atualmente, eles podem votar nos candidatos do Brasil, sobretudo para presidente, mesmo quando moram há anos no exterior. Quando regularizados, podem votar também para prefeitos e vereadores no Paraguai.

“Esse duplo exercício do direito político é facilitado pela própria distância territorial. Os brasileiros simplesmente atravessam a fronteira e votam nas cidades próximas ao limite internacional. Se houver coincidência de votação nos dois países, podem votar pela manhã no Paraguai e à tarde no Brasil, ou vice-versa. Os mecanismos tradicionais da política brasileira também se fortalecem no período de ‘caça aos votos’ daqueles que vivem do outro lado da fronteira. Em dia de eleição no Brasil, os políticos brasileiros contratam carros, ônibus e caminhões para buscarem os eleitores que vivem no país vizinho. Alguns vereadores e deputados brasileiros, principalmente da cidade de Foz do Iguaçu e do estado do Paraná, se elegem com os votos dos ‘brasiguaios’” (Albuquerque, 2005, p. 208).

As práticas políticas dos migrantes incluem uma variedade de atividades. Entre elas está a participação como eleitores nos dois países (Levitt & Jaworsky, 2007). Esse duplo exercício da cidadania fortalece a idéia de um espaço transnacional e, dentro dele, de uma comunidade transnacional “brasiguiaia”, como será explicitado posteriormente.

Além do duplo registro de nascimentos e do exercício dos direitos políticos, no Brasil e no Paraguai, a obtenção de aposentadorias e a contratação de mão-de-obra brasileira também fazem parte do jogo estratégico dos imigrantes nos dois países. Pelo fato de existir aposentadorias no Paraguai somente para militares e funcionários do governo, os imigrantes brasileiros se cadastram no Brasil e utilizam endereços de parentes, já que o benefício só é pago para aqueles que residem no país. Assim, nem que seja apenas uma vez por mês, os imigrantes aposentados cruzam as fronteiras do Paraguai para receberem seus benefícios no Brasil. Muitos empresários agrícolas, madeireiros e comerciantes brasileiros que vivem no Paraguai contratam trabalhadores brasileiros e não pagam seus direitos trabalhistas, uma vez que a legislação brasileira só funciona em seu território. Nesse mercado informal, as redes de relações pessoais funcionam como elos entre os patrões e os empregados. Os primeiros, quando necessitam de mão-de-obra, muitas vezes contratam parentes pobres ou conhecidos que vivem no Paraguai ou no Brasil (Albuquerque, 2005).

Conforme as informações de Sprandel (1992), Palau (1995a), Santa Bárbara (2001), Pereira (2002), Albuquerque (2005), Dutra & Goettert (2007) e Marques (2007), diferentes movimentos populacionais, que não envolvem mudança de residência, ocorrem na fronteira do Brasil e Paraguai. Além disso, como visto em Sprandel (1992), Palau (1995a), Santa Bárbara (2001), Pereira (2002) e Albuquerque (2005) essa mobilidade fronteiriça que ocorre entre os dois países acontece nos dois sentidos, isto é, tanto em direção ao Brasil quanto em direção ao Paraguai.

Os principais aspectos da dinâmica migratória internacional na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai residem, hoje, no início do século XXI, muito mais em suas peculiaridades, tais como as motivações, a intensidade, a temporalidade e o impacto, do que no volume de indivíduos envolvidos nesses deslocamentos. No

contexto desses movimentos transfronteiriços de população, sejam eles migratórios, circulatórios, temporários ou pendulares, um aspecto que deve ser levado em conta é a redefinição dos conceitos relativos ao fenômeno da migração, já que com o MERCOSUL a tendência de tais movimentos é aumentar. Para focalizar essa questão, no próximo capítulo são sintetizadas as principais proposições teóricas que visam explicar os fluxos migratórios internacionais.

3 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ORIGEM E PERPETUAÇÃO DOS FLUXOS

Como apresentado no Capítulo 2, a história das migrações internacionais pode ser analiticamente dividida em períodos, conforme condições históricas específicas que modelaram um contexto particular da economia, da demografia, da política e da sociedade mundial. Baseando-se nesses diferentes cenários de periodização, foram propostas teorias na tentativa de explicar o fenômeno migratório em seus respectivos contextos.

O objetivo deste capítulo é apresentar, de maneira sucinta, as diferentes teorias das migrações internacionais. De um lado, as abordagens teóricas que tentam explicar as causas dos fluxos, e de outro, as que procuram justificar a continuidade e permanência dos movimentos populacionais internacionais. Maior atenção é dada à teoria dos sistemas de migração.

3.1 A emergência dos fluxos migratórios internacionais

De acordo com teoria da atração e expulsão (Raventein, 1980), as condições econômicas, sociais e políticas de um país tendem a atrair população ou a expulsá-la. Dentre os fatores de expulsão estão o elevado crescimento populacional (excedente de mão-de-obra que não é absorvido pelo mercado de trabalho local), a falta de oportunidades econômicas, a desigualdade de renda, repressão política e social (que leva à violação dos direitos humanos) e a pobreza (Castles & Miller, 1998; Soares, 2002). Os fatores de atração são, por exemplo, a demanda por trabalho, disponibilidade de terras, boas oportunidades econômicas e liberdade política.

O desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho entre os países de origem e destino é considerado pelos macroeconomistas neoclássicos (Todaro, 1980) como o motor dos fluxos migratórios internos e internacionais. Países com

elevada oferta de mão-de-obra, em relação ao capital, possuem um baixo salário de equilíbrio, ao passo que países abundantes em capital, em relação à quantidade de trabalhadores, têm um elevado salário de equilíbrio. Esse diferencial salarial é então responsável pela emigração de trabalhadores do primeiro grupo de países (países com excessiva oferta de mão-de-obra) para o segundo grupo (países com limitada força de trabalho em relação ao capital). A entrada de tais trabalhadores no segundo grupo de países força a queda nos salários e gera um novo equilíbrio internacional. Em contrapartida, no primeiro conjunto de países, os salários sobem e atinge-se o mesmo equilíbrio. Alcançado este equilíbrio internacional de salários, os fluxos migratórios internacionais não deveriam mais existir (Massey *et al*, 1993).

Nessa perspectiva, o mercado de trabalho é o mecanismo primário pelo qual a migração de mão-de-obra é induzida. Trabalhadores altamente qualificados percorrem o circuito migratório internacional no sentido contrário dos trabalhadores desqualificados ou com baixa qualificação. A relativa escassez de capital nos países pobres produz uma taxa salarial de retorno elevada para os padrões internacionais, o que atrai investimentos. Nos fluxos de capital dos países ricos para os pobres está incluído capital humano, ou seja, mão-de-obra qualificada que almeja retornos elevados. Conforme esta teoria, a única maneira de o governo controlar os fluxos migratórios é regular ou influenciar, de alguma forma, os mercados de trabalho nos países de origem e destino.

Para os microeconomistas neoclássicos (Todaro, 1980), as pessoas são consideradas seres racionais e decidem migrar por esperar retornos positivos, geralmente monetários, do movimento. As características individuais (capital humano) que incrementam a probabilidade do migrante de ser mais bem remunerado ou aumentam a probabilidade de emprego no país de destino, em relação ao país de origem, impulsionam os movimentos internacionais. Nesse sentido, os migrantes potenciais estimam os custos e benefícios de imigrarem para diversos países e escolhem a localidade onde as futuras chances de retornos serão maiores (Borjas, 1990, citado por Massey *et al*, 1993).

Na estimação dos retornos potenciais desses possíveis migrantes, entram fatores tais como a probabilidade de conseguir emprego no país de destino, de alcançar

os ganhos almejados e o salário esperado no país de origem (ganhos observados, multiplicados pela probabilidade de se conseguir um emprego). Para os imigrantes ilegais, a probabilidade de deportação também entra na equação. A queda nos custos da migração, ocasionada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, as características individuais (por exemplo, a educação, experiência e o conhecimento de línguas estrangeiras) e as condições sociais também são fatores que incentivam os indivíduos a emigrar, pois aumentam o retorno esperado com a mudança de residência (Massey *et al*, 1993).

Assim como os macroeconomistas neoclássicos, esses teóricos acreditam que os movimentos internacionais não ocorrem na ausência de diferenciais salariais e/ou de taxas de emprego entre os países de origem e destino. A migração internacional ocorrerá apenas até que os ganhos esperados sejam equilibrados internacionalmente. As ações governamentais têm o poder de controlar os movimentos populacionais, mediante políticas que afetem os ganhos nos países de origem e de destino. Tais políticas podem, por exemplo, diminuir a probabilidade de se conseguir emprego na região de destino ou elevar os retornos na origem. Diferentemente da corrente macroeconômica, os microeconomistas neoclássicos não consideram a situação de pleno emprego.

Para os novos economistas da migração, as decisões de migrar não são tomadas isoladamente pelo indivíduo, mas sim por unidades de produção e consumo. As famílias ou domicílios buscam não apenas maximizar a renda, mas também minimizar os riscos e driblar as ameaças associadas às falhas de mercado. É como se as famílias ou domicílios estivessem em posição de controlar os riscos do bem-estar econômico da unidade, diversificando a alocação de seus membros em diferentes localidades (Massey *et al*, 1993). Esses teóricos acreditam que os domicílios enviam seus membros para trabalharem no exterior não apenas para incrementar a renda absoluta, mas também para elevar a renda relativa, quando comparada aos retornos de outros domicílios do seu grupo de referência.

Diferentemente dos neoclássicos, para os novos economistas da migração a diversidade das fontes de renda é importante, mesmo que não aumente necessariamente o total da renda familiar ou domiciliar. As unidades de análise

não são os indivíduos e sim as famílias e domicílios e o diferencial salarial entre países e regiões não é condição necessária para que ocorram os fluxos internacionais de pessoas. Os mercados de trabalho na origem e no destino não são mutuamente excludentes. As famílias e domicílios podem combinar as fontes de renda, sejam elas nacionais ou internacionais. A diminuição das diferenças no desenvolvimento econômico entre as regiões de origem e destino não necessariamente reduz as pressões para a migração internacional. Os governos influenciam as taxas de migração via políticas de assistência social, como, por exemplo, aumentando o valor do seguro-desemprego. Políticas e mudanças econômicas que afetem a distribuição de renda num país ou região alteram os incentivos de migrar.

A abordagem histórico-estruturalista, diferentemente das teorias econômicas, relaciona os movimentos migratórios à distribuição desigual de poder econômico e político na economia mundial. Os diferenciais salariais ou de emprego entre os países têm pouca relação com a migração internacional. Essa teoria procura entender os movimentos internacionais de pessoas como conseqüências estruturais da expansão das relações capitalistas em regiões periféricas, obedecendo à uma hierarquia política global. Essas desigualdades são resultado da reorganização espacial das atividades produtivas (Singer, 1976).

Existem duas linhas de pensamento nessa abordagem. A primeira, conhecida como a teoria da dependência (Furtado, 1965; 1970; Cardoso & Falleto, 1969) e a segunda como a teoria dos sistemas mundiais (Wallerstein, 1974; 1980 citado por Massey *et al*, 1998). Os teóricos dessas duas correntes não consideravam relevante o fenômeno da migração internacional até a segunda metade da década de 1970. Durante os anos 1960 e 1970, eles procuraram focar a atenção nos deslocamentos internos, particularmente na migração rural-urbana. Segundo Massey *et al* (1998, p. 35), alguns seguidores da teoria histórico-estruturalista procuraram relacionar a migração interna a contextos históricos específicos e às transformações na estrutura econômica das áreas rurais e urbanas envolvidas.

Após a recessão mundial que teve lugar no segundo quinquênio da década de 1970, esses estudiosos voltaram suas atenções para os fluxos migratórios internacionais e para a possibilidade desses fluxos estarem vinculados às

mudanças estruturais, ocasionadas pela inserção dos países no mercado global. A estagnação econômica dos países industrializados, nessa época, deixou evidente que os fluxos internacionais de pessoas não eram fenômenos temporários. No entanto, Massey *et al* (1998) destacam o interesse desses teóricos, desde sempre, na seletividade migratória de pessoas altamente qualificadas que emigram de países pobres em direção às nações mais ricas. De acordo com essa vertente, pelo fato de as migrações internacionais originarem-se da globalização das relações capitalistas, uma das formas de os governos controlarem os fluxos migratórios é pela regulação dos investimentos internacionais das grandes empresas e dos movimentos internacionais de bens e capital. Entretanto, esses tipos de políticas são improváveis de serem implementadas devido às suas possíveis conseqüências para a economia mundial.

A teoria do mercado de trabalho dual argumenta que a migração internacional depende da demanda por mão-de-obra, intrínseca às sociedades modernas industriais. Essas sociedades, na visão de Piore (1979), permanentemente demandam mão-de-obra estrangeira. Nesse caso, os fluxos internacionais de migrantes não seriam causados pelos fatores de expulsão dos países de origem e sim pelos fatores de atração dos países receptores de imigrantes. Conforme Massey *et al* (1993), as nações desenvolvidas necessitam de mão-de-obra estrangeira para trabalhar em atividades desprezadas pelos nativos. O baixo status social, a baixa remuneração e a ausência de perspectivas para mobilidade ou instabilidade de tais atividades são alguns dos fatores responsáveis pela segmentação do mercado de trabalho. Para Massey *et al* (1993), a demanda por mão-de-obra internacional por parte dos países industrializados acontece por causa de quatro características fundamentais dessas sociedades e economias. Em primeiro lugar está o que Massey *et al* (1993) denominaram de *inflação estrutural*. Nesse caso, os salários oferecidos pelos empregadores não respondem às mudanças na oferta da quantidade de mão-de-obra. Esse retorno relaciona-se com a hierarquia de prestígio e status que as pessoas percebem e esperam do mercado de trabalho. Se os empregadores, por exemplo, por causa de escassez de trabalhadores em atividades que não demandam muita habilidade, elevarem os salários nesses cargos específicos, haverá uma forte

pressão para um aumento salarial proporcional em outras funções, de acordo com a hierarquia. Esse problema é conhecido como *inflação estrutural*.

A segunda característica corresponde aos *problemas motivacionais*. Ocupações localizadas na base da hierarquia do mercado de trabalho, nos países de destino, não dão status e dificilmente promovem o trabalhador. Esse problema é estrutural porque independe de mudanças na estrutura produtiva do país de destino. Sempre existirá uma classe de trabalhadores que desempenha funções sem prestígio e status. O que tais trabalhadores devem entender é que suas atividades são apenas um meio de se ganhar dinheiro para enviar para a localidade de origem e lá, sim, elevar seu status ou bem-estar. Por exemplo, mediante a construção de uma casa, compra de terras e pagamento de educação de qualidade para os filhos.

A *bifurcação do mercado de trabalho* também é uma característica das economias industrializadas. De um lado, o setor primário, intensivo em capital, de outro o secundário, intensivo em trabalho. No setor primário estão os cargos de maior estabilidade, que demandam trabalhadores de elevada qualificação e que utilizam os melhores equipamentos e tecnologias. Os empresários são obrigados a investir na educação e capacitação de tais trabalhadores, já que eles desempenham atividades específicas, que exigem conhecimento e experiência. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma acumulação de capital humano específico nesse setor. Além do mais, tais trabalhadores são organizados e unidos e possuem contratos que prevêm elevados custos para o empregador, caso sejam demitidos. Em contrapartida, no setor secundário estão os empregos instáveis, que exigem pouca ou nenhuma qualificação, onde os trabalhadores podem ser dispensados a qualquer hora com custos pequenos ou inexistentes para os empresários. Durante períodos de crise econômica, a primeira atitude tomada pelos empregadores desse setor é o corte nos custos por meio da dispensa de funcionários.

A quarta e última característica tem a ver com a *demografia da oferta de trabalho*. As ocupações no setor secundário do mercado de trabalho dos países desenvolvidos são evitadas pelos nativos do país por diferentes razões, como apresentado acima. No passado, quem desempenhava essas funções eram as

mulheres e os adolescentes. As mulheres trabalhavam para complementar a renda domiciliar e suas identidades sociais se restringiam a irmã, esposa e mãe, não importando a atividade profissional que desempenhavam fora de casa. Já os adolescentes aceitavam atividades instáveis e mal remuneradas porque desejavam adquirir experiência e ganhar um dinheiro extra, não importando também o status social da atividade. Nas sociedades industriais modernas o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, em ocupações que evidenciam o status social e elevadas remunerações; o incremento nas taxas de divórcio, que transformam os trabalhos das mulheres em fontes primárias de rendimento; e a queda nas taxas de fecundidade e o prolongamento da educação formal, responsáveis pela diminuição do tamanho das coortes de adolescentes disponíveis para o mercado de trabalho, têm ocasionado um desequilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra para as atividades do setor secundário.

Nesse cenário de desequilíbrio, a figura do imigrante internacional ganha força. A discriminação da população nativa em relação aos trabalhos do setor secundário cria maiores oportunidades de emprego para os imigrantes e aumenta suas expectativas de ganhos e suas habilidades para superar os riscos. O recrutamento de mão-de-obra estrangeira por parte dos empregadores faz com que as informações referentes ao trabalho sejam mais confiáveis, o que diminui o custo da migração.

Quando se tem em conta as proposições dos teóricos do mercado de trabalho dual e dos neoclássicos, verifica-se que, para os primeiros, a migração internacional é iniciada pelo recrutamento de mão-de-obra estrangeira por parte de empresários e do próprio governo, não sendo necessária a existência de um diferencial salarial entre as regiões de origem e destino. O governo não influencia a imigração internacional por meio de políticas que afetam os salários e a taxa de emprego. Os salários no país de origem não aumentam em resposta à emigração e, conseqüentemente, diminuição de oferta de mão-de-obra, e sim por causa de mecanismos sociais e institucionais.

3.2 A continuidade dos movimentos internacionais

Assim como existem teorias que tentam dar conta das causalidades dos fluxos migratórios internacionais, existem teorias que tentam explicar a continuidade e permanência de tais movimentos. Os fatores que desencadeiam as migrações internacionais são um pouco diferentes dos fatores responsáveis pela sua perpetuação no tempo e no espaço dos movimentos (Massey *et al*, 1993).

De acordo com a teoria das redes sociais, as relações interpessoais são uma forma de capital social para se ter acesso a uma vaga de emprego no exterior. A conexão entre os futuros migrantes, os não-migrantes e os migrantes mais antigos no local de destino aumenta a probabilidade dos movimentos internacionais. Com a diminuição dos riscos e das incertezas, os custos de migrar diminuem e conseqüentemente o retorno esperado aumenta. À medida que as redes sociais se ampliam, menores serão os custos da emigração e mais pessoas estarão dispostas a deixar seu país para trabalhar no exterior. Os fluxos se tornam menos seletivos em termos socioeconômicos e mais representativos nos países de origem. Os governos têm grandes dificuldades em controlar os fluxos internacionais, uma vez iniciados. Isso se deve ao processo de formação das redes que acontece fora do controle do Estado.

Essa teoria aceita a idéia de que a migração internacional é uma decisão individual ou da família, mas discorda que exista uma forte correlação entre os diferenciais salariais, as taxas de emprego e os fluxos migratórios internacionais. A questão é que quaisquer que sejam os efeitos dessas variáveis na promoção ou inibição dos fluxos, eles serão encobertos pela queda dos custos e dos riscos de migrar, ocasionada pelo desenvolvimento das redes sociais.

Pelo fato de a migração internacional se tornar institucionalizada pelas redes sociais, ela passa progressivamente a ser independente dos fatores que a originaram, sejam eles estruturais ou individuais.

Satisfeita a demanda por mão-de-obra estrangeira nos países receptores de imigrantes, o governo desses países passam a restringir a entrada de trabalhadores imigrantes, como, por exemplo, mediante a concessão de vistos.

De acordo com a teoria institucional da migração, essas barreiras criam um nicho lucrativo, em termos econômicos, para os empresários e instituições dedicadas a promover a migração internacional por intermédio de meios ilícitos. Tais instituições fornecem transporte clandestino para a localidade de destino, contratos de trabalho entre os empresários e os imigrantes, falsificação de documentos e vistos, casamentos entre os nativos ou residentes legais e os imigrantes, crédito, moradia temporária e assistência no país de destino. Por outro lado, grupos humanitários procuram ajudar os imigrantes, fornecendo apoio jurídico, serviços sociais, abrigo e conselhos legais para obtenção de documentos e visto.

Mais uma vez, o desenvolvimento dessas instituições, assim como acontece com as redes sociais, torna-se independente dos fatores que deram origem aos fluxos. Os governos dos países receptores de emigrantes têm dificuldades em frear os movimentos internacionais, uma vez cristalizados. Ademais, o estabelecimento de medidas restritivas para dificultar os fluxos acaba criando um mercado negro das migrações.

Em consonância com o crescimento das redes sociais e com o desenvolvimento de instituições que promovem e facilitam as migrações internacionais, está o que Myrdal (1957) denominou de “causação cumulativa”. As migrações internacionais se mantêm com base em tal processo na medida em que o ato de migrar altera o contexto social onde as subseqüentes decisões de migrar são realizadas, o que eleva a probabilidade dos movimentos. Alguns cientistas sociais (Stark, Taylor & Yitzhaki, 1986; Taylor, 1992) apontaram seis fatores socioeconômicos que são potencialmente afetados cumulativamente pela migração. São eles:

1) *A distribuição da renda.* Antes de alguém emigrar de uma comunidade rural qualquer, a desigualdade relativa entre as famílias ou domicílios dessa comunidade é pouco percebida. Tais unidades de produção vivem num nível de subsistência com uma parte mínima da renda proveniente de outras atividades. À medida que membros de alguns domicílios e famílias vão trabalhar no exterior, as remessas enviadas por eles aumentam a desigualdade relativa entre as unidades produtivas. Devido aos custos e riscos associados à migração internacional, as primeiras famílias e domicílios que enviam seus membros para localidades

estrangeiras pertencem à classe média ou alta na hierarquia local. Aos poucos, a sensação relativa de desigualdade de renda entre os domicílios e famílias estimula a emigração de pessoas localizadas na base da hierarquia econômica da comunidade, e assim por diante. Nesse compasso, a percepção de desigualdade de renda entre famílias e domicílios vai diminuindo até o momento em que todas as unidades de produção passam a participar da migração e a receber remessas.

2) *A distribuição de terra.* Emigrantes internacionais provenientes de uma comunidade rural costumam comprar terras nas localidades de origem como um meio de adquirir prestígio ou como uma fonte de renda para uma futura aposentadoria. Essas terras não são cultivadas e permanecem ociosas (salários recebidos no exterior são mais lucrativos que a produção agrária), o que diminui a demanda por mão-de-obra local e pressiona os trabalhadores a emigrar. Quanto mais gente trabalhando no exterior, maior será o acesso à renda necessária para comprar terra. Nesse sentido, maior o volume de terras inutilizadas, maior o número de trabalhadores locais sem emprego e maior pressão para emigrar.

3) *A organização da agricultura.* Esse fator socioeconômico aumenta a propensão à emigração internacional de indivíduos residentes em localidades rurais, de maneira semelhante à distribuição de terra, mencionada anteriormente. Domicílios com alguns membros residindo no exterior têm condições de investir em maquinário, herbicidas, irrigação, fertilizantes e outros métodos intensivos em capital para aumentar o volume e melhorar a qualidade da produção no local de origem. Isso acontece porque os migrantes têm acesso ao capital para financiar tais recursos. À medida que se mecaniza e capitaliza a agricultura, menor será a necessidade de força de trabalho para a produção. Portanto, um maior número de trabalhadores é dispensado das tarefas agrícolas. Esses trabalhadores desempregados, pertencentes aos domicílios sem emigrantes (consequentemente, sem renda do exterior), sentem-se pressionados a emigrar. Quanto maior o volume de emigrantes, maior o número de domicílios capazes de investir na mecanização agrícola, maior desemprego e maior pressão para a emigração;

4) *A cultura da migração.* À medida que a proporção de migrantes eleva-se em uma comunidade, valores e percepções culturais são modificados de maneira a

aumentar a probabilidade de migrar. A experiência dos migrantes em países industrializados altera seus gostos e motivações. Inicialmente, os indivíduos procuram migrar com o propósito de ganhar dinheiro para um objetivo específico. No entanto, depois de emigrar, as pessoas adquirem um forte conceito de mobilidade social, desejos por bens e por estilos de vida dificilmente alcançados no país de origem. Massey *et al* (1993) acreditam que quanto maior o número de vezes que um indivíduo migra, maior as chances dele reemigrar.

Em relação à comunidade de origem, o ato de migrar torna-se uma atitude habitual e parte da cultura local. Para homens e mulheres jovens, a migração se transforma num ritual de passagem, onde quem não a realiza é considerado fraco, indesejável. Aos poucos, as informações relativas aos locais de destino se difundem pela comunidade de origem, assim como seus valores, sentimentos e comportamentos.

5) *A distribuição regional do capital humano.* A migração é um processo seletivo, na medida em que os mais aptos a migrar são os trabalhadores mais bem qualificados, com elevada produtividade. A emigração dessa força de trabalho aumenta a concentração de capital humano nas regiões de destino e reforça o crescimento econômico. Em contrapartida, ao diminuir a quantidade de capital humano nas regiões de origem dos fluxos, coopera para sua estagnação econômica e, conseqüentemente, para a emigração.

Essa seletividade migratória foi denominada por Lee (1980) de seletividade positiva, que ocorre quando a migração é impulsionada principalmente em razão de fatores positivos no lugar de destino. As pessoas migram, não por necessidade, mas por perceberem oportunidades existentes em outros lugares, e por ponderarem as vantagens e desvantagens nos locais de origem e de destino. Pessoas com alto nível de instrução, por exemplo, migram, freqüentemente, porque percebem melhores ofertas em outros lugares.

6) *O rótulo social de determinadas ocupações.* Nas sociedades de destino, quando algumas vagas de emprego são significativamente ocupadas por mão-de-obra estrangeira, passam a ser rotuladas como “trabalho de imigrante”. Tais ocupações são desprezadas pela população nativa, o que reforça ainda mais a

demanda por trabalhadores imigrantes. Essa demanda estrutural estigmatiza determinadas ocupações profissionais que se tornam inapropriadas para os nativos. Nesse caso, o estigma provém da presença hegemônica de imigrantes no trabalho e não das características do cargo.

3.3 Teoria dos sistemas de migração internacional

A teoria dos sistemas de migração, ao combinar uma variedade de perspectivas, níveis e suposições de outras teorias, busca um entendimento integral e funcional do fenômeno migratório. Assim como a abordagem histórico-estruturalista, a teoria dos sistemas argumenta que as migrações internacionais são conseqüências naturais do desenvolvimento do capitalismo.

As migrações de brasileiros para o Paraguai são entendidas por diversos autores como desdobramentos de políticas econômicas e de ações geopolíticas dos governos de ambos os países (Salim, 1995; Sales, 1996; Zaar, 2001; Albuquerque 2005; Patarra, 2007; Souchaud, 2007). O retorno de milhares de brasileiros do Paraguai, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, também pode ser compreendido dentro dessa lógica.

O processo de industrialização e os incentivos à ocupação de novas fronteiras agrícolas brasileiras, com o propósito de expandir a produção de insumos básicos (como, por exemplo, a soja e o trigo) destinados à exportação e de ocupar regiões escassamente povoadas, foram algumas das manifestações nacionais da forma como, em nível mundial, se expandia o sistema econômico global. O Paraguai, também inserido no contexto econômico mundial, procurou modernizar sua agricultura e se integrar ao capitalismo em expansão na região.

As estruturas políticas, econômicas e os vínculos histórico-culturais entre os países definem e contribuem para a coerência de um sistema de migração internacional, mas não dão conta de explicar porque a propensão a migrar de algumas pessoas é maior que de outras. Nesse sentido, Castles & Miller (1998) afirmam que os sistemas de migração internacional são resultados de interações estruturais de nível macro e micro. As macro-estruturas incluem a economia

política do mercado global, relações internacionais, leis e práticas (estabelecidas pelos países envolvidos) para controlar os fluxos migratórios internacionais.

As micro-estruturas correspondem às redes sociais informais, desenvolvidas pelos próprios migrantes, cujo objetivo é superar as dificuldades inerentes ao movimento. Essas redes sociais conectam migrantes e não migrantes nas regiões de origem e destino, fornecendo informações e recursos que facilitam o movimento e a adaptação nas sociedades receptoras. De acordo com Portes (2001, p. 22) “a migração internacional é, sobretudo, um mecanismo construtor de redes”. O crescimento das redes diminui gradativamente, em muitos casos, os custos da migração, uma vez que as incertezas e os perigos que perpassam as viagens tornam-se reduzidos. Ademais, as redes sustentam o processo migratório quando os incentivos originais para o movimento estão enfraquecidos ou mesmo quando se extinguem. Uma vez estabelecidas essas redes transnacionais, as pessoas passam a se deslocar por uma variedade de razões, diferentes daquelas que causaram originalmente os fluxos, como, por exemplo, para se reunir com a família, para cuidar de algum familiar ou amigo doente, para estudar, ou mesmo porque o ato de migrar torna-se parte da cultura local, uma espécie de ritual de passagem, sobretudo entre os jovens do país de origem. Nas redes sociais informais estão incluídas relações pessoais, familiares, laços comunitários e cooperação socioeconômica. Tais redes são uma resposta cultural dinâmica que encoraja a formação de comunidades étnicas e contribuem para a manutenção de famílias e grupos transnacionais (Castles & Miller, 1998, p. 25).

Pode-se inferir que as relações de trabalho, de amizade e parentesco sempre estiveram presentes na emigração de brasileiros para o Paraguai e no posterior retorno de milhares deles ao Brasil. Essas redes pessoais foram sendo adaptadas pelo processo migratório e “reforçadas pela experiência comum da migração” (Soares, 2002, p. 10). Sprandel (2004, p. 152) faz referência ao importante papel dessas redes, por meio da “experiência anterior de amigos e parentes” na escolha do Paraguai como destino migratório para alguns brasileiros. Cortéz (1993) também registrou a importância das redes pessoais no retorno ao Brasil.

A circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Brasil e Paraguai também é amparada pelas redes pessoais. As relações interpessoais diárias entre migrantes

e não-migrantes formam uma teia de amizade e solidariedade que sustenta o intenso trânsito transfronteiriço de pessoas, bens e informação.

As meso-estruturas, por sua vez, localizadas entre as perspectivas macro e micro (Castles & Miller, 1998), correspondem às redes formais, tais como, por exemplo, corporações multinacionais, organizações transnacionais, agências de viagem e de recrutamento de mão-de-obra, instituições governamentais e instituições financeiras que facilitam os fluxos de migrantes e de remessas (Kritz & Zlotnik, 1992, p. 7). Nesse grupo estão também instituições ilegais que exploram os migrantes, por meio do tráfico de pessoas e do fornecimento de documentos falsos.

A atuação de corretores imobiliários, oferecendo facilidades para aquisição de terras no Paraguai, e de fazendeiros, contratantes de trabalhadores brasileiros para desmatarem as terras e torná-las adequadas para a pecuária, foram importantes meso-estruturas no contexto da emigração de brasileiros para aquele país. Sprandel (2004) cita a participação ativa desses corretores que chegavam até a financiar viagens para os potenciais compradores de terras no Paraguai.

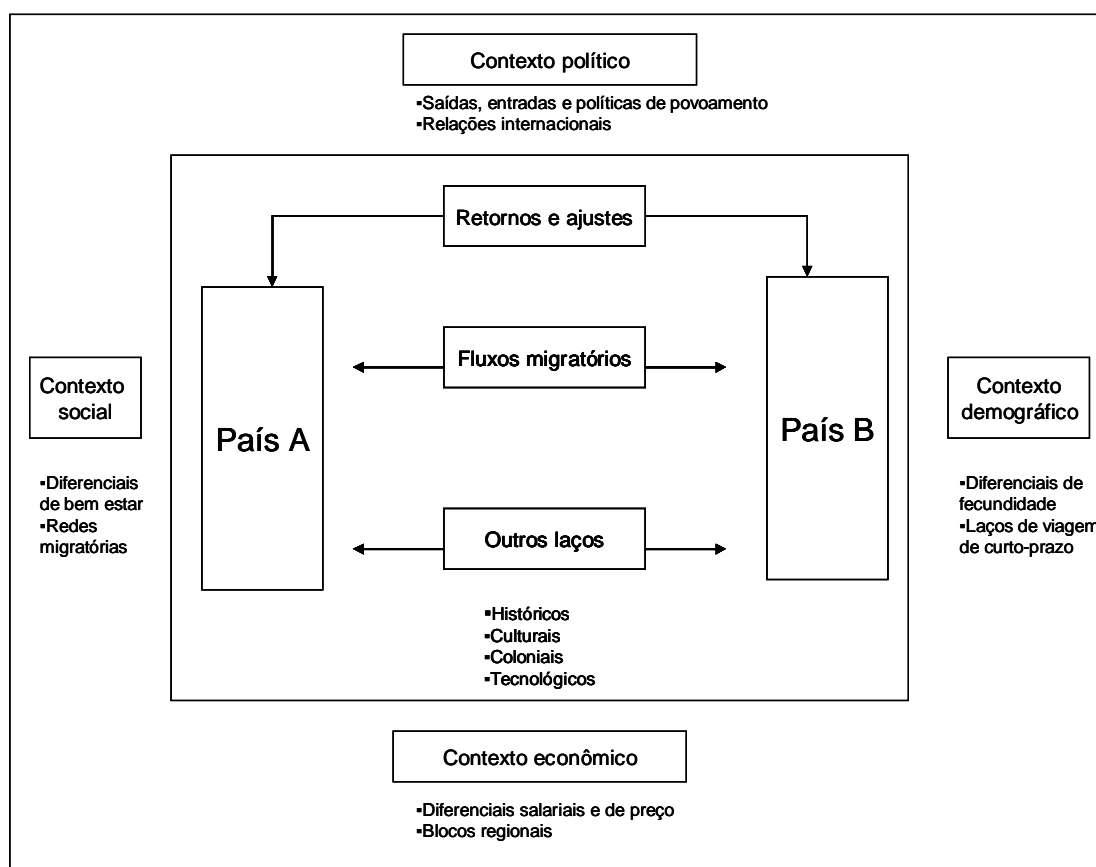
Kritz & Zlotnik (1992) apresentam um esquema para ilustrar a funcionalidade de um sistema de migração internacional (FIG. 1). Conforme as autoras, os fluxos acontecem em um mesmo contexto onde as dimensões políticas, sociais, econômicas, demográficas e tecnológicas estão constantemente em transformação. Essas mudanças são, em parte, uma resposta à própria migração, isto é, uma espécie de retroalimentação.

Um sistema de migração internacional deve ser formado por, no mínimo, dois países. As pessoas que se movem de um país para outro (como de A para B e vice-versa) podem ser não apenas migrantes permanentes, mas também trabalhadores, refugiados, estudantes, homens de negócio e turistas. Esses movimentos de curto-prazo frequentemente geram condições para movimentos de longa-duração.

De acordo com Fazito (2008, p. 154), um sistema de migração é um conjunto (não vazio) de componentes e vetores que podem estar vinculados diretamente ou não. Os componentes são os indivíduos e grupos que integram um sistema. Os

vetores são os vínculos que se formam ao longo do movimento, cujas medidas estão diretamente relacionadas às medidas de fluxos. Assim como Kritz & Zlotnik (1992), Fazito considera que tais vetores e componentes devem fazer parte dos mesmos contextos históricos, culturais, geopolíticos e econômicos. A dimensão espacial que demarca todos os países de um sistema migratório está acompanhada inevitavelmente de uma dimensão temporal, que é essencial para capturar a dinâmica dos fluxos e contra-fluxos (Kritz & Zlotnik, 1992, p. 4).

FIGURA 1 – Estrutura de um sistema de migração internacional



Fonte: Kritz & Zlotnik (1992, p. 3).

A FIG. 1 esboça a estrutura geral de um sistema de migração, com todas as interações possíveis. Embora todos os tipos de movimentos populacionais contemporâneos sejam sintomas da modernização e globalização, vale ressaltar que cada sistema migratório possui suas características específicas. Os

indivíduos e grupos envolvidos possuem uma variedade de motivações e se deslocam sob diferentes condições (Castles & Miller, 1998, p.29).

O sistema de migração internacional entre a França e alguns países da África, sobretudo a Argélia, é um bom exemplo para ilustrar o funcionamento de um sistema migratório específico, fundamentado por laços histórico-coloniais. A colonização francesa dos países do norte da África (Argélia, Marrocos e Tunísia) e de vários países da África Ocidental e Equatorial data do século XIX (Garson, 1992, p. 80). Durante os primeiros estágios da colonização, a presença francesa em terras norte-africanas era marcante, graças aos fluxos migratórios da metrópole em direção às colônias, especialmente para a Argélia. Mas, a partir da Primeira Guerra Mundial esses fluxos mudaram de direção. Num primeiro momento, trabalhadores africanos foram recrutados para repor a mão-de-obra francesa, que havia se alistado na Primeira Grande Guerra. Além do mais, no período pós-guerra, as taxas de crescimento populacional da França encontravam-se muito baixas e os imigrantes tornaram-se uma alternativa para o incremento dessas taxas, assim como para a reposição da força de trabalho no país. O término da Segunda Guerra Mundial também foi marcado pelo recrutamento de mão-de-obra africana. A necessidade de trabalhadores para a reconstrução econômica da França fez com que o governo francês afrouxasse os termos e condições para a entrada desses imigrantes. Benamrane (1983, citado por Garson, 1992) estima que 35 mil argelinos entraram na França em 1946 e que em 1955 esse número havia aumentado para 200 mil. Não eram só os argelinos que poderiam emigrar para a metrópole sem maiores restrições, mas também todos os outros nacionais das colônias francesas na África, sobretudo da África subsaariana.

O processo de descolonização das colônias francesas teve início com a independência da Tunísia e do Marrocos, em 1956. Em 1960 a França reconheceu a independência de suas colônias africanas, com exceção da Argélia. A independência argelina só foi reconhecida após uma guerra, em 1962, sob o *Accords d'Evian* (Acordo de Evian). Nesse acordo foram determinadas as condições jurídicas sob as quais o povo argelino teria acesso à cidadania

francesa, além da liberdade de circulação entre os dois países (Garson, 1992, p. 83).

Como era de se esperar, a independência da Argélia causou um massivo influxo de migrantes para a França. Em 1964 e 1968 a França tentou restringir a imigração de argelinos para o país via acordos bilaterais. O acordo assinado em 1968 foi exitoso e estabeleceu, pela primeira vez, uma quota anual para a entrada desses imigrantes no país. Contudo, restrições governamentais mínimas foram impostas para a reunificação familiar e nenhum controle foi estabelecido para o recrutamento de mão-de-obra na ex-colônia. Ademais, os novos imigrantes argelinos tinham um prazo de nove meses para conseguirem um contrato de trabalho na França e assim assegurarem o direito de permanência no país.

As ex-colônias francesas localizadas na África subsaariana possuem uma relação com a França semelhante à da Argélia. Antes do ingresso francês na Comunidade Européia, em 1958, cerca de metade das relações comerciais da França era realizada com países (a maioria colônias) da Zona Franca, cuja unidade monetária era o franco francês. A livre circulação de bens, capital e pessoas era permitida e obedecia às regras coloniais impostas pela metrópole. Depois da independência dessas colônias, acordos multilaterais e bilaterais foram firmados para garantir a livre circulação de bens e capital, assim como para facilitar a migração entre a França e os jovens países. Atualmente, apenas cartões de identidade são suficientes, por exemplo, para permitir a entrada de malianos, mauritanos e senegaleses na França. Garson (1992) salienta que mesmo após 30 anos de independência, cidadãos do Congo, de Mali e da Nigéria não precisam de vistos de longo prazo para entrar na França. Além disso, familiares de cidadãos de diversos países africanos, tais como Burkina Faso, Gabão e Mauritânia que desejarem se juntar a seus familiares residentes na França não precisam passar pelos procedimentos normais para serem admitidos no país.

Fazito (2005) faz uma análise estrutural de quatro sistemas de migração internacional no Brasil e mostra o funcionamento das micro, meso e macro estruturas para a consolidação dos fluxos internacionais. A imigração de italianos para o Brasil, por exemplo, aconteceu graças às redes informais de recrutamento

(agenciadores), à política governamental paulista e às redes familiares e de amizade. Em 1983 foi criada em São Paulo a Sociedade Promotora da Imigração (SPI), cujo objetivo era a importação de mão-de-obra européia em larga escala. Em 1886 foram feitos os primeiros contatos oficiais com o governo italiano. Contudo, previamente à instalação de comitês de recrutamento nos países europeus, as redes informais clandestinas de recrutamento já funcionavam (Fazito, 2002, p. 132-133). Essas redes estavam associadas também às redes familiares. Quando, muitas vezes, os imigrantes italianos não atendiam às exigências do governo paulista para receberem o subsídio da passagem e o emprego na indústria e fazendas, recorriam aos seus contatos pessoais com os agentes. Tais agentes agiam de maneira a facilitar a entrada dos imigrantes, junto aos inspetores públicos da imigração, e a contratar serviços de agentes falsificadores de documentos (Hutter, 1972).

A emigração de brasileiros para a Guiana Francesa é outro exemplo interessante de sistema migratório internacional apresentado por Fazito (2005). A Guiana Francesa é um território francês que faz fronteira com o Suriname e com o Brasil. O idioma oficial do país é o francês e seus habitantes têm direitos civis e políticos reconhecidos pelo governo da França, sobretudo no que diz respeito aos direitos de aposentadoria no sistema previdenciário oficial (Arouck, 2001). A região de fronteira é de difícil acesso, devido à mata densa e aos rios, mas é pouco vigiada de ambos os lados. A proximidade espacial entre Caiena e Kourou (centros urbanos guianenses) e Belém e Macapá (capitais estaduais brasileiras) possibilita aos brasileiros utilizar estratégias migratórias importantes no contexto local. Essa emigração de brasileiros para a Guiana Francesa ocorre de maneira desordenada e ilegal.

Os vínculos entre Macapá, Belém e a Guiana Francesa datam do início do século XIX. Todavia, o primeiro grande fluxo emigratório de brasileiros para a Guiana Francesa ocorreu em 1964, devido à construção do Centro Espacial Guianense e a cidade-sede de Kourou (Arouck, 2001). Muitos brasileiros foram recrutados em São Paulo e norte do Brasil, pelo governo francês, para trabalharem em Kourou, cuja infra-estrutura de serviços era direcionada para atender cientistas e técnicos franceses. O novo assentamento urbano, como era de se esperar, passou a

demandar mão-de-obra não especializada, sobretudo para a construção civil, o que favoreceu ainda mais a contratação de brasileiros. Mas esses brasileiros recebiam baixos salários e eram, em grande parte, contratados de maneira informal, por subempreiteiros. Fazito (2005) destaca que, embora a demanda por mão-de-obra tenha sido estancada nos anos 1990, os fluxos migratórios de brasileiros para a Guiana Francesa permanecem, graças às redes informais de familiares e amigos.

O sistema migratório Brasil-Paraguai, consoante com os sistemas de migração França-ex-colônias africanas, Brasil-Itália e Brasil-Guiana Francesa, possui características peculiares. Para entender seu funcionamento é preciso ter em mente os elementos que concorreram para a expressiva migração de brasileiros para o Paraguai e o posterior retorno de milhares deles. Essas questões são abordadas no próximo capítulo.

4. O SISTEMA DE MIGRAÇÃO BRASIL-PARAGUAI: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE TRANSNACIONAL “BRASIGUAIA”

O foco deste capítulo é sintetizar os traços característicos do sistema de migração Brasil-Paraguai, que originou a formação da comunidade transnacional “brasiguaia”. Na primeira seção faz-se uma breve descrição da evolução histórica das diversas modalidades de mobilidade populacional na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Em seguida, são utilizados dados dos Censos Demográficos brasileiros de 1991 e 2000 para indicar não apenas parte da magnitude desse fluxo, mas também para ressaltar a migração de retorno que ajuda a configurar a formação da comunidade transnacional “brasiguaia”. A análise dessas informações é precedida pela apresentação dos métodos adotados para manipulação dos dados.

4.1 O sistema de migração Brasil-Paraguai

Em linhas gerais, um sistema de migração internacional é caracterizado por uma rede de países ligados por interações migratórias, cuja dinâmica é largamente moldada pela funcionalidade de uma variedade de redes, que ligam os migrantes em diferentes níveis de agregação. Nessa abordagem teórica enfatiza-se o papel das instituições e das redes migratórias na conexão e suporte da migração internacional (Kritz & Zlotnik, 1992, p. 15).

A emigração massiva de brasileiros para o Paraguai inicia-se no final da década de 1950 e intensifica-se nos dois decênios seguintes. Os imigrantes brasileiros no Paraguai vieram predominantemente do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Entraram no país vizinho, principalmente, por meio da fronteira entre o estado do Paraná e o departamento do Alto Paraná e na “fronteira seca” entre o estado do Mato Grosso do Sul e os departamentos de Canindeyú e Amambay.

Não se sabe exatamente o número de brasileiros que adentraram o Paraguai nessas três décadas. Segundo Palau & Heikel (1987), num curto período de seis anos, entre 1972 e 1978, emigraram para a região Oriental do Paraguai, especialmente para o Alto Paraná e Canindeyú, entre 250 e 300 mil brasileiros. Os Censos de Población y Viviendas de 1962 e 1982 registraram que a população residente no departamento de Alto Paraná passou de 24.067 habitantes para 192.518, num período de 20 anos. Tal incremento populacional ocorreu graças à massiva presença de estrangeiros. Em 1962, Alto Paraná contava com 1.393 estrangeiros e em 1982 com 98.000, dos quais 53,8% e 91,0%, respectivamente, eram brasileiros (Palau & Heikel, 1987, p. 21). Cortêz (1993) estima que, em 1984, cerca de 400 mil brasileiros já haviam atravessado a fronteira do Brasil com o Paraguai. Sprandel (1998) também fala de 400 mil brasileiros no Paraguai, conforme informações de entidades confessionais, ONGs e da imprensa. De acordo com Wagner (1992), em 1986 viviam no Paraguai cerca de 350 mil brasileiros, dos quais 33,0% eram gaúchos. Ainda segundo Wagner, na região de Alto Paraná, fronteira com Foz do Iguazu, no Brasil, existiam, em média, cinco brasileiros para cada paraguaio. BRASIL (2008) estima que, no ano de 2001, havia 442.104 brasileiros no Paraguai. De acordo com Fazito (2008, p. 156) essa informação reflete a procura dos brasileiros por serviços consulares naquele país e muito provavelmente está subestimada ou superestimada.

A singularidade do sistema Brasil-Paraguai manifesta-se em vários aspectos. Em primeiro lugar, nas motivações para a emigração de brasileiros para o Paraguai e para o posterior retorno de milhares deles. Em segundo lugar, nos pontos de origem e destino dos fluxos. Grande parte dos brasileiros que se dirigiram para o país vizinho era oriunda dos estados do sul do Brasil e se direcionaram para a região oriental paraguaia. Um terceiro ponto particular refere-se às características socioeconômicas dos emigrantes. Em quarto lugar está a formação de uma comunidade transnacional no Paraguai. Finalmente, as especificidades dos deslocamentos que acontecem na fronteira dos dois países.

A emigração de brasileiros para o Paraguai está intimamente ligada à convergência de políticas de ordem econômica e militar dos dois países. Palau & Heikel (1987) enfatizam que levar em conta apenas os fatores econômicos de

atração (no Paraguai) e de expulsão (no Brasil) para entender os volumosos afluxos de brasileiros para o país vizinho é incorrer em equívoco. É imprescindível realçar a intenção do Governo paraguaio em aceitar uma mão-de-obra mais capitalizada e mais desenvolvida na agricultura, como a brasileira.

De um lado, o Brasil, com suas políticas de expansão da fronteira agrícola, substituição de importações e incremento das exportações. De outro, o governo do general Stroessner, empenhado em empreender o povoamento das terras virgens, fronteiriças ao Brasil, realizar a integração regional do capitalismo em expansão e afastar os camponeses da proximidade da capital Assunção para áreas mais distantes, evitando tensões sociais (Palau & Heikel, 1987, p. 17).

Stroessner chega ao poder no Paraguai em 1954 e, em 1959, dá início ao processo de transformação do setor agropecuário, por meio de políticas direcionadas à colonização e à modernização da fronteira agrícola paraguaia (Salim, 1995, p. 146). A primeira etapa desse processo baseou-se na distribuição de terras para militares e líderes do Partido Colorado, e na contratação de empresas colonizadoras brasileiras, norte-americanas, alemãs e japonesas para organizarem a colonização. Muitos agricultores paraguaios foram expulsos de suas terras nesse período.

Os primeiros brasileiros a serem atraídos para o Paraguai foram os das regiões norte e nordeste do país. Desprovidos da tradição de posse da terra, os novos imigrantes (negros, mulatos e cafuzos) trabalhavam na derrubada da mata e dedicavam-se à agricultura de sobrevivência e ao cultivo comercial da hortelã. Esses imigrantes experimentaram relativa estabilidade até o final dos anos 1960, quando Stroessner mudou sua política para o departamento de Alto Paraná. A segunda etapa do plano era atrair mão-de-obra brasileira oriunda do Sul do país. A ordem do Estado paraguaio era priorizar a mão-de-obra dos descendentes de alemães e convencê-los a ensinar “aos preguiçosos paraguaios e a negrada brasileira” a trabalhar (Wagner, 1992, p. 17). O afluxo massivo de colonos do Sul do Brasil para o Paraguai “empurrou” os colonos do Norte e Nordeste para outras regiões daquele país, tais como para La Paloma e Salto Del Guairá. Muitos outros decidiram pelo retorno ao Brasil.

“Del lado del Paraguay parece que la desaparición de los pioneros desmontadores es parte integrante del desarrollo de los acontecimientos. En el Alto Paraná, en Santa Rita o en Naranjal se habla de ellos sin nostalgia; ellos simplemente han cedido la tierra a una agricultura moderna indispensable para el desarrollo de la región” (Souchaud, 2007, p. 135).

Segundo Zaar (2001), a colonização do extremo oeste do estado do Paraná teve início na década de 1940. O objetivo do Estado brasileiro era nacionalizar a região que, durante o século XIX e início do século XX, esteve ocupada por empresas estrangeiras, e expandir as fronteiras agrícolas para incrementar o volume das exportações. No entanto, Sprandel (2002) ressalta que as regiões norte e oeste do Paraná já recebiam, desde meados da década de 1930, camponeses do Nordeste brasileiro, de Minas Gerais e São Paulo, atraídos pela expansão da lavoura cafeeira.

Muitas empresas colonizadoras que atuavam no Rio Grande do Sul foram estimuladas pelo governo paranaense a realizar o processo de colonização de seu território (Zaar, 2001, p. 4). Apesar dessas companhias realizarem propagandas em todo o Brasil e, inclusive, no exterior, para divulgar a fertilidade do solo e o baixo preço das terras, o público-alvo da campanha eram os produtores agrícolas familiares do Rio Grande do Sul (Sprandel, 1992; Zaar, 2001). A redução da fertilidade do solo naquele estado e a partilha dos lotes por herança foram fatores que, aliados à campanha publicitária, também contribuíram para a emigração de colonos do Rio Grande do Sul para o oeste e sudoeste do estado do Paraná (Zaar, 2001, p. 4).

No decênio de 1960, o governo brasileiro deu início às políticas que objetivavam incrementar as produções de soja e trigo no país. Para tal, criou inúmeros incentivos para a consolidação da modernização agrícola brasileira. Entre eles, o acesso ao crédito para todas as fases do processo produtivo agrícola, desde o preparo da terra e a compra de insumos (matéria-prima, equipamentos, capital, etc) e implementos, até a industrialização, comercialização e a armazenagem. A transferência de complexos industriais de capital multinacional (para atender à demanda de insumos, máquinas e implementos agrícolas) e a implantação de agroindústrias de esmagamento de soja (para a produção de óleo e farelo) foram

condições de suma importância para a efetivação da modernização agrícola. As instituições bancárias também participaram desse processo, fornecendo financiamentos para compra de insumos, agrotóxicos, sementes e equipamentos agrícolas (Zaar, 2001, p. 4). Aos milhares de agricultores que não conseguiam a legalização de suas posses e garantias de auxílio financeiro e técnico para competir com a monocultura de soja, restava emigrar. As novas tecnologias dispensavam o trabalho braçal das famílias. Além das empresas agroindustriais, o governo militar brasileiro favoreceu a entrada do capital estrangeiro para a instalação de empresas multinacionais (Cortêz, 1993, p. 20).

No início da década de 1970, o processo de transformação capitalista da agricultura brasileira no extremo oeste e sudoeste do Paraná já estava bastante avançado. As terras devolutas, ocupadas por colonos, foram anexadas às terras das empresas colonizadoras, para serem comercializadas ou incorporadas a novos latifúndios. Aos segmentos populacionais afetados pelo processo de concentração de terras no Brasil, a saída era emigrar para o Paraguai, onde os preços da terra eram irrisórios.

“En un primer momento la frontera seca era la principal vía de penetración y la mayoría de los migrantes eran brasileños instalados al Norte del paralelo 24 (que atraviesa el Paraguay en las proximidades de Saltos del Guairá). Luego, a partir de la segunda mitad de los años 60, con la construcción del ‘Puente de la Amistad’ (entre Ciudad del Este y Foz de Iguazú), es el sur brasileño el que se congrega en la frontera paraguaya y la región del Alto Paraná se convierte en el centro del proceso de colonización. Los testimonios recogidos insisten sobre el intenso tráfico que circula en el puente a fines de los años 60 e inicios de los años 70. El espectáculo de la inmigración anima el espacio fronterizo. Los colonos pasan en todo tipo de vehículos, a motor o a tracción a sangre, numerosas familias se amontonan en medio de una pila más o menos compacta de muebles, utensilios domésticos, material agrícola y algunos animales (gallinas, cerdos y veces una vaca). Este conjunto heterogêneo puede parecer anticuado y superfluo pero los colonos conocen su importancia. Una vez llegados, les ayuda a resistir el aislamiento y la miséria que les espera hasta la primera cosecha” (Souchaud, 2007, p. 125).

Nesse ambiente de transformações, o governo do general Stroessner colocou em prática, com o apoio do Instituto de Bem Estar Rural (IBR), um grande plano de

colonização agrícola, facilitando a entrada de empresas e colonos estrangeiros nos departamentos fronteiriços. As empresas imobiliárias compraram grandes extensões de terras, contrataram os peões para o desmatamento e depois venderam os lotes. Muitos agricultores no sul do Brasil venderam suas terras e compraram maiores extensões no lado paraguaio da fronteira. “Os desdobramentos da ‘Marcha ao Oeste’ no Brasil se encontram com a ‘Marcha ao Leste’ no Paraguai a partir da década de 1960” (Albuquerque, 2005, p. 65).

No encontro das duas “Marchas”, a presença brasileira foi predominante e muitos agricultores paraguaios foram expropriados. De acordo com o sociólogo Ramón Fogel (citado por Cortêz, 1993, p. 24), os departamentos fronteiriços paraguaios de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay sofreram um processo de estrangeirização. Os brasileiros possuíam mais terras que os próprios paraguaios nesses departamentos.

Juntamente com a modernização agrícola e a integração econômica, o Brasil e o Paraguai buscaram também a integração energética, consolidada com a construção da Hidrelétrica de Itaipu. A obra foi iniciada em 1975, mas a formação do reservatório só aconteceu em 1982. Foram inundados 1.460 km² de áreas marginais ao rio Paraná. Desse total, 835 km² pertenciam ao Brasil e 625 km² ao Paraguai. Para a formação do lago de Itaipu, 42 mil pessoas foram desapropriadas e indenizadas. Entre elas, mais de 90% residiam em zona rural. Às famílias desapropriadas restava migrar para a zona urbana, para outros municípios do estado do Paraná, para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil ou para o país vizinho, o Paraguai (Zaar, 2001, p. 5-6).

Entre 1980 e 1984, o processo de modernização agrícola do Brasil começou a ocorrer no Paraguai. As grandes empresas agroindustriais passaram a agir na especulação imobiliária, retirando de maneira violenta os agricultores de suas terras. Os bancos estrangeiros e as empresas de maquinários agrícolas se instalaram na fronteira agrícola paraguaia e os produtores começaram a comprar máquinas modernas e tratores, em detrimento do trabalho dos peões e bóias-frias que foram dispensados. Ademais, muitos contratos de arrendamento terminaram no início dos anos 1980 e não foram renovados. Houve ainda a diminuição dos créditos agrícolas do Banco Nacional de Fomento do Paraguai, inviabilizando a

pequena produção. Assim, muitos imigrantes brasileiros tiveram que se deslocar para outras regiões do Paraguai ou regressar ao Brasil.

Outro problema decorreu da saída do poder do general Alfredo Stroessner, em 1989, e à possibilidade de uma redemocratização no Paraguai, momento em que as reivindicações sociais que até então eram reprimidas, começaram a aflorar. No Brasil, em 1985, terminou a Ditadura Militar e o novo governo anunciou a possibilidade de realização de uma reforma agrária, com o Plano Nacional de Reforma Agrária. Paralelamente a tais acontecimentos foi criado o Plano Cruzado, em 1986. Seu objetivo era de estabilizar a economia brasileira e constituiu em mais um atrativo para a imigração de retorno (Salim, 1995).

4.2 A imigração de retorno e a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia: dados e métodos

Com base nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 e 2000 é possível estimar a magnitude do fluxo de migração internacional de retorno proveniente do Paraguai. No entanto, utilizando apenas a informação de última etapa do Censo Demográfico brasileiro de 1991 não é possível identificar a situação migratória dos retornados internacionais do decênio, sobreviventes no final na década, que realizaram migração interestadual ou intermunicipal no mesmo estado, dentro do Brasil, após o retorno. Então, o número de retornados internacionais será subestimado, uma vez que só serão captados os indivíduos que retornaram ao Brasil e não reemigraram. Já o quesito de data-fixa permite a identificação de tais retornados internacionais, no quinquênio (1986/1991), mesmo que tenham realizado uma segunda etapa migratória, seja ela intra-estadual ou interestadual.

Por exemplo, pela informação de última etapa, um retornado internacional, que chegou ao país em 1983, se dirigiu ao município de Sabará (MG) e reemigrou para Belo Horizonte (MG), em 1985, não é captado como retornado internacional do decênio 1981/1991, mas apenas como imigrante intermunicipal em Belo Horizonte (intra-estadual em Minas Gerais). As informações de data-fixa, por outro lado, enriquecem a análise do fenômeno, uma vez que o Censo Demográfico de 1991, ao indagar sobre o “município ou país estrangeiro de

residência em 01/09/1986”, permite ao pesquisador identificar se o inquirido é retornado internacional, mesmo que tenha realizado mais de uma etapa migratória, depois de sua chegada ao Brasil no quinquênio imediatamente anterior ao censo. Um retornado internacional que chegou a Belo Horizonte depois de 01/09/1986 e em seguida reemigrou para Ribeirão Preto (SP) num ano qualquer, é captado pelo Censo de 1991 como retornado internacional, no último quinquênio (1986/1991), segundo as informação de data-fixa, e como imigrante inter-estadual em Ribeirão Preto, pela informação de última etapa.

O dado de última etapa do Censo de 2000, por sua vez, possibilita reconhecer os retornados internacionais, sobreviventes no final do decênio, que migraram dentro do país, numa mesma UF. No entanto, os brasileiros provenientes do exterior, sobreviventes no final da década, que realizaram migração interestadual, depois do retorno ao país, não serão identificados. A informação de data-fixa do Censo brasileiro de 2000 também permite a captação dos retornados internacionais no quinquênio (1995/2000) que tenham reemigrado dentro da mesma UF. Além disso, fornece subsídios para os pesquisadores apreenderem os brasileiros oriundos do exterior que, depois da chegada ao Brasil, migraram para outra UF.

Suponha que um indivíduo chegou a Belo Horizonte (MG) em 1992, oriundo do Paraguai. Em 1994, essa pessoa mudou-se para Ouro Preto (MG). De acordo com a pergunta “qual é a Unidade da Federação ou país estrangeiro de residência anterior”, é possível, então, conhecer a origem internacional do imigrante, uma vez que a UF permaneceu sendo a mesma. Essa possibilidade é anulada, caso o retornado reemigre dentro do Brasil para outra UF, resultando em um erro por falta. Se um retornado chegou a Belo Horizonte (MG) em 1995 (depois de 31/07/1995), proveniente do Paraguai, e migrou para Governador Valadares (MG) em 1996, pela pergunta “Unidade da Federação ou país estrangeiro que residia em 31 de julho de 1995” é possível identificá-lo como retornado internacional, pela informação de data-fixa, e como migrante intra-estadual, conforme dados de última etapa. Da mesma forma, se um brasileiro proveniente do Paraguai, ao chegar ao Brasil, migrou de uma Unidade da Federação para outra, só será possível identificá-lo como retornado internacional

pela informação de data-fixa, se retornou após 01/08/1995. Pelo dado de última etapa ele será classificado apenas como migrante interestadual.

O QUAD. 1 resume a discussão feita acima.

QUADRO 1- Informações de última etapa e data-fixa: possibilidades e limitações para captar os retornados internacionais que reemigraram dentro do Brasil, 1991 e 2000

1991		
Retornados internacionais no decênio que realizaram: Migração inter-estadual Migração intraestadual	Pela informação	
	Última etapa	Data-fixa (1986/1991)
	não captado	captado
não captado	captado	
2000		
Retornados internacionais no decênio que realizaram: Migração inter-estadual Migração intraestadual	Pela informação	
	Última etapa	Data-fixa (1995/12000)
	não captado	captado
captado	captado	

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos brasileiros de 1991 e 2000.

4.2.1 Metodologia para estimação dos efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno

A migração de retorno, assim como qualquer movimento migratório, modifica o volume e os atributos da população da região de origem e destino. Mas a população receptora, além de acolher seus antigos emigrantes, recebe também outras pessoas associadas aos retornados (Ribeiro, 1997, p. 97). No caso da migração internacional de retorno do Paraguai, os antigos emigrantes internacionais são brasileiros e pessoas que vieram para o Brasil com eles podem possuir outra nacionalidade. Ademais, na população de destino devem ser contabilizados os nascimentos, dentro do período analisado, dos filhos desses retornados. Esses filhos nunca residiram fora do Brasil e são menores de 10 anos de idade. Em seu trabalho, Ribeiro (1997) denominou esses dois componentes de efeitos indiretos da migração de retorno.

Ribeiro (1997), ao estimar os saldos migratórios dos estados nordestinos nos decênios 1970/1980 e 1981/1991, mensurou e avaliou o importante papel da migração de retorno para os municípios e os estados da região Nordeste do Brasil. Além do mais, calculou os efeitos diretos e indiretos da migração de

retorno, fundamentando-se numa metodologia que utiliza a unidade domiciliar como estratégia de análise. Magalhães (2003), por sua vez, ao investigar a migração paranaense, especialmente das décadas de 1970 e 1980, contabilizou os efeitos diretos e indiretos da migração de retorno dos naturais do estado, conforme Ribeiro (1997), mas utilizou a família como unidade de observação. Essa autora considerou a unidade familiar mais adequada para a estimação dos efeitos indiretos, se comparada aos domicílios, uma vez que nestes últimos pode residir mais de uma unidade familiar, com relações de parentesco entre si ou não. Além disso, para a estimação do efeito indireto, considera-se a probabilidade de que o indivíduo que retorna venha acompanhado de seus familiares, sejam eles naturais ou não (Magalhães, 2003, p. 126).

Nesta tese, a família também é utilizada como unidade de observação para o cálculo dos efeitos indiretos da migração de retorno internacional.

O efeito direto (DIR) da migração internacional de retorno é definido como o retorno de brasileiros natos no decênio considerado. A mensuração desse efeito é realizada diretamente pelas informações de última etapa e data-fixa dos Censos Demográficos, guardadas as limitações apresentadas anteriormente. Já o efeito indireto (IND) possui dois componentes: o efeito indireto 1 (IND1), que se refere aos nascimentos, no Brasil, dentro do período analisado, dos filhos de retornados, e o efeito indireto 2 (IND2), que constitui-se da imigração de não-brasileiros, associada ao retorno de brasileiros natos.

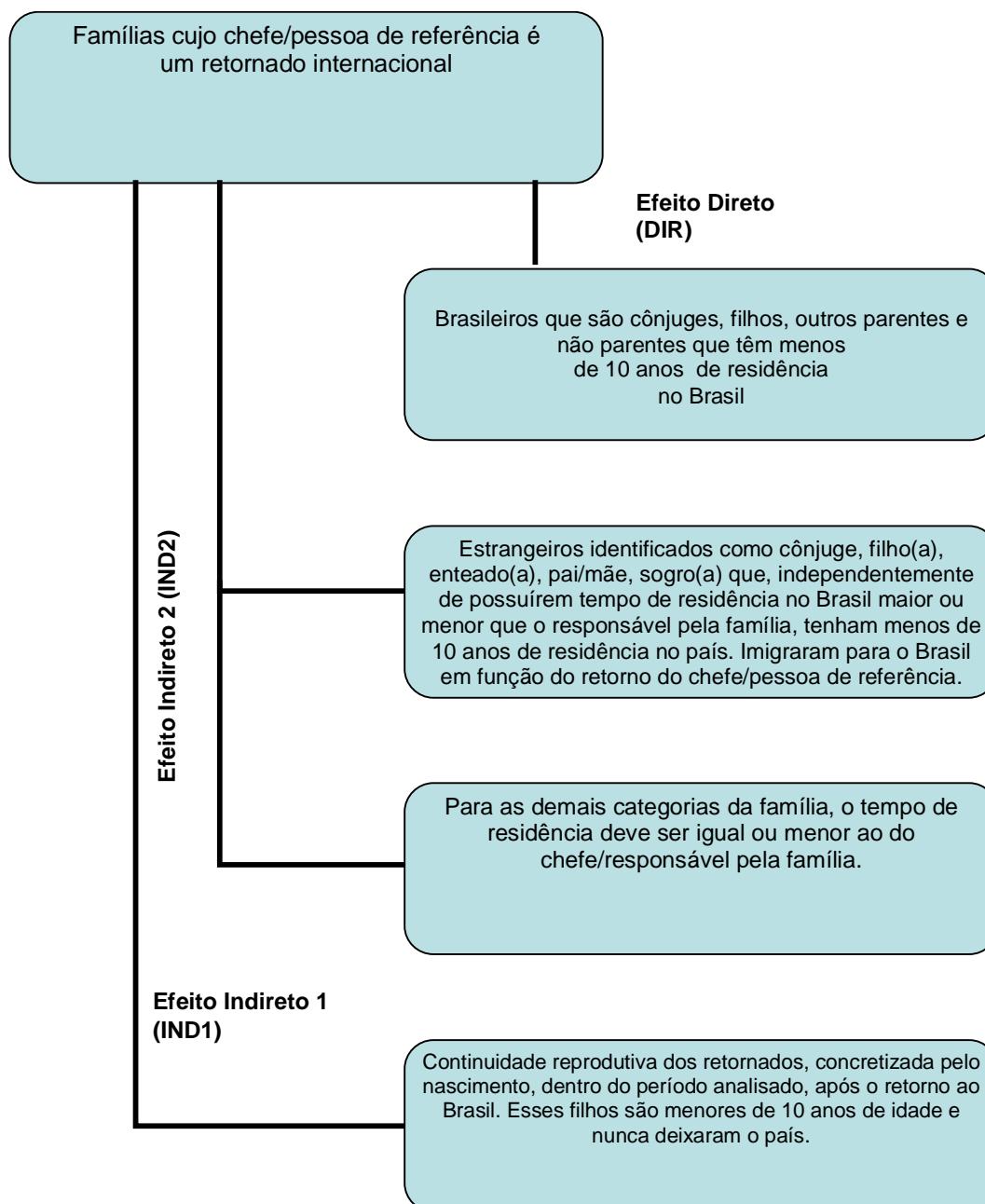
Identifica-se, em primeiro lugar, a condição de retorno de todos os membros da família, classificados quanto à hierarquia familiar: chefes/ pessoas de referência, cônjuges, filhos, outros parentes e não parentes. Para as famílias cujos chefes/ pessoas de referência são retornados, considerou constituir em efeito indireto do tipo 2 (IND2) os estrangeiros identificados como cônjuge, filho, enteado, pai ou mãe, e sogro ou sogra que, independentemente de possuírem tempo de residência no Brasil maior ou menor que o responsável pela família, tenham chegado ao país no decênio em questão (Ribeiro, 1997; Magalhães, 2000). Para as demais categorias da família, considerou-se como efeito indireto 2 (IND 2) os não-brasileiros, com tempo de residência igual ou menor ao do chefe/ pessoa de referência retornado. O efeito indireto 1 (IND1) refere-se aos nascimentos dos

filhos dos retornados, dentro do período analisado, após a volta ao país. Esses filhos nunca residiram fora do Brasil e são menores de 10 anos de idade.

Para as famílias em que o chefe/ pessoa de referência não é brasileiro, considera-se efeito indireto 2 (IND2) da migração de retorno todos os imigrantes internacionais do decênio que façam parte dessa família (cônjuge, filho, enteado, pai ou mãe, sogro ou sogra), incluindo aí o chefe/ pessoa de referência. Nesse caso, serão considerados apenas os não-brasileiros cujo tempo de residência no país seja igual ou menor ao do retornado de maior hierarquia na estrutura familiar (Ribeiro, 1997, p. 102). O efeito indireto 1 (IND1) é a continuidade reprodutiva dos retornados. O nascimento de seus filhos se deu no Brasil, dentro do decênio considerado, após o retorno.

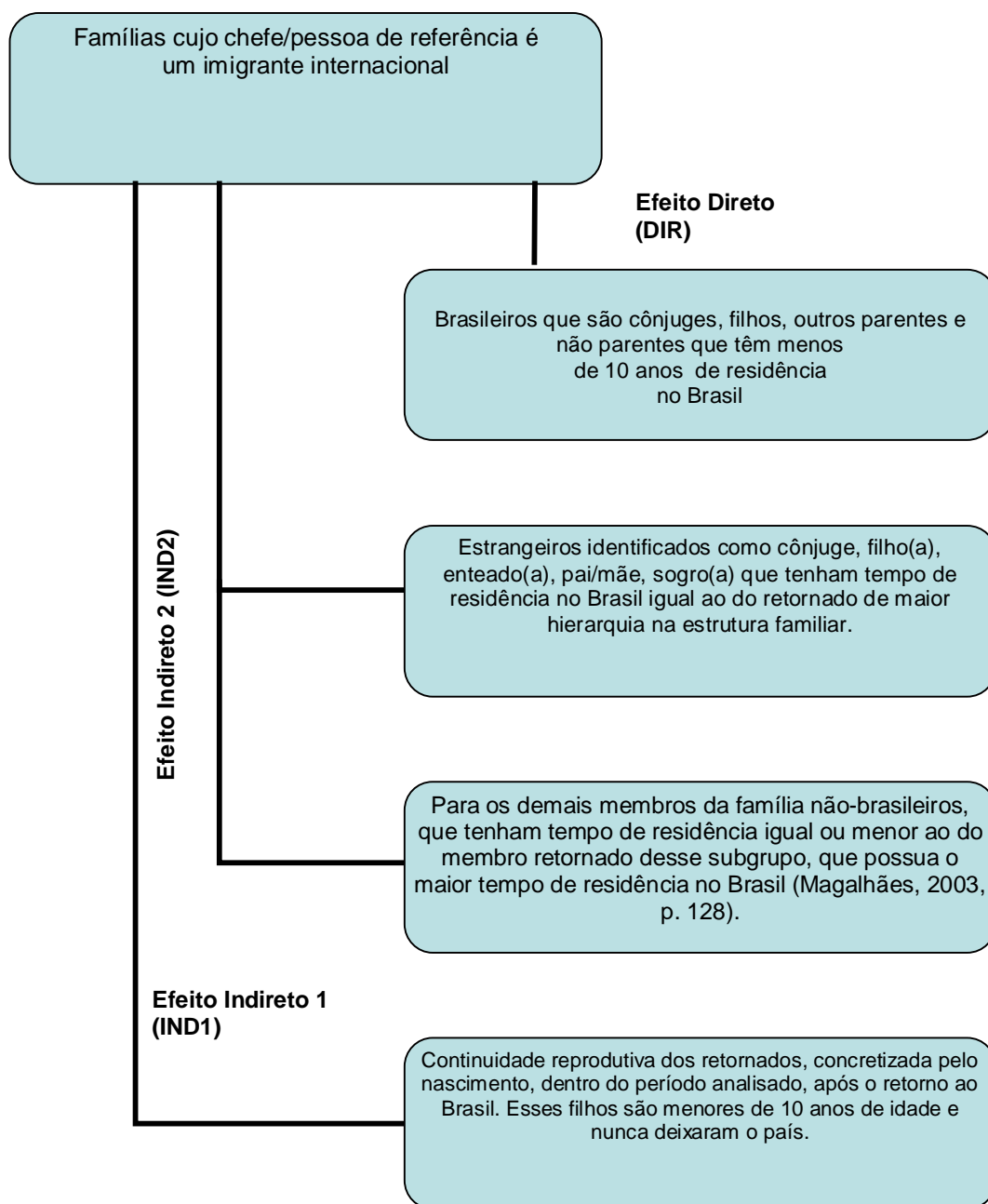
As FIGs. 2 e 3 sintetizam os efeitos diretos e indiretos da migração internacional, de acordo com a condição do chefe/responsável pela família.

FIGURA 2 – Efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno: famílias cujos chefes/ pessoa de referência são retornados internacionais



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 3– Efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno: famílias cujos chefes/ pessoas de referência são imigrantes internacionais



Fonte: Elaboração própria.

4.3 A imigração de retorno e a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia”: uma análise das estimativas

Assim como as incertezas que envolvem o número de brasileiros que se dirigiram para o Paraguai, a partir da década de 1950, pouco se sabe a respeito da magnitude do retorno. Os dados disponibilizados pelos Censos Demográficos brasileiros de 1991 e 2000 possuem algumas limitações, descritas no item anterior, o que contribui para a subestimação do número de retornados. Além do mais, os dados censitários só contabilizam os residentes regulares. Outro aspecto importante é o intenso trânsito dos brasileiros na fronteira do Brasil e Paraguai e as estratégias de sobrevivência baseadas na duplicidade de residência (uma em cada país). A ausência na residência brasileira, na data dos recenseamentos, por exemplo, colabora para o incremento de tais subregistros.

A imigração de retorno aconteceu, mais especificamente, em direção aos estados do Paraná, via Foz do Iguaçu (fronteira com o departamento de Alto Paraná) e Mato Grosso do Sul. Com base nas informações de data-fixa dos Censos Demográficos brasileiros de 1991 e 2000, cabe notar que o estado do Paraná recebeu quase 40,0% do total de imigrantes provenientes do Paraguai, no quinquênio 1986/1991, seguido de perto pelo estado de Mato Grosso do Sul (TAB. 3). Do total de imigrantes que adentraram o Brasil no quinquênio, oriundos daquele país, 80,7% eram retornados. Entre 1986/1991 e 1995/2000, houve um incremento de 230,0% no total de imigrantes provenientes do Paraguai. Entre os 35.443 imigrantes, mais de 80,2% eram brasileiros natos. O Paraná foi, de longe, o estado que mais recebeu imigrantes do Paraguai no período 1995/2000, seguido pelo Mato Grosso do Sul. Não obstante, vale assinalar o aumento da participação relativa de Santa Catarina, Mato Grosso e São Paulo como destino dos fluxos migratórios oriundos do Paraguai.

Conforme Souchaud (2007), os jovens adultos, em idade de trabalhar, emigram de suas colônias brasileiras, no Paraguai, em direção aos estados de Mato Grosso do Sul (especialmente para Campo Grande), Paraná (sobretudo Foz do Iguaçu) e São Paulo (capital). Esses jovens imigrantes partem em busca de emprego no setor terciário, em cargos que demandam pouca qualificação, tais como na construção civil, em serviços domésticos, de mecânica e de vendas.

Tabela 3- Brasil: Unidades da Federação de destino dos imigrantes internacionais e retornados do Paraguai nos quinquênios de 1986/1991 e 1995/2000

Unidades da Federação selecionadas	1986/1991			1995/2000		
	Imigrantes (a)	Retornados (b)	% (b)/(a)	Imigrantes (a)	Retornados (b)	% (b)/(a)
São Paulo	922	615	66,7	1.639	1.032	63,0
Paraná	4.276	3.625	84,8	20.815	17.077	82,0
Santa Catarina	281	212	75,4	2.253	1.791	79,5
Rio Grande do Sul	505	457	90,5	1.029	739	71,8
Mato Grosso do Sul	4.063	3.203	78,8	6.401	5.065	79,1
Mato Grosso	154	129	83,8	2.092	1.875	89,6
Demais UFs	530	416	78,5	1.214	839	69,1
Total de retornados	10.731	8.657	80,7	35.443	28.418	80,2

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Como mostram os dados da TAB. 3, mesmo com o aumento expressivo no volume de imigrantes internacionais vindos do Paraguai, entre 1986/1991 e 1995/2000, a proporção das pessoas que fizeram um movimento de retorno ao Brasil permaneceu ao redor de 80%, nos dois quinquênios. Isto contribuiu para a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia”, aprofundada pelos efeitos indiretos de retorno. Apesar de Faist (2000b) não ter mencionado tais efeitos como um dos elementos constitutivos de um espaço social transnacional pode-se pensar nos efeitos indiretos da migração de retorno como ingredientes de suma importância para a construção de tal espaço. A entrada de estrangeiros no país, associada ao retorno internacional, amplia e intensifica os laços sociais e materiais entre as regiões de origem e destino. Esses imigrantes internacionais (efeito indireto) dão continuidade aos laços pré-existentes na origem, estabelecem novos vínculos no destino e criam novas formas de intercâmbio, tais como a combinação de culturas e a proficiência nas línguas-pátrias de ambos os países.

Na TAB. 4 encontram-se discriminadas as Unidades da Federação de destino dos retornados internacionais do Paraguai nos decênios de 1980 e 1990, sob o enfoque do efeito direto, explicitado no item anterior. Com base nas informações do Censo Demográfico de 1991, note que os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul foram os que receberam a maior proporção de retornados do Paraguai, seguidos de longe por São Paulo e Rondônia. No decênio seguinte, de certa forma esse quadro se manteve, com algumas alterações. A participação do Paraná como destino preferencial dos retornados cresceu expressivamente. O

Mato Grosso do Sul manteve sua posição de segundo lugar, mas sua participação relativa caiu pouco mais de 10,0 pontos percentuais, passando de 26,7%, em 1991, para 16,3%, em 2000.

Entretanto, o que mais se destacou foi o acréscimo no volume total dos retornados do Paraguai no período analisado, que saltou de 16,8 mil para 55,0 mil, confirmando a relevância do fenômeno.

Conforme a literatura a respeito do tema, a segunda metade da década de 1980 presenciou um retorno massivo de “brasiguaios”. Wagner (1992) fala de 60 mil camponeses prontos para retornar ao Brasil, só no primeiro semestre de 1986. No entanto, o autor reconhece a incerteza dos números.

“Nunca existiu um cálculo de quantos colonos abandonavam diariamente o Paraguai no final do primeiro semestre de 86. Mas podiam ser observados por qualquer pessoa que se postasse, por alguns instantes, na fronteira dos dois países. Eles saíam daquele país com os seus filhos ao colo e carregando os seus pertences em trouxas feitas de cobertas” (Wagner, 1992, p. 27).

Tabela 4- Brasil e Unidades da Federação selecionadas: efeito direto da migração internacional de retorno do Paraguai, 1981/1991 e 1990/2000

Unidades da Federação selecionadas	1981/1991		1990/2000	
	N. Absolutos	%	N. Absolutos	%
Rondônia	932	5,5	653	1,2
São Paulo	1.051	6,2	2.368	4,3
Paraná	8.306	49,3	33.087	60,1
Santa Catarina	399	2,4	3.234	5,9
Rio Grande do Sul	760	4,5	1.977	3,6
Mato Grosso do Sul	4.502	26,7	8.940	16,3
Mato Grosso	518	3,1	3.091	5,6
Demais Ufs	391	2,3	1.661	3,0
Total	16.859	100,0	55.011	100,0

Fonte: dos dados básicos: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Como apontam os dados apresentados na TAB. 4, esse movimento de retorno intensifica-se ainda mais na segunda metade dos anos 1990. Os dados da TAB. 5 ilustram a distribuição etária e por sexo dos retornados do Paraguai nas duas décadas analisadas. Observe que no Censo Demográfico de 1991 a proporção de crianças entre 0 e 4 anos de idade, em relação ao total de retornados do

Paraguai, foi de 3,2%. Em 2000, esse percentual sofreu um incremento, passando a representar 4,7% do total. A idade de tais crianças indica que retornaram no segundo quinquênio dos anos 1990 e que seus pais realizaram uma migração de curto-prazo para o Paraguai ou registraram seus filhos (menores de 5 anos) no Brasil, ainda morando no Paraguai. A participação relativa das crianças entre 5 e 9 anos de idade elevou-se de 11,0% em 1991 para 14,9% em 2000. Digno de nota é a proporção de mulheres retornadas em idade reprodutiva, em relação ao total de mulheres retornadas, tanto em 1991 (30,9%) quanto em 2000 (28,8%). Vale lembrar que essa proporção é importante porque, dentre outros aspectos, são essas mulheres que serão as responsáveis, em parte, pelo efeito indireto 1 (IND1) e efeito indireto 2 (IND2) (satisfeitas as condições descritas no item anterior), já que podem ter retornado do Paraguai com filhos e companheiro, paraguaios ou de outras nacionalidades, que não a brasileira.

Tabela 5- Brasil: efeito direto da migração internacional de retorno de brasileiros do Paraguai, por sexo e grupos de idade, 1981/1991 e 1990/2000

Grupos de idade	1981/1991					1990/2000				
	Masculino		Feminino		Total	Masculino		Feminino		Total
	N. Absolutos	%	N. Absolutos	%		N. Absolutos	%	N. Absolutos	%	
0-4	224	1,3	315	1,9	539	1.424	2,6	1.180	2,1	2.604
5-9	895	5,3	964	5,7	1.859	4.006	7,3	4.186	7,6	8.192
10-14	901	5,3	1.237	7,3	2.138	3.402	6,2	3.108	5,6	6.510
15-19	1.050	6,2	1.111	6,6	2.161	3.175	5,8	3.207	5,8	6.382
20-24	1.073	6,4	1.142	6,8	2.215	2.635	4,8	2.525	4,6	5.160
25-29	939	5,6	1.000	5,9	1.939	2.885	5,2	3.095	5,6	5.980
30-34	847	5,0	705	4,2	1.552	2.831	5,1	2.615	4,8	5.446
35-39	526	3,1	489	2,9	1.015	2.275	4,1	2.211	4,0	4.486
40-44	559	3,3	457	2,7	1.016	1.628	3,0	1.260	2,3	2.888
45-49	405	2,4	300	1,8	705	1.302	2,4	925	1,7	2.227
50-54	282	1,7	212	1,3	494	883	1,6	658	1,2	1.541
55-59	180	1,1	141	0,8	321	720	1,3	520	0,9	1.240
60-64	229	1,4	229	1,4	458	436	0,8	544	1,0	980
65 e mais	284	1,7	165	1,0	449	890	1,6	488	0,9	1.378
Total	8.394	49,8	8.467	50,2	16.861	28.492	51,8	26.522	48,2	55.014

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e 2000.

É bem verdade que o IND1 também pode ser gerado pelos homens, uma vez que, após o retorno do Paraguai, eles podem ter tido filhos, no Brasil, com mulheres não migrantes. No entanto, para facilitar a análise, são contabilizados nesse efeito apenas os filhos das mulheres retornadas, o que causa um erro por falta na estimação. Tal erro é acentuado ainda pelo fato de as mulheres entre 50 e 54 anos de idade, na data dos censos não terem sido incluídas no cálculo do efeito indireto 1 (IND1). Os filhos dessas mulheres (que tinham entre 40 e 44 anos

de idade no início dos períodos em análise), menores de 10 anos de idade e que nasceram no Brasil depois do retorno de suas mães, não entraram na estimação do IND1.

Nos anos 1980, estima-se que as mulheres brasileiras tiveram, no Brasil, após a migração de retorno do Paraguai, um total de 5.109 filhos, o que constitui o IND1 (TAB. 6). Lembre-se que tais crianças tinham menos de 10 anos de idade na data do recenseamento (01/09/1991) e que nunca haviam saído do país desde então. Na década de 1990 o efeito indireto 1 (IND1) experimentou expressivo incremento (11.654 crianças). Tal crescimento condiz com a elevação do volume de mulheres retornadas em idade reprodutiva. De 5.204 mulheres, no período 1981/1991, para 15.836 mulheres no decênio 1990/2000 (TAB. 5).

Tabela 6- Brasil: filhos nascidos no país após o retorno das mães brasileiras do Paraguai (efeito indireto 1), por sexo, 1981/1991 e 1990/2000

Efeito Indireto 1	1981/1991			1990/2000		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Filhos dos responsáveis retornados do Paraguai	1.338	1.310	2.648	3.192	3.084	6.276
Filhos de não responsáveis retornados do Paraguai	1.248	1.213	2.461	2.822	2.556	5.378
Total	2.586	2.523	5.109	6.014	5.640	11.654

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tem-se, na TAB. 7, os efeitos indiretos do tipo 2 (IND2) da migração internacional de retorno do Paraguai, relativos à década de 1980, segundo a condição do imigrante na família. Chegaram ao Brasil, no decênio 1981/1991, acompanhando algum familiar brasileiro, aproximadamente 1,2 mil imigrantes. Desses imigrantes, 85,5% eram filhos do chefe/ pessoa de referência da família. Os cônjuges dos chefes/ pessoas de referência representaram 6,9% dos imigrantes retornados internacionais. Observe que a maioria dos cônjuges era do sexo feminino e que grande parte dos chefes/ pessoas de referência da família era homens.

No decênio 1990/2000, o total de imigrantes internacionais oriundos do Paraguai, que entraram no país acompanhados por algum familiar (efeito indireto 2) sofreu incremento de quase 400,0% em relação ao período 1981/1991, atingindo um patamar de 5,5 mil pessoas (TAB. 8). Assim como no efeito direto (DIR), os dados

censitários confirmam também a crescente relevância do IND2 na migração internacional de retorno do Paraguai.

Tabela 7- Brasil: imigrantes internacionais não brasileiros oriundos do Paraguai, que entraram no país acompanhados por algum familiar brasileiro (efeito indireto 2), segundo relação com o chefe/ pessoa de referência da família, por sexo, 1981/1991

Responsável pela família é brasileiro			
Relação com o responsável pela família	Masculino	Feminino	Total
Cônjuge	0	75	75
Filho (a)	439	585	1.024
Enteado (a)	0	9	9
Neto (a) ou bisneto (a)	0	5	5
Agregado	8	0	8
Total	447	674	1.121
Responsável pela família não é brasileiro			
Relação com o responsável pela família	Masculino	Feminino	Total
Responsável	66	6	72
Cônjuge	0	9	9
Filho (a)	23	0	23
Total	89	15	104

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Tabela 8- Brasil: imigrantes internacionais não brasileiros oriundos do Paraguai, que entraram no país acompanhados por algum familiar brasileiro (efeito indireto 2), segundo relação com o chefe/ pessoa de referência da família, por sexo, 1990/2000

Responsável pela família é brasileiro			
Relação com o responsável pela família	Masculino	Feminino	Total
Cônjuge, companheiro(a)	35	446	481
Filho(a), enteado(a)	2.060	2.040	4.100
Neto(a), bisneto(a)	47	80	127
Irmão, irmã	46	13	59
Outro parente	27	35	62
Agregado(a)	8	0	8
Pensionista	6	0	6
Total	2.229	2.614	4.843
Responsável pela família não é brasileiro			
Relação com o responsável pela família	Masculino	Feminino	Total
Pessoa responsável	376	44	420
Cônjuge, companheiro(a)	0	4	4
Filho(a), enteado(a)	169	113	282
Empregado(a) doméstico(a)	0	11	11
Total	545	172	717

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Mais uma vez, no efeito indireto 2 (IND2), a categoria filho(a)/enteado(a) sobressai em relação aos demais membros da família, participando com 78,8% do total de imigrantes. Os percentuais de cônjuges e de responsáveis pela família elevaram-se na década em questão, se comparados aos do decênio anterior, e passaram a representar 8,7% e 7,6%, respectivamente. O peso relativo das mulheres no total de cônjuges foi superior a 90,0% e o dos homens, em relação ao total de responsáveis pela família, foi de 89,5%. Um fato curioso é que, diferentemente do que ocorreu no período 1981/1991, captado no Censo Demográfico de 1991, cujo efeito indireto 2 (IND2) constituiu-se primordialmente de uma migração familiar nuclear, no período 1990/2000, captado no Censo Demográfico de 2000, foram registradas nesse efeito aumento da participação das categorias de irmão(ã), outro parente, pensionista e empregada doméstica do responsável pela família.

Essa complexidade dos arranjos familiares que constituem a migração de retorno de brasileiros oriundos do Paraguai pode ser apontada como mais um elemento que contribui para a formação de uma comunidade transnacional “brasiguia”.

Essa formação, por sua vez, é determinante da circularidade que caracteriza a mobilidade populacional na fronteira entre o Brasil e Paraguai

4.4 A comunidade transnacional “brasiguiaia”

A estratégica aproximação geopolítica entre o Brasil e o Paraguai e seus desdobramentos, as transformações na estrutura produtiva de ambos os países, o desenvolvimento de um comércio na região de fronteira e os deslocamentos transfronteiriços entre o Brasil e o Paraguai são alguns dos fatores que concorreram para a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia”.

O dinâmico intercâmbio de idéias, crenças, solidariedade, bens e capital, e o intenso trânsito de pessoas nas fronteiras nacionais desses dois países amenizam o conceito de fronteira política nessa região. As relações sociais dos “brasiguaios” se dão num espaço que é delimitado não pelas fronteiras formais do Brasil e Paraguai, mas sim pelas redes que unem os elementos que as constituem, e que Faist (2000b) denomina de espaço social transnacional. Albuquerque (2005) não menciona um espaço social transnacional na fronteira do Brasil e Paraguai, conforme definido por Faist (2000b), mas reconhece que as relações sociais entre os “brasiguaios” não se restringem ao espaço físico das cidades fronteiriças. Albuquerque faz alusão ao “alargamento da faixa de fronteira entre os dois países”, caracterizado pela mistura cultural que se desenvolve nas cidades fronteiriças e nos municípios paraguaios situados “num raio de até 100 quilômetros ou mais do limite internacional, como Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, San Alberto, Mbaracayu, etc” (Albuquerque, 2005, p. 99). Esse autor acrescenta ainda que tal “alargamento” não acontece da mesma forma nos territórios paraguaio e brasileiro. Apesar do aumento da imigração paraguaia no Brasil, manifesta, sobretudo, como efeito indireto da imigração de retorno, a imigração paraguaios para o Brasil é ainda bastante reduzida.

As palavras “transnacional” e “transmigrante” têm aparecido com muita frequência na literatura contemporânea acerca das migrações internacionais e possuem uma relação direta com os sistemas de migração. Um espaço transnacional denota a idéia de dinamismo, assim como um sistema migratório. Processos culturais,

políticos e econômicos num espaço transnacional envolvem acumulação, uso e efeito de variados tipos de capital, de seu volume e conversibilidade: capital econômico, capital humano (nível educacional e conhecimento) e capital social (Faist, 2000b, p. 200).

Nos Estados Unidos e na Europa um número cada vez maior de imigrantes internacionais é denominado transmigrante, uma vez que mantém múltiplos e constantes laços com instituições e entidades no país de origem. Os transmigrantes ou indivíduos transnacionais participam de instituições econômicas e políticas no país de destino e compartilham o mesmo estilo de vida dos residentes no país de acolhida. Ao mesmo tempo, também conservam vínculos, constroem instituições, conduzem transações e influenciam eventos regionais e nacionais no país de origem (Schiller, *et al*, 1995).

Entretanto, Portes (2003), com base numa grande pesquisa qualitativa e quantitativa realizada nos Estados Unidos, chama atenção para o fato de que nem todos os imigrantes podem ser considerados transnacionais, isto é, que o transnacionalismo não é um fenômeno comum a todas as comunidades imigrantes contemporâneas. Só uma minoria dos imigrantes está envolvida regularmente em atividades transnacionais e o envio de remessas ou a visita ao país de origem, embora sejam atividades rotuladas como transnacionais, não justificam a criação de um termo novo (Portes, 2003, p. 77). Essa observação fortalece a peculiaridade do transnacionalismo dos “brasiguaios” aqui investigados, uma vez que o contato deles com o Brasil é freqüente e não restringe-se aos campos econômico e político, como no caso de muitos outros grupos de transnacionais.

Baseando-se na imigração de europeus para os Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, muitos estudiosos das migrações internacionais acreditam que o transnacionalismo não seja um fenômeno novo. Nas palavras de Portes (2003, p. 74): “o transnacionalismo representa uma perspectiva nova, não um novo fenômeno”. Tais imigrantes, com o propósito de residirem temporariamente nos Estados Unidos, mantinham constantes vínculos com seus países de origem (Schiller *et al*, 1995; Faist, 2000a; 2000b). Segundo Wyman (1993), entre 1900 e 1906, o volume de remessas enviadas das colônias

americanas para a Itália, a Rússia e a Áustria-Hungria foi de 90 milhões de dólares. No entanto, os meios de comunicação e transporte daquela época não eram suficientes para o desenvolvimento de vínculos transnacionais, como os que existem atualmente. Além do mais, as condições econômicas, sociais e políticas mundiais eram muito diferentes das existentes hoje, no início do século XXI.

O que se pode dizer é que houve uma evolução das relações transnacionais, propiciada pela modernização dos meios de comunicação e transporte. A revolução tecnológica dos meios de comunicação de longa distância e o avanço dos meios de transporte diminuíram em muito os custos e o tempo para transpor grandes distâncias geográficas. Soma-se a isso o desenvolvimento do sistema financeiro mundial que auxilia o envio de remessas internacionais para os países de origem dos imigrantes.

Portes (2001) acredita que as pessoas lançam mão de estratégias distintas para se desviarem da inserção tradicional nas posições mais baixas da hierarquia econômica e social, nas sociedades de origem. Para isso, organizam suas vidas profissionais e pessoais no país de destino, mas não abandonam totalmente suas comunidades originais.

“Mais precisamente, a estratégia consiste em buscar mobilidade econômica e expressão política através de atividades que requerem contato permanente, mais além das fronteiras nacionais, e intercâmbios rotineiros de recursos e informações em ambas as direções (Portes, 2001, p. 126).

As comunidades transnacionais são um tipo de espaço social transnacional e caracterizam-se pelas conexões sociais e simbólicas entre migrantes e não migrantes. Essas conexões sociais e simbólicas (religião, nacionalidade, etnicidade) baseiam-se em solidariedade e se desenvolvem ao longo do tempo. Em tais comunidades estão incluídas formas de relacionamento que ultrapassam os laços familiares e que são caracterizadas por intimidade, emoção, comprometimento moral, coesão social e continuidade no tempo (Nisbet, 1966, citado por Faist, 2000b).

Faist (2000b) refere-se aos grupos com identidades coletivas, nas regiões de fronteiras nacionais, como uma distinta forma de comunidade transnacional. O autor cita as fronteiras do México com os Estados Unidos, da Península Ibérica, França e Itália com os países do norte da África (Marrocos, Tunísia e Argélia) como exemplos de comunidades transnacionais em regiões de fronteira. Contudo, admite sua falta de conhecimento a respeito de uma identidade única e particular para identificar os transnacionais nessas regiões.

Os “brasiguaios”, assim como alguns porto-riquenhos (Duany, 2000) e filipinos (Schiller *et al*, 1995) nos Estados Unidos, são indivíduos transnacionais porque possuem vínculos sociais, econômicos, políticos e culturais nos países de origem e destino. Além disso, têm familiares das duas nacionalidades, tais como pai ou mãe, conhecem a língua portuguesa, o espanhol, alguns o guarani, e mesclam a cultura dos dois países. Alguns “brasiguaios” apenas nasceram no Brasil e vivem no Paraguai desde então, outros nasceram no Paraguai, mas, por terem parentes brasileiros conhecem bem a cultura e a língua brasileira. Esses indivíduos cruzam livremente as fronteiras nacionais do Brasil e Paraguai e, pela proximidade geográfica, lançam mão de estratégias de adaptação e sobrevivência mais baratas e seguras, se comparados a outros transnacionais, como, por exemplo, os porto-riquenhos e filipinos nos Estados Unidos e os haitianos nas Bahamas (Marshall, 1985).

Nesse cenário de intensa circulação de pessoas, idéias e práticas culturais, a identidade “brasiguaiia” ganha um novo significado, diferentemente daquele do contexto em que foi cunhado. O termo “brasiguaiio” foi criado em 1985, quando milhares de imigrantes brasileiros no Paraguai se organizaram para retornar ao Brasil. A identidade política “brasiguaiia” era uma maneira de recuperar a cidadania brasileira e, principalmente, de se diferenciar de outros grupos no Brasil que também reivindicavam a posse da terra. Essa atribuição, no momento de sua concepção, possuía uma forte conotação organizacional e não tinha relação alguma com traços culturais que distinguissem paraguaios e/ou brasileiros de outros grupos étnicos (Sprandel, 1992, p. 103).

Contudo, Albuquerque (2005, p. 222), no decorrer de sua pesquisa de campo, percebeu a imprecisão e mutabilidade da identidade “brasiguaiia” (desde a sua

concepção) e que os variados sentidos dessa identidade dependem de quem fala a respeito dela. Por exemplo, os imigrantes brasileiros que pertencem às classes mais pobres no Paraguai aceitam e valorizam a identidade “brasiguiaia” porque é um meio facilitador de acessar os benefícios sociais no Brasil (Albuquerque, 2005, p. 227). Por outro lado, os imigrantes que pertencem às classes dominantes do Paraguai e que possuem algum poder político não vêm com bons olhos a identidade “brasiguiaia”. Para eles, essa expressão cabe àqueles imigrantes indocumentados, pobres e marginalizados. Nessa mesma direção estão os representantes da Pastoral do Migrante, que vêm tal identidade como um estigma, carregado de conotações negativas (Santa Bárbara, 2001). As classes dominantes de origem brasileira, residentes nos municípios de La Paloma e San Alberto, vêm a identidade “brasiguiaia” com reservas. Para eles, ser “brasiguiaio” é ser sem-terra, miserável, deportado, sem documento. Por outro lado, para a maioria dos moradores brasileiros, residentes na Colônia Jamaica, um bairro pobre da cidade paraguaia de La Paloma, ser “brasiguiaio” é residir no Paraguai.

As motivações ou fatores associados à circularidade transfronteiriça da comunidade transnacional “brasiguiaia” constituem o foco primordial de investigação deste estudo. Para isto, contou-se com dados de natureza qualitativa, coletados por intermédio de entrevistas em profundidade. As estratégias que envolveram a coleta de informações, assim como a análise dos resultados obtidos, são apresentadas e discutidas nos capítulos subseqüentes.

5 PESQUISA QUALITATIVA: CONCEITOS E ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão a respeito dos conceitos e das estratégias operacionais e metodológicas que permearam a coleta e análise dos dados primários que sedimentam o objeto de investigação desta tese. Para isso, é imprescindível esclarecer alguns pontos. O primeiro deles refere-se à expressão ou nome para a mobilidade aqui investigada. Na literatura acerca da mobilidade humana, diversas terminologias são utilizadas para denominar os movimentos populacionais que não envolvem mudança de residência. Este fato torna imperativo explicitar e justificar a identificação dos movimentos transfronteiriços dos “brasiguaios” como circulares. O segundo ponto a ser esclarecido é quem são os “brasiguaios” pesquisados nesta tese, uma vez que a identidade “brasiguaiia” é abrangente e abarca indivíduos de nacionalidades brasileira e/ou paraguaia, de diferentes níveis socioeconômicos e que tanto residem em municípios de fronteira quanto em localidades afastadas dela. O terceiro refere-se à descrição da pertinência e procedimentos adotados para coleta de dados de natureza qualitativa, com base em entrevistas em profundidade. O quarto ponto considera as estratégias de produção e análise dos dados qualitativos.

5.1 O movimento circular como objeto do estudo

Diferentemente do conceito de migração, que é muito discutido na literatura, e para o qual existe um consenso, os movimentos populacionais que não envolvem mudança de residência são denominados por uma diversidade de termos, tais como circulares, temporários e pendulares. Além disso, os investigadores que se dedicam a estudar a mobilidade humana dependem, em grande parte, das informações disponíveis nos censos demográficos. Tais informações são coletadas pelos recenseadores com base em um conceito pré-estabelecido, como o da migração, por exemplo. Esse fato faz com que a pesquisa de outros tipos de

movimentos, tais como os que não envolvem mudança de residência, necessitem de trabalho de campo.

Hugo (1985), por exemplo, ao tentar detectar todos os movimentos permanentes e não permanentes ligados ao trabalho e à educação formal, em 14 vilas da província ocidental de Java (Indonésia), concluiu que apenas um terço do total dos movimentos cumpria com o critério temporal estabelecido pelo censo. Ademais, entre 76% e 98% dos movimentos que seguiam o critério temporal censitário aconteciam dentro da província javanesa e não poderiam ser denominados migração, uma vez que, dada a unidade geográfica por ele adotada para caracterizar um determinado movimento como migração, seria necessário atravessar os limites provinciais.

No terceiro quarto do século XX, muitos estudiosos dos movimentos populacionais já haviam se dado conta de que a diversidade e complexidade de tais movimentos demandavam a elaboração de outras tipologias, mas dentro de contextos específicos. IUSSP (1979, citado por Lattes, 1983) ressalta que a relação entre os dados e os conceitos está corrompida no sentido de que os conceitos se adaptaram aos dados, muitas vezes inadequados, ao invés do contrário. Uma vez familiarizados com os conceitos defeituosos, torna-se difícil para os estudiosos romperem com tal situação.

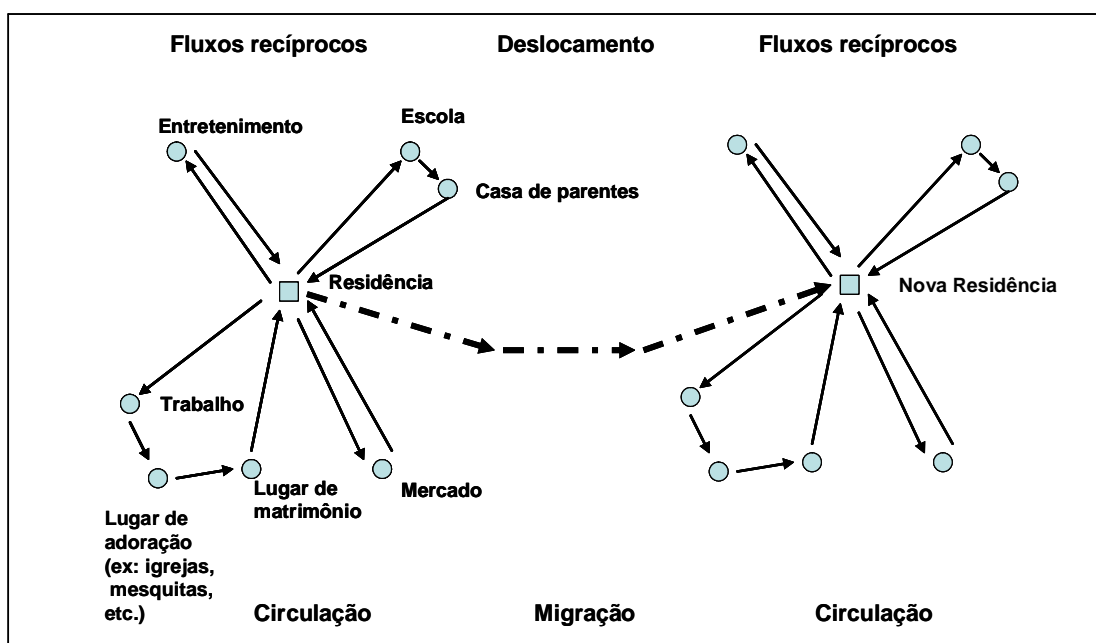
“Por exemplo, a idéia que a permanência ou relativa permanência era uma condição do fenômeno migratório gerou um claro vazio de instrumentos para captar os movimentos não permanentes e em conseqüência, em muitos contextos, a não existência de movimentos temporários, cíclicos ou não permanentes, em geral, só constituem uma visão deformada dessa realidade” (Lattes, 1983, p. 11).

Para Zelinski (1979), a mobilidade territorial é uma entidade ampla que abarca todas as formas de movimentos populacionais. Nessa perspectiva, a visão convencional de que migração envolve mudança (permanente) de residência entre lugares específicos, num determinado período, passa a ser um tipo particular de movimento.

Na visão de Chapman & Prothero (1985), os especialistas dos movimentos populacionais sempre se referiram ao fenômeno da mobilidade como migração,

no sentido comum da palavra, e por isso pouco se conhece sobre os movimentos denominados circulatórios. Tais movimentos já foram estudados dentro de diversas disciplinas e a eles são atribuídos uma grande variedade de termos, tais como migração de retorno, migração circular, migração de trabalho, mobilidade sazonal e pendularidade. Para os autores, os movimentos circulatórios são recíprocos, acontecem entre lugares (origem e destino) que são, em geral, de diferentes tamanhos, envolvem indivíduos e grupos pequenos e terminam nas localidades onde foram iniciados. O princípio básico da circulação é a existência de uma separação territorial entre a residência e os lugares onde são desempenhadas diferentes atividades, tais como estudo, trabalho, diversão, religião e celebrações diversas (FIG. 4).

FIGURA 4 – Fluxos recíprocos e deslocamento de pessoas



Fonte: Chapman & Prothero (1985, p. 2)

Zelinsky (1979) define circulação como uma grande variedade de movimentos, geralmente de curto prazo, repetitivos ou cíclicos, por natureza, mas sempre tendo em comum a não intenção de mudança permanente de residência ou mudança de longo prazo.

Diante do exposto acima, é possível inferir que os movimentos circulatorios, diferentemente da migração, não envolvem mudança de residência e acontecem entre localidades com diferentes funções. Se na origem está a residência do indivíduo, no destino provisório estão outras atividades como trabalho, lazer, escola, compras e diversão.

Assim como a mobilidade territorial de Zelinsky (1979), a circulação pode ser decomposta em categorias, com base na duração dos movimentos. Gould & Prothero (1975), com base num estudo na África tropical, combinaram as dimensões espaciais (rural e urbano) e temporais (diário, periódico, sazonal e longo-prazo) dos movimentos e identificaram 16 categorias de circulação. Gonzales (1961), por sua vez, distinguiu os movimentos sazonais, dos temporários sazonais, dos recorrentes, contínuos e permanentes, com base no período de ausência dos trabalhadores dos vilarejos onde residiam. Embora as tipologias apresentadas pelo pesquisador sejam um artifício descritivo para chamar atenção dos estudiosos para os movimentos circulares e distingui-los dos movimentos migratórios, tais categorias passaram, gradualmente, a ter um significado analítico e uma importância teórica.

Chapman & Prothero (1985) apresentaram uma diversidade de tipologias dos movimentos populacionais encontrados nos países de Terceiro Mundo. Como citado anteriormente, os autores separaram migração de circulação e, sob a égide da circulação, identificaram três formas de mobilidade, baseando-se em períodos discretos de ausência do indivíduo de seu domicílio. Esses diferentes períodos de ausência foram encontrados nas localidades onde as pesquisas de campo foram realizadas. Os afastamentos temporários foram sintetizados para facilitar a denominação dos movimentos. Assim, por exemplo, a pendularidade seria quando o indivíduo deixa seu domicílio por, no mínimo, 5 horas e, no máximo, por 5 meses. A mobilidade denominada “oscilação” variaria entre um dia e três meses. Já os limites temporais da “circularidade” seriam mais amplos e variariam de uma semana a 14 anos.

Ademais, em alguns estudos, os pesquisadores relacionaram o tempo de ausência dos indivíduos de seus vilarejos de residência com suas respectivas motivações. O termo pendular, na Indonésia, seria utilizado para representar as

viagens regulares para o trabalho e escola, não necessariamente diárias; na Libéria, para determinar uma circulação regular, com ausência de até 24 horas, cujo objetivo seria para trabalho, compras e subsistência; no Havaí, para indicar afastamento diário da residência entre 5-6 horas com propósito de trabalho e estudo; e na Tailândia, para denominar a presença alhures entre 6 horas e 5 meses. Na Tailândia, as viagens diárias ou semanais seriam para trabalho, estudo e comércio, ao passo que as periódicas ou sazonais, para trabalhos temporários, negócios e visita a parentes.

Outra classificação bastante interessante é a realizada por Conaway (1977). Nesse caso, a mobilidade foi pensada como contínua e relacionada ao contexto social, econômico e político em que ocorre. Conaway relatou que mais de 40 diferentes estudos sugerem que a natureza da circulação reflete o grau de integração da região de origem com o sistema político nacional e sociocultural. Nessa perspectiva, a mobilidade diária, que é uma das categorias da circulação, denominada por ele de pendularidade, permite o acesso à educação, aos serviços de saúde, às compras, ao trabalho assalariado e à justiça social.

Fundamentando-se nas exposições acima, é possível, então, pensar na mobilidade dos “brasiguaios” na fronteira do Brasil e Paraguai como uma circularidade. Esses “brasiguaios”, residentes no Paraguai, têm o costume de se dirigirem ao Brasil por diferentes motivos. Para tal, ausentam-se de suas residências por algumas horas e até por dias, dependendo das motivações para o movimento. A circularidade, por ser um termo mais abrangente, é mais apropriada para denominar os movimentos aqui investigados. Desse modo, o trânsito diário dos “brasiguaios” na fronteira, cujo propósito é de trabalhar e/ou estudar no Brasil, será designado por circularidade também, ao invés de pedularidade. Agrupar a mobilidade dos “brasiguaios”, independentemente da sua temporalidade e motivação, em uma mesma categoria, é apenas uma maneira analítica para facilitar a investigação proposta nesta tese.

Assim, os movimentos transfronteiriços dos “brasiguaios” que residem no Paraguai e se deslocam para um município brasileiro são definidos, neste trabalho, por movimentos circulares. Esses deslocamentos podem ocorrer

diariamente, uma vez por semana, de dois em dois dias, de quinze em quinze dias e uma vez ao mês, dependendo da motivação para o deslocamento.

5.2 Quem são os “brasiguaios” investigados?

Como exposto, a identidade “brasiguai” é abrangente, o que exigiu a delimitação e o esclarecimento do universo a ser pesquisado. O universo de investigação específica deste estudo envolve os imigrantes brasileiros e seus descendentes que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil. Não foi levado em conta, na seleção amostral, o nível socioeconômico dos entrevistados. Os indivíduos entrevistados são brasileiros e conhecem o dia-a-dia dos demais membros do domicílio. Inicialmente, apenas os responsáveis pelo domicílio ou seus cônjuges é que seriam entrevistados, mas no decorrer da pesquisa notou-se, por exemplo, que alguns dos filhos dessas pessoas conheciam muito mais a vida dos demais residentes no domicílio, que os próprios responsáveis. Em tais casos, essas pessoas foram as entrevistadas.

5.3 Algumas considerações acerca dos dados secundários disponíveis

Investigar a mobilidade dos “brasiguaios” na fronteira do Brasil com o Paraguai requer um contato direto com os atores envolvidos. As informações presentes nos censos demográficos brasileiros permitem caracterizar os retornados originários do Paraguai, assim como descobrir os municípios que mais receberam essa população nos últimos anos. No entanto, os atributos sociodemográficos dos “brasiguaios” que residem no Paraguai não são captados pelos censos brasileiros, os quais, muito menos, contêm informações relativas ao trânsito dessas pessoas na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Censo Demográfico brasileiro de 2000, ao indagar sobre o “código do município e UF ou país estrangeiro que trabalha ou estuda”, permite o conhecimento do volume e das características sociodemográficas dos indivíduos que realizam pendularidade (movimento aqui denominado pelo termo circular), segundo definição de IBGE (2001). Entretanto, as informações se referem a um grupo de pessoas que

residem no Brasil, sem incluir o intenso fluxo transfronteiriço dos residentes no Paraguai, por razões diversas, que não envolvem mudança de residência, conforme ressaltado por vários autores e destacado no Capítulo 2.

Os censos paraguaios também não fornecem informações relativas aos movimentos circulares aqui investigados. Ademais, as informações sobre migração, se comparadas às dos censos brasileiros, são muito incipientes. Para se ter uma idéia, os dados do Censo Nacional de Población y Viviendas, de 1992, do Paraguai, permitem o conhecimento do lugar de nascimento dos imigrantes internacionais, do ano de chegada ao país e do local de residência 5 anos atrás (onde a pessoa residia em 1987, informação de data-fixa). Todavia, não fornecem informações de última etapa. O Censo paraguaio de 2002 também possui dados de data-fixa (residência em 1997), mas não dispõe de informações de última etapa e não permite a estimação do estoque de imigrantes internacionais residentes no país em 2002, tal como o Censo de 1992. O quesito sobre o lugar de nascimento do(a) inquirido(a), presente no Censo Nacional de 1992, foi substituído pela pergunta sobre o local de residência da mãe do entrevistado, na ocasião do nascimento do(a) filho(a). Soma-se a isso a ausência do quesito sobre mobilidade pendular, presente apenas no Censo brasileiro de 2000.

A inclusão de novos quesitos nos censos demográficos, assim como a compatibilização de conceitos, perguntas e datas para a realização dos recenseamentos, constituem um grande avanço para as pesquisas sociais. Com isso, os dados secundários podem ser mais fidedignamente comparados entre países. Apesar desses valiosos progressos, as informações censitárias seguirão sendo fontes limitadas, pois não chegam ao nível de detalhamento necessário para a análise do fenômeno da mobilidade. O trabalho de campo é uma alternativa a tais limitações dos dados censitários, uma vez que o conhecimento empírico possibilita novos questionamentos, que demandarão novos dados, os quais, por sua vez, enriquecerão o conhecimento, agregando-lhes novos elementos da realidade (Lattes, 1983).

Para Chapman & Prothero (1985), as limitações dos censos demográficos vão além das apresentadas acima. Os autores acreditam que a análise dos movimentos circulares e de sua tipologia é dificultada pela ausência de

informações pertinentes. Os dados provenientes de censos nacionais e pesquisas amostrais produzem apenas um retrato estático das formas de comportamento que são complexas e extremamente sensíveis ao tempo. Comparações intercensitárias, baseadas no local de nascimento e de residência do indivíduo, permitem a identificação de deslocamentos somente de longo-prazo e fornecem informações limitadas a respeito dos laços entre as pessoas envolvidas nos processos de deslocamento e acerca da redistribuição populacional. Assim, muitas evidências sobre a circulação da população nos países do Terceiro Mundo provêm de micro estudos (Chapman & Prothero, 1985, p. 11).

Pellegrino (2000) também reconhece a condição estática dos censos ao mensurar o estoque de migrantes acumulado em um determinado momento no tempo. A autora acredita que tal estoque, ao considerar apenas o número de migrantes sobreviventes e os que não reemigraram antes da data do recenseamento, contabiliza apenas uma pequena parcela das migrações ocorridas ao longo do tempo, perdendo de vista a condição de processo, característica da migração internacional. Os censos, nesse sentido, são instrumentos limitados para registrar os movimentos sazonais, cíclicos e conjunturais da população (Villa & Martínez, 2001).

Palau (1995b), no contexto de sua pesquisa nas cidades de Alberti (Paraguai) e Formosa (Argentina), destaca a insuficiência do conhecimento empírico a respeito das tendências recentes de distribuição e mobilidade territorial da população, especialmente em relação à mobilidade transfronteiriça. O autor refere-se ainda à ausência de informações primárias e à inadequação dos dados censitários para estudar tais fenômenos.

Apesar das críticas evidenciadas acima, não se deve perder de vista a riqueza dos censos demográficos brasileiros e as numerosas possibilidades oferecidas por suas informações sobre migração. Entretanto, em situações específicas, como para investigar as motivações para a circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente os que residem em municípios paraguaios localizados na fronteira, foi indispensável lançar mão de dados de natureza qualitativa, não contemplados nos recenseamentos demográficos.

5.4 Produção e método de análise dos dados qualitativos

Muito do que se conhece hoje a respeito de população deve-se ao desenvolvimento da metodologia quantitativa. Economistas, epidemiologistas, bioestatísticos, assim como os demógrafos, lançam mão desse procedimento para se aproximarem ao máximo da realidade do objeto pesquisado, tentando explicar, de maneira objetiva, quais e de que maneira uma diversidade de variáveis afeta e modela os resultados encontrados. Assim, os pesquisadores quantitativos procuram incorporar à sua análise o maior número de informações possíveis, na tentativa de controlar, no limite, os fatores que afetam as medidas de causalidade e associação de tal objeto (Ulin *et al*, 2003). No entanto, é impossível identificar, controlar e medir todas as variáveis que afetam os fenômenos demográficos, uma vez que eles estão subordinados aos valores e comportamentos humanos. Essa limitação pode ser superada, em boa parte, com base na adoção de metodologia qualitativa.

A abordagem qualitativa permite esclarecer processos sociais pouco conhecidos, referentes a grupos específicos, e favorece a construção de novas perspectivas, conceitos e idéias que produzem uma classificação e descrição detalhada do fenômeno. Além disso, a técnica qualitativa abre portas para a identificação de padrões de associação e mesmo para o desenvolvimento de tipologias e explicações (Minayo, 2008; Snape & Spencer, 2003).

Por meio das abordagens qualitativas é possível contextualizar e “apreender” o objeto de estudo. O contato direto e interativo com a realidade investigada permite a compreensão do objeto, uma vez que o pesquisador realiza sua investigação segundo as perspectivas dos participantes envolvidos. Diferentemente da técnica quantitativa, que agrupa os fenômenos sob conceitos e categorias genéricas, com base em observações e experimentações (Minayo & Sanches, 1993), a qualitativa “caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo”. (Minayo, 2008, p. 57).

Conforme Ulin *et al* (2003), os investigadores que utilizam a técnica qualitativa para o desenvolvimento de suas pesquisas exploram o fenômeno de interesse à

luz das relações sociais, culturais, políticas e ambientais. A premissa básica da lógica qualitativa é a de que, como as pessoas interpretam as coisas, os eventos e as interações de diferentes maneiras, elas encontram distintos entendimentos, respostas e ações. Portanto, a abordagem qualitativa, ao explorar as contradições e inconsistências dos seres humanos, permite aos pesquisadores entenderem as dinâmicas de seus comportamentos.

Minayo & Sanches (1993) chamam atenção para o fato de que a técnica qualitativa só pode ser utilizada para se compreender fenômenos específicos e delimitáveis e não deve ser empregada para compor grandes perfis populacionais ou indicadores macroeconômicos e sociais. Na verdade, a diferença fundamental reside na natureza da pergunta que motiva a análise ou estudo: a abordagem quantitativa é mais adequada à quantificação do fenômeno e da sua relação com outras variáveis, ao passo que a abordagem qualitativa se adequa melhor ao entendimento ou explicação do fenômeno ou de sua relação/interação com outras variáveis.

A investigação das motivações para a circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Paraguai e Brasil pode ser pensada como um estudo de caso. Em primeiro lugar, é uma investigação voltada para uma parcela dos “brasiguaios” residentes em cidades paraguaias, fronteiriças ao Brasil. Em segundo lugar, a circulação acontece entre dois países onde vigoram leis próprias e sistemas administrativos diferentes. Um terceiro aspecto refere-se à própria natureza da circulação. Essa é motivada por uma variedade de razões que estão relacionadas aos atributos sociodemográficos dos “brasiguaios” que circulam.

O método qualitativo oferece diferentes ferramentas de abordagem empírica, tais como a entrevista (em suas várias modalidades), os grupos focais e a observação participante. O instrumento para a investigação proposta aqui foi a entrevista em profundidade. O próximo tópico apresenta uma descrição desse instrumento de coleta de informações, assim como suas vantagens e limitações.

5.4.1 A entrevista em profundidade

A entrevista é um procedimento utilizado na pesquisa social para coletar informações e conseguir dados que não estão disponíveis na bibliografia e não são passíveis de observação. Elas fornecem informações ricas das biografias, das experiências de vida, das opiniões, valores, atitudes e sentimentos humanos (May, 2004). Na visão de Minayo (2008), a entrevista é uma conversa entre duas pessoas, ou entre vários interlocutores, por meio da qual um deles procura obter informações acerca de um determinado assunto. Na entrevista, o pesquisador coleta dados objetivos (que podem ser obtidos também mediante fontes secundárias) e subjetivos. Estes últimos só são alcançados por intermédio da entrevista, uma vez que “se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados” (Boni & Quaresma, 2005, p. 72).

Como instrumento de coleta de dados e informações, as entrevistas possuem vantagens e limitações e para o investigador obter sucesso na sua pesquisa é preciso ter consciência de ambas. No que diz respeito às vantagens, a entrevista pode ser aplicada a todos os segmentos da população. É uma técnica flexível, uma vez que o entrevistador pode repetir, esclarecer e reformular perguntas para que seja melhor compreendido. O pesquisador pode também avaliar as atitudes e a conduta do entrevistado. Por intermédio da entrevista, existe a possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser aclaradas as discordâncias, imediatamente. Além disso, o surgimento de questões inesperadas pode enriquecer ainda mais o trabalho do pesquisador. Em relação às limitações, pode-se dizer que as entrevistas precisam de muito tempo para ser realizadas. O entrevistado pode ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo aspecto físico do investigador, por suas atitudes, idéias e opiniões. O entrevistado precisa estar disponível para dar as informações necessárias e pode reter dados importantes, com receio de que sua identidade seja revelada (Marconi & Lakartos, 1996). Apesar dessas limitações, entre outros instrumentos qualitativos, o procedimento da entrevista mostrou-se o mais apropriado para se alcançar o objetivo proposto nesta tese.

Existem diferentes tipos de entrevistas que podem ser utilizadas conforme o objetivo do investigador. Nesta tese, optou-se pela entrevista semi-estruturada. Nela as questões são previamente definidas, mas o pesquisador está livre para ir além das respostas recebidas. Ele pode explorar profundamente os tópicos que julgar mais relevantes e assim estabelecer um diálogo com o interlocutor. Esse tipo de entrevista é muito utilizado para delimitar o volume das informações e direcionar a atenção para o tema que se pretende investigar.

Foram utilizados dois instrumentos para a coleta das informações pertinentes à esta pesquisa. O primeiro abrangeu as perguntas a respeito do domicílio, das características sociodemográficas do entrevistado e da migração. O segundo foi constituído de um roteiro para a realização da entrevista em profundidade. O roteiro foi criado para orientar e guiar o trabalho de pesquisa (ANEXO B).

O roteiro da entrevista em profundidade foi estruturado com base no objetivo da pesquisa e foi elaborado após a realização de um pré-teste nas cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Santa Rita, no Paraguai. No pré-teste foi aplicado um questionário mais completo, que tentou captar as características sociodemográficas de todos os moradores dos domicílios visitados. Depois da aplicação do questionário, foi realizada uma entrevista em profundidade. Com os resultados do pré-teste e a experiência em campo, o primeiro questionário foi substituído por outro mais conciso, direcionado apenas às pessoas que conheciam o cotidiano dos demais membros do domicílio, e foi dada maior prioridade à entrevista em profundidade.

Selecionar a amostra para o trabalho qualitativo exige um planejamento anterior que deve ser sistemático, mas ao mesmo tempo flexível. Tal planejamento é guiado por questões muito claras, amparadas teoricamente. Como o propósito da pesquisa qualitativa é explorar em profundidade, o investigador deve selecionar cuidadosamente os casos que tipificam ou fornecem um maior entendimento a respeito do objeto de estudo (Ulin *et al*, 2002, p. 59). Nessa direção, os autores destacam que as amostras proposicionais nunca devem ser confundidas com amostras convenientes. Estas últimas, motivadas pelo acesso fácil aos inquiridos, não necessariamente respondem ao propósito da pesquisa e podem enfraquecer significativamente a qualidade das informações.

Diferentemente de uma pesquisa quantitativa, cuja amostra representativa pode ser calculada mediante uma fórmula, na pesquisa qualitativa não existe um tamanho ótimo de amostra. Para Ulin *et al* (2002), quando as respostas dos entrevistados tornam-se redundantes, sem maiores novidades, o investigador pode sentir-se confiante de que saturou as fontes de informação.

O número de entrevistas não foi definido *à priori*. A quantidade não foi a principal preocupação da pesquisa e sim a diversidade com relação às respostas. Para Minayo (2008):

“Uma pergunta que freqüentemente surge sobre o uso do roteiro em campo é quanto à cientificidade desse tipo de trabalho que não segue regularidades de respostas, como no caso dos questionários. A resposta é que o investigador que trabalha com abordagem qualitativa nunca pode esquecer-se de que não estuda um somatório de depoimentos. Isso significa que a práxis compreensiva pode até utilizar critérios numéricos (número de entrevistas), mas não necessariamente será este o definidor de relevâncias, muitas vezes esclarecidas pela fala de apenas um ou de poucos interlocutores” (Minayo, 2008, p. 192).

A seleção da amostra foi intencional e a técnica da bola de neve foi utilizada para a realização das entrevistas. Tal técnica consiste em pedir às pessoas já entrevistadas que indiquem amigos, conhecidos, familiares que conheçam o fenômeno investigado e que estejam disponíveis para participar também da entrevista, formando assim uma corrente de informantes (Weiss, 1994; Ulin *et al*, 2002). Segundo Ulin *et al* (2002), o fato de esses informantes identificarem outros potenciais entrevistados torna a técnica valiosa, sobretudo em situações onde o pesquisador não conhece o campo.

A resistência por parte dos entrevistados em participar da entrevista era esperada, haja vista a ausência de documentação por parte de muitos “brasiguaios” entrevistados e às características das zonas de fronteira visitadas. Entretanto, uma vez realizada a primeira entrevista, as indicações dos futuros possíveis inquiridos foram sendo feitas naturalmente. Vale ressaltar a importante participação dos assistentes de pesquisa em Ypehjú e Salto del Guairá.

5.4.2 Os municípios contemplados

A escolha dos três municípios paraguaios foi guiada por diferentes fatores: i) com base nas informações de DGEEC (1992) e (2002), são municípios que pertencem a dois departamentos, cuja participação relativa dos brasileiros no total dos imigrantes internacionais é muito elevada; ii) pela proximidade com o Brasil (são municípios fronteiriços); iii) pelas diferentes características físico-geográficas das fronteiras, como se verá posteriormente; iv) por possuírem distintas características demográficas e econômicas (tais diferenças permitem por em evidência as singularidades, o que há de comum e a natureza das motivações que alimentam a circularidade nessa realidade de tempo e lugar); e v) a conveniência e a existência de contatos prévios que assegurassem o êxito da pesquisa de campo. Entenda-se por conveniência a proximidade entre as cidades, os meios de transportes disponíveis entre elas e a existência de hospedagem (QUAD. 3).

Quadro 3- Fatores que concorreram para a escolha dos municípios paraguaios a serem visitados

1- Elevado percentual de imigrantes brasileiros em relação ao total dos imigrantes internacionais
2- Municípios fronteiriços ao Brasil
3- Diferentes componentes físico-geográficos das fronteiras. Duas são fronteiras secas e outra é constituída pelo Rio Paraná
4- Diferentes características demográficas e econômicas
5- Operacionalidade: proximidade entre as cidades, disponibilidade de transportes públicos entre elas e de hospedagem

Os municípios paraguaios selecionados foram: Ypehjú e Salto del Guairá, ambos localizados no departamento de Canindeyú, e Pedro Juan Caballero, em Amambay.

Os departamentos paraguaios de Canindeyú e Amambay pertencem à região Oriental do Paraguai. Essa região faz divisa com o Brasil nos departamentos de Alto Paraguay, Concepción, Alto Paraná, além de Amambay e Canindeyú.

De acordo com Souchaud (2007), a região Oriental possui extensas terras férteis e um clima bastante favorável a uma agricultura diversificada. Soma-se a isso a

existência de uma rede fluvial em grande parte navegável, o que beneficia o desenvolvimento de uma agricultura comercial e a integração econômica regional.

A TAB. 9 mostra que, em 1992, as populações de Canindeyú e Amambay representavam 2,5% (103.785) e 2,4% (99.860) do total da população paraguaia, respectivamente. No período intercensitário, a população de Canindeyú cresceu em média 3,0% ao ano, alcançando 140.137 habitantes, em 2002. A população de Amambay cresceu apenas 1,4% ao ano, no mesmo período, e sua participação no total da população paraguaia declinou para 2,2% (114.917).

Note-se que os departamentos com maior estoque³ de imigrantes internacionais em 1992 e 2002 eram Alto Paraná e Central, seguidos por Canindeyú e Amambay. Entretanto, a participação dos brasileiros no estoque de estrangeiros, nos dois períodos considerados, foi maior em Amambay e Canindeyú. Em 1992, os brasileiros em Amambay representavam 94,0% do total de imigrantes internacionais no departamento e, em 2002, esse percentual foi de 93,1%. Em Canindeyú, a proporção de brasileiros em relação ao estoque total de imigrantes internacionais também foi superior a 90,0%, nos dois anos censitários.

A participação relativa dos brasileiros no estoque total de estrangeiros residentes no departamento de Alto Paraná também foi elevada, superior a 80,0% do total. Já no departamento Central, embora tenha aumentado no período intercensitário, a participação relativa dos brasileiros não chegou a 10,0% do total de estrangeiros em 2002 (TAB. 9).

³ Apesar da comparação da população estrangeira residente no Paraguai, nos anos de 1992 e 2002, as perguntas utilizadas para a coleta das informações são diferentes. No Censo de 1992 a pergunta referia-se ao local de nascimento do recenseado (*¿Dónde nació?*) e, no Censo de 2002, ao lugar onde vivia a mãe do entrevistado quando ele nasceu (*¿En qué lugar vivía su madre cuando usted nació?*).

TABELA 9- Paraguai: população total, total de imigrantes internacionais e de brasileiros, por departamento, 1992 e 2002

Departamentos	1992					2002				
	População total (a)	Total de imigrantes internacionais (b)	Percentual (b)/(a)	Brasileiros (c)	Percentual (c)/(b)	População total (a)	Total de imigrantes internacionais (b)	Percentual (b)/(a)	Brasileiros (c)	Percentual (c)/(b)
Concepción	167.289	3.200	1,9	2.886	90,2	179.450	2.090	1,2	1.702	81,4
San Pedro	280.336	2.761	1,0	336	12,2	318.698	2.874	0,9	785	27,3
Cordillera	198.701	1.155	0,6	65	5,6	233.854	2.080	0,9	147	7,1
Guairá	161.991	1.459	0,9	283	19,4	178.650	2.069	1,2	237	11,5
Caaguazú	386.412	8.240	2,1	5.728	69,5	435.357	7.328	1,7	4.227	57,7
Caazapá	129.352	3.524	2,7	3.082	87,5	139.517	3.192	2,3	2.313	72,5
Itapúa	377.536	17.635	4,7	6.966	39,5	453.692	17.290	3,8	5.313	30,7
Misiones	89.018	1.078	1,2	62	5,8	101.783	1.520	1,5	81	5,3
Paraguarí	208.527	1.221	0,6	72	5,9	221.932	1.971	0,9	92	4,7
Alto Paraná	406.584	61.718	15,2	53.205	86,2	558.672	46.499	8,3	37.824	81,3
Central	866.856	20.890	2,4	1.274	6,1	1.362.893	30.543	2,2	2.712	8,9
Ñeembucú	69.770	1.377	2,0	9	0,7	76.348	2.195	2,9	44	2,0
Amambay	99.860	7.694	7,7	7.232	94,0	114.917	6.647	5,8	6.186	93,1
Canindeyú	103.785	26.181	25,2	24.517	93,6	140.137	17.392	12,4	16.454	94,6
Presidente Hayes	64.417	1.235	1,9	71	5,7	82.493	1.350	1,6	94	7,0
Alto Paraguay	11.723	200	1,7	150	75,0	11.587	349	3,0	307	88,0
Chaco	433	2	0,5	0	0,0
Nueva Asunción	1.450	36	2,5	4	11,1
Boquerón	27.610	2.025	7,3	154	7,6	41.106	1.911	4,6	315	16,5
Asunción	500.938	29.098	5,8	2.430	8,4	512.112	25.124	4,9	2.759	11,0
Total	4.152.588	190.729	4,6	108.526	56,9	5.163.198	172.424	3,3	81.592	47,3

Fonte dos dados básicos: DGEEC, Censo Nacional de Población y Viviendas 1992 y 2002.

Com base nas informações de DGEEC (1992) e (2002), o estoque de imigrantes internacionais no período de 1992/2002 teria sofrido um decréscimo médio de - 1,0% ao ano. O estoque de brasileiros no Paraguai teria contribuído para essa queda, pois de um total de 108.526 pessoas, em 1992, teria passado para 81.592 indivíduos, em 2002. Uma parte dessa diminuição pode ser explicada pela migração de retorno, mas deve-se considerar também a diferença entre os quesitos que fornecem o estoque de imigrantes internacionais no país, presentes nos Censos de 1992 e 2002, havendo subenumeração nesse último.

Selecionados os estados a serem estudados, procedeu-se à seleção dos municípios a serem alvos do trabalho de campo (TAB. 10). Salto del Guairá, em termos demográficos, representava 8,1% da população do departamento de Canindeyú em 2002, quase o dobro da participação populacional de Ypehjú, que era de apenas 4,2%. A participação relativa dos brasileiros no estoque de imigrantes internacionais em Salto del Guairá e em Ypehjú era de 97,3% e 96,5%, respectivamente. A população de Pedro Juan Caballero, no ano de 2002, representava 76,7% do total da população de Amambay. A participação relativa dos brasileiros no estoque de estrangeiros residentes neste distrito foi de 91,0% em 2002. Note que a representatividade da população de Salto del Guairá no total da população do departamento é muito pequena, se comparada à de Pedro Juan Caballero, uma vez que o município é a capital departamental.

TABELA 10- Amambay e Canindeyú: população total, estoque de imigrantes internacionais e de brasileiros, segundo distritos, 2002

Departamento de Amambay	População total*		Imigrantes internacionais (a)	Brasileiros (b)	% (b)/(a)
	N. absolutos	%			
Pedro Juan Caballero	88.189	76,7	4.800	4.367	91,0
Bella Vista	9.611	8,4	411	403	98,1
Capitán Bado	17.117	14,9	1.434	1.416	98,7
Total do departamento	114.917	100,0	6.645	6.186	93,1
Departamento de Canindeyú	População total*		Imigrantes internacionais (a)	Brasileiros (b)	% (b)/(a)
	N. absolutos	%			
Salto del Guairá	11.298	8,1	2.254	2.193	97,3
Corpus Christi	13.303	9,5	2.976	2.920	98,1
Curuguaty	57.387	41,0	1.281	616	48,1
Igatimí	17.483	12,5	514	484	94,2
Itanárá	2.076	1,5	208	207	99,5
Ypehú	5.893	4,2	318	307	96,5
General Francisco C. Alvarez	8.884	6,3	1.747	1.728	98,9
Katuete	7.489	5,3	2.840	2.815	99,1
La Paloma	6.373	4,5	1.575	1.540	97,8
Nueva Esperanza	9.951	7,1	3.670	3.644	99,3
Total do departamento	140.137	100,0	17.383	16.454	94,7

Fonte dos dados básicos: DGEEC, Censo Nacional de Población y Viviendas 2002.

* Residentes nos distritos na data do Censo.

As entrevistas foram realizadas ao longo de 30 dias, nos meses de agosto e setembro de 2008. A amostra contou com 39 entrevistas, das quais 35,9% foram realizadas na cidade de Pedro Juan Caballero, 33,3% em Salto del Guairá e 30,8% em Ypejhú.

5.4.3 Análise dos dados e das entrevistas

As informações quantitativas, relativas aos entrevistados e suas famílias, foram coletadas por meio de um questionário e digitalizadas no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 13.0. Em seguida, tais informações foram tabuladas com o propósito de descrever a amostra selecionada. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Para cada inquirido foi atribuído um nome fictício, a fim de resguardar sua identidade. As transcrições foram minuciosamente revistas pela pesquisadora e relidas exaustivamente, tal como sugerido por Ulin *et al* (2003) e Minayo (2008). Num segundo momento, as transcrições foram importadas para o programa NVIVO, versão 8.0, um software utilizado para análise de dados qualitativos.

Por meio do NVIVO é possível organizar o material em tópicos ou eixos temáticos que passam a ser codificados. Esses códigos são arquivados em um sistema denominado “nós” que se referem a uma porção de texto codificado. O conjunto desses “nós” forma uma árvore onde eles ficam dispostos de maneira hierárquica e relacional. O NVIVO trabalha com um sistema de duas janelas. Na superior ficam armazenados os “nós” e na inferior os documentos que estão sendo analisados (Teixeira & Becker, 2001, p. 97).

Após a leitura detalhada das entrevistas, optou-se pela criação de doze “nós” principais ou temas chaves. São eles: saúde, trabalho, educação, assistência social, ajuda a outras pessoas, compras, visitas, igreja, lazer, política, renda e informações adicionais.

Os “nós” que correspondem à saúde, trabalho, educação e assistência social foram divididos em subcategorias diferentes (QUAD. 2). Assim, por exemplo, para a saúde, foram contemplados os aspectos do país e do município onde o “brasiguai” procura atendimento e da frequência dessa demanda. Além desses, foram investigados também o local onde se busca atendimento de saúde (posto de saúde ou hospital), o transporte utilizado (se vai a pé ou de carro próprio, ônibus, bicicleta ou carona), a facilidade ou não para o atendimento, se utiliza a casa de algum parente ou amigo como ponto de apoio (tal como para pernoitar, almoçar e tomar banho), se possui plano de saúde, o endereço declarado, o motivo para procurar atendimento médico no país citado e há quanto tempo procura os serviços de saúde no país indicado.

Quadro 2 – Categorias principais e subcategorias das informações qualitativas coletadas em campo

Saúde	País onde procura atendimento Município onde procura atendimento Se utiliza casa de parente ou amigo Endereço declarado Facilidade para o atendimento Local onde busca atendimento Frequência Motivo para procurar atendimento no país citado Se possui plano de saúde Há quanto tempo utiliza o serviço médico Transporte
Trabalho	País onde trabalha Município onde trabalha Motivo da escolha do país para trabalhar Como arrumou trabalho Há quanto tempo trabalha no atual emprego Frequência Transporte utilizado para trabalhar Se utiliza casa de parente ou amigo
Educação	País onde estuda Município onde estuda Se utiliza casa de parente ou amigo Endereço declarado Facilidade para estudar Frequência Motivo para estudar no país citado Transporte para ir à escola
Assistência social	Qual benefício recebe País onde recebe Município onde recebe Se utiliza casa de parente ou amigo Endereço declarado Facilidade para receber o benefício Frequência para buscar o benefício Transporte para buscar o benefício Há quanto tempo recebe o benefício

Os temas compras, visitas, lazer e igreja também foram decompostos, mas em quatro subgrupos semelhantes: país, município, frequência e transporte utilizado. As demais categorias (ajuda a outras pessoas, política, renda e informações adicionais) não foram subdivididas.

6 TEM DIA QUE ESTOU NO BRASIL..., TEM DIA QUE EU ESTOU NO PARAGUAI..., PARA MIM É A MESMA “CIDADE”

Este capítulo apresenta a dinâmica da mobilidade circular na fronteira entre o Paraguai e o Brasil, sob uma perspectiva distinta e complementar àquela apresentada no Capítulo 4, que foi baseada na tentativa de mensuração da migração transfronteiriça entre os dois países, com base nos dados provenientes dos Censos Demográficos brasileiros de 1991 e 2000. Aqui, a perspectiva de análise contempla os dados coletados durante as entrevistas em profundidade, ressaltando os mecanismos e objetivos dos deslocamentos circulares transfronteiriços.

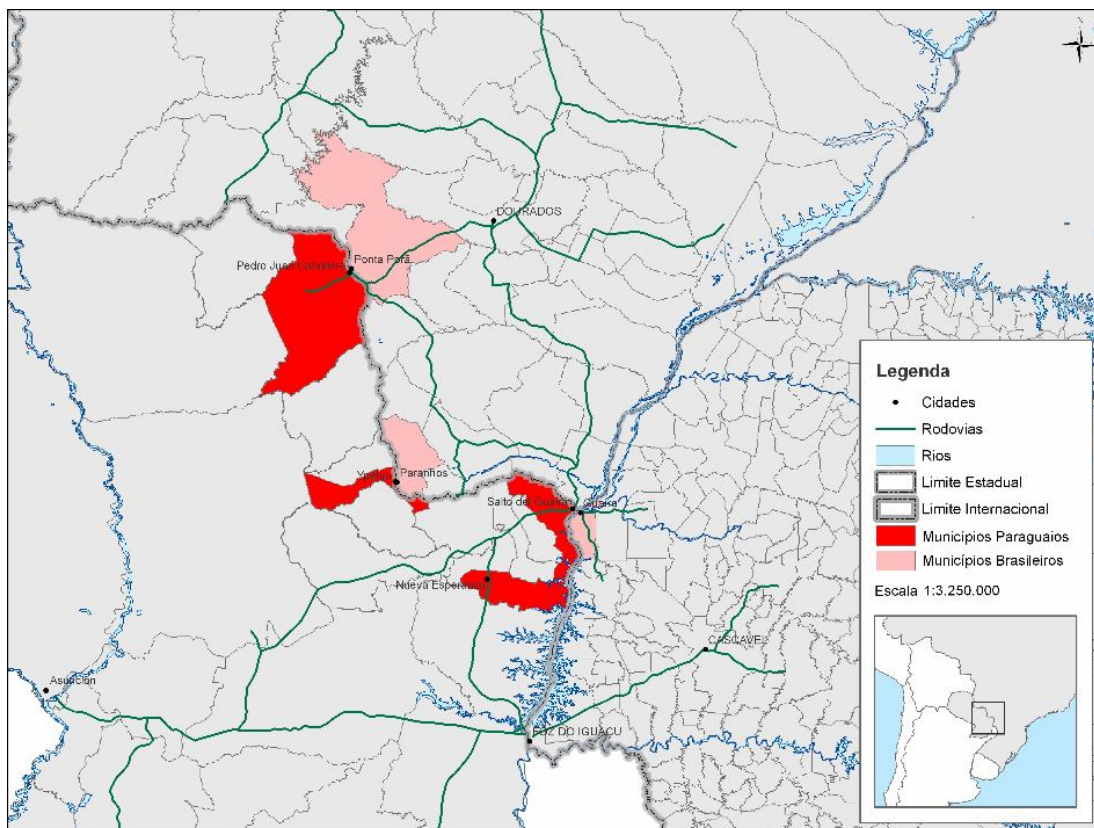
6.1 Um breve perfil dos municípios paraguaios visitados

Conforme indicado no capítulo anterior, os três municípios paraguaios focalizados nas entrevistas em profundidade foram Ypejhú, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero.

Na FIG. 5, que apresenta a fronteira do Brasil com o Paraguai, os municípios fronteiriços visitados foram destacados para se ter uma idéia da sua localização.

De acordo com o DGEEC (1992), Ypejhú tinha uma população de 3.692 habitantes, em 1992. Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero possuíam, respectivamente, 15.809 e 77.270 residentes, nesse mesmo ano. Entre 1992 e 2002, a população de Ypejhú sofreu um elevado incremento, alcançando 5.893 habitantes. A população de Pedro Juan Caballero cresceu 1,3% ao ano no decênio considerado e passou para 88.189 pessoas. Por outro lado, a população de Salto del Guairá decresceu significativamente, cerca de 3,4% ao ano, atingindo o patamar de 11.298 pessoas.

Figura 5- Brasil e Paraguai: municípios fronteiriços visitados



Fonte: Censo de Población y Vivienda del Paraguay, 2002.

Em 1992, a população de Ypehjú era predominantemente rural. Segundo DGEEC (1992), 65,5% da população do município residia na zona rural. Em 2002, esse percentual se elevou para aproximadamente 70,0% da população total.

O setor primário⁴ contribuiu com mais de 80,0% do crescimento da atividade econômica em Ypehjú, no ano de 2002. Os setores secundário e terciário contribuíram com apenas 6,0% e 11,3%, respectivamente, do crescimento econômico do município (Naciones Unidas, 2005).

Conforme observado em campo, a oferta de serviços é bastante elementar em Ypehjú e responde apenas à demanda da população local. No centro da cidade,

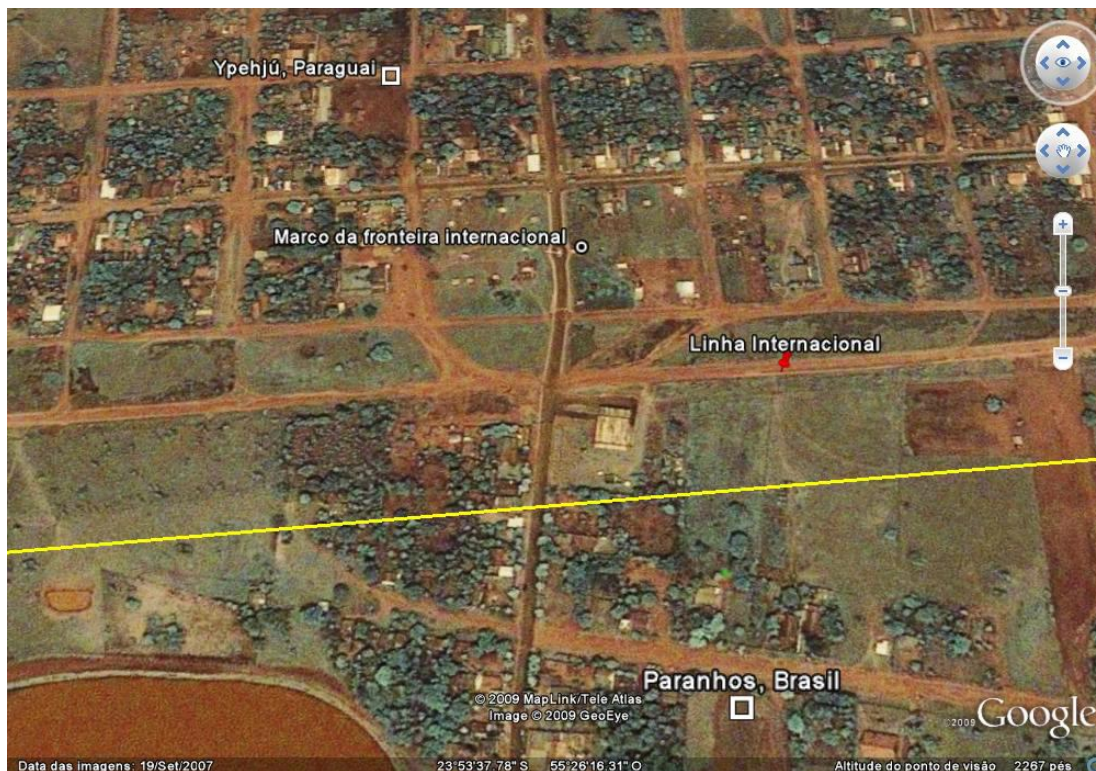
⁴ Setor primário: agricultura, pecuária, caça, silvicultura, pesca e serviços conexos. Setor secundário: exploração de minas e pedreiras, indústria manufatureira e construção. Setor terciário: eletricidade, água e serviços sanitários, comércio, hotelaria e restaurante, transporte e comunicações, finanças, seguros e bens imóveis, administração pública, defesa, seguridade e outros serviços (DGEEC, 2002).

localizado em uma rua com calçamento, existe um pequeno mercado onde são vendidos alimentos, um pequeno restaurante, que serve comida a quilo e uma loja de celular. A dois quarteirões da rua principal avista-se um posto de gasolina. Existem duas escolas públicas, um posto de saúde e uma grande igreja católica. As ruas da cidade, com exceção da avenida central, são, apesar de largas, de terra. A maioria das casas é de madeira. A escassez de oferta de serviços, tais como padarias, correio, papelaria, farmácia, vestimenta e produtos agropecuários em Ypehjú, é compensada em Paranhos (Brasil). Não há uma complementaridade mútua de serviços entre as cidades, ou seja, alguns bens e serviços oferecidos de um lado da fronteira estão presentes no outro lado, mas em quantidade e qualidade inferiores. É muito comum encontrar brasileiros e paraguaios, residentes em Ypehjú, nas ruas de Paranhos.

Em 1992, os imigrantes internacionais representavam aproximadamente 18,4% do total da população de Ypehjú, com destaque para os brasileiros, que participavam com 99,6% do total dos imigrantes. Embora o crescimento populacional em Ypehjú tenha sido de 4,7%, ao ano, no período 1992/2002, a participação relativa dos imigrantes internacionais no total da população do município não acompanhou tal incremento. Os 679 imigrantes internacionais residentes em Ypehjú, no ano de 1992, passaram para 318, em 2002, representando 5,4% da população total da cidade. Apesar dessa queda, os imigrantes brasileiros ainda eram a maioria, com participação de 96,5% no total dos imigrantes internacionais.

A FIG. 6 mostra a foto de satélite da fronteira seca que separa Paranhos, no Mato Grosso do Sul, de Ypehjú, no Paraguai.

Figura 6- Foto de satélite da fronteira seca que separa Paranhos, no Brasil, de Ypehjú, no Paraguai, 2009



Fonte: Google Earth (2009).

A FIG. 7 mostra, de perto, a linha Internacional (FIG. 6). Essa linha é uma rua de terra que separa os dois países. Um pouco distante dela encontra-se o marco oficial da fronteira internacional (marco branco).

Figura 7- Linha Internacional que separa Ypehjú, no Paraguai, de Paranhos, no Brasil, 2009



Fonte: Denise Helena França Marques.

Em 1992, a cidade de Pedro Juan Caballero já era eminentemente urbana (71,8%) e apenas 28,2% da população residia na zona rural. Em 2002, a participação relativa da população residente na área urbana, em relação ao total da população do município, se elevou, passando para 73,2%. Pedro Juan Caballero é a capital departamental e é uma cidade de intensa atividade comercial e de trânsito de pessoas.

Em 2002, o setor terciário contribuiu com 48,6% do total do crescimento da economia da cidade. Em seguida, veio o setor primário, com 32,0%, e o secundário com 19,4% de participação (Naciones Unidas, 2005). De acordo com Souchaud (2007), parte do crescimento demográfico urbano é devido ao êxodo rural e o processo de povoamento da área rural encontra-se estancado no município.

A FIG. 8 mostra o primeiro quarteirão de Pedro Juan Caballero, visto do Brasil. As lojas de eletrônicos aparecem ao fundo. A rua que separa os dois países é denominada Rua Paraguai.

Figura 8- Primeiro quarteirão de Pedro Juan Caballero, 2009



Fonte: Denise Helena França Marques

Pedro Juan Caballero e Ponta Porã (Brasil) “se tangenciam por meio de uma área que representa o limite internacional, conhecida como linha de fronteira cuja extensão é de aproximadamente 13 km” (Oliveira & Lamberti, 2006, p. 5). Uma das especificidades dessa região de fronteira é a conurbação (FIG. 9).

Figura 9- Foto de satélite da fronteira seca que separa Ponta Porã, no Brasil, de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, 2005



Fonte: Google Earth (2009).

Diferentemente da situação de Ypehjú e Paranhos, existe uma complementaridade comercial entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. Tal complementaridade dá a sensação de um lugar só, como evidencia o relato de duas das pessoas entrevistadas.

“Ah... meu dia-a-dia é tranquilo porque eu trabalho por conta própria. Tem dia que estou no Brasil... Tem dia que estou no Paraguai... Para mim é a mesma cidade! Eu trabalho no Paraguai atualmente... mas também muitas vezes eu trabalho no Brasil... Eu sou dono de oficina mecânica...”

(Eliseu, 51 anos, ensino fundamental de 5ª a 8ª incompleto, renda familiar de 3,0 SM)

“Aqui parece uma cidade só... A gente até esquece que é fronteira... Você viu? Você atravessou aqui e você nem parece que está em outro país...”

(Ana, 37 anos, 2º grau completo, renda familiar entre 2,5 e 3,0 SM)

Em Ponta Porã são encontradas lojas de departamentos (móveis, eletrodomésticos, vestuário e calçados), que facilitam o pagamento por meio da prática do crediário (incomum no Paraguai), e de produtos ligados à agropecuária (implementos e insumos agrícolas). Em Pedro Juan Caballero, especialmente nos primeiros quarteirões da cidade, estão as lojas de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, brinquedos e bebidas, oferecidos a preços mais baixos do que no Brasil, e numerosos vendedores ambulantes que disponibilizam cigarros, CDs, DVDs, meias, cobertores e produtos típicos do Paraguai. Além dos turistas brasileiros, provenientes de diferentes partes do Brasil, Pedro Juan Caballero recebe os moradores de Ponta Porã que tentam maximizar seus rendimentos e vão aos supermercados, postos de combustível e às lojas de material de construção, uma vez que os preços praticados lá também são mais acessíveis que no Brasil.

Os 5.511 imigrantes internacionais residentes em Pedro Juan Caballero no ano de 1992 representavam aproximadamente 7,1% da população total do município. Destes, mais de 90,0% possuíam nacionalidade brasileira. Em 2002, a participação relativa desses imigrantes na população total da cidade declinou para 5,4%. O percentual de brasileiros em relação aos estrangeiros residentes quase não foi alterado.

Na cidade de Salto del Guairá, a dinâmica demográfica foi um pouco diferente daquela dos outros dois municípios paraguaios focalizados neste estudo. Apesar do incremento da população urbana, a população total de Salto del Guairá declinou no período intercensitário, como mostrado anteriormente. Este fato pode ser explicado, em parte, pela emigração de um grande volume de brasileiros que residia no município em 1992. Os imigrantes brasileiros residentes em Salto del Guairá, em 1992, representavam 42,6% (6.733 imigrantes) da população total do município. Em 2002, esse percentual caiu para 19,4% (2.193 imigrantes) do total da população da cidade. De acordo com Fogel (2005), no departamento de Canindeyú, as zonas que expulsam população possuem plantações de soja em grande parte de sua superfície e os municípios pioneiros (com solos já exaustos) estão cobertos com áreas de pastagem. O processo de concentração de terra,

associado à “sojalização”, é responsável pelo decrescimento demográfico em Salto del Guairá.

Em 1992, aproximadamente 70,0% da população total de Salto del Guairá residia na área rural e, em 2002, esse percentual decresceu enormemente, passando para 39,0% do total de residentes no município. Em contrapartida, a proporção da população residente na área urbana aumentou no período considerado, passando de 31,0%, em 1992, para 61,2% em 2002. O comércio fronteiriço com o Brasil pode explicar a crescente concentração urbana da população do município, assim como a vigorosa modernização da agricultura, que utiliza cada vez menos mão-de-obra e força a migração das pessoas até os centros urbanos.

Conforme Naciones Unidas (2005), o setor primário, onde domina a plantação de soja, contribuiu com 78,9% do crescimento da economia de Salto del Guairá. O setor terciário cooperou com 17,7% deste crescimento e o setor secundário, com apenas 3,4%.

Por terra, Salto del Guairá faz divisa com Mundo Novo, no estado de Mato Grosso do Sul. A ponte Ayrton Senna, que liga Mundo Novo a Guairá, no Paraná, possui 3,6 quilômetros de extensão ao término da BR 163. Salto del Guairá é separada de Guairá, no Paraná, pelo rio Paraná (FIG. 10). A travessia é feita de balsa, que leva carros, caminhões e muitos transeuntes

Salto del Guairá, segundo alguns moradores, tem testemunhado um rápido crescimento do seu comércio, haja vista as inúmeras construções de futuras lojas em andamento, inclusive de um super centro de compras na entrada do município. Na Avenida Paraguai, a principal da cidade, estão localizadas numerosas lojas de equipamentos de pesca e carros (FIG.11). Ainda na mesma avenida, mais ao centro da cidade, encontram-se lojas de eletrônicos, de brinquedos, de equipamentos esportivos, de roupas, artigos de decoração para casa e até dois self-services brasileiros. Assim como em Pedro Juan Caballero, mas numa proporção inferior, existem muitos ambulantes nas ruas de Salto del Guairá. Dentre as mercadorias oferecidas por eles estão meias, relógios, CDs, DVDs, água e chipa (biscoito de queijo paraguaio).

Figura 10- Foto de satélite da fronteira entre Guairá, no Brasil, Salto del Guairá, no Paraguai e da ponte Ayrton Senna, 2009



Fonte: Google Earth (2009).

Figura 11- Avenida Paraguai em Salto del Guairá, 2009



Fonte: Denise Helena França Marques

Do total da população de Salto del Guairá em 1992, cerca de 43,0% eram imigrantes internacionais, com destaque para os brasileiros, que representavam 99,3% desse total. Já em 2002, a participação dos imigrantes internacionais no total da população municipal declinou para 20,0%. Os brasileiros continuavam a maioria absoluta (97,3% dos imigrantes internacionais).

6.2 Perfil dos “brasiguaios” entrevistados

Do total de entrevistados, 69,2% eram mulheres. Dentre os inquiridos, 20,9% tinham entre 35 e 39 anos de idade. Os brasileiros entre 45 e 49 anos e entre 50 e 54 anos representavam, respectivamente, 15,4% e 12,8% da amostra (TAB. 11 e ANEXO C).

A participação relativa dos jovens entre 15 e 29 anos no total de entrevistados foi de 23,1%. Note-se que a população entrevistada é predominantemente de adultos, entre 30 e 59 anos. Os de 60 anos ou mais corresponderam a 7,8% da amostra.

A baixa escolaridade dos entrevistados condiz com as informações presentes no Censo Nacional de 2002. Aproximadamente 76,9% dos inquiridos freqüentaram escola alguma vez na vida. Desses, 16,7% tinham apenas o ensino fundamental de 1ª a 4ª série incompleto, 36,6%, o ensino fundamental, de 5ª a 8ª série incompleto, e 20,0%, o ensino fundamental completo. Somente 10,0% estudaram até a 2ª série do segundo grau e 16,6% finalizaram o ensino médio (TAB. 11 e ANEXO C).

Do total dos brasileiros que declararam estar trabalhando no momento da entrevista, 40,7% tinham o ensino fundamental de 1ª a 8ª série incompleto e 22,2% o ensino fundamental completo. Dentre os entrevistados com ensino médio incompleto (7,4%) e completo (14,8%) estão comerciantes, agricultores, empresários (metalúrgica), funcionário público, vendedora e um técnico em eletrônica.

A maior parte dos domicílios visitados (94,9%) estava localizada na zona urbana e 5,1% na zona rural. Do total dos domicílios visitados em área urbana, 37,8% pertenciam a Pedro Juan Caballero, 35,1% a Salto del Guairá e 27,0% a Ypehjú. Conforme já explicitado, em 2002, as populações de Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá residiam, predominantemente, em áreas urbanas. Todos os domicílios visitados que pertenciam à zona rural localizavam-se em Ypehjú. Com base em DGEEC (2002), no ano de 2002, grande parte da população de Ypehjú ainda residia em zona rural.

No que diz respeito à migração, do total de brasileiros entrevistados, 45,9% chegaram no Paraguai entre os anos de 1969 e 1989, proporção que se reduz para 17,9% na década de 1990. No entanto, 33,3% da amostra considerada respondeu ter chegado ao país na primeira década do século XXI, indicando que a imigração de brasileiros para o Paraguai ainda continua, apesar da queda no estoque.

Tabela 11 Perfil sociodemográfico detalhado dos “brasiguaios” entrevistados em Ypehjú, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero

Variáveis	Frequência	Percentual
Sexo		
Masculino	12	30,8
Feminino	27	69,2
Idade		
10 a 19 anos	3	7,7
20 a 29 anos	6	15,4
30 a 39 anos	13	33,3
40 a 49 anos	7	17,9
50 a 59 anos	7	17,9
60 e mais	3	7,7
Anos de Estudo		
Menos de 1 ano	9	23,1
De 1 a 4 anos	3	7,7
De 5 a 8 anos	19	48,7
De 9 a 11 anos	8	20,5
12 anos e mais
Situação Censitária		
Urbana	37	94,9
Rural	2	5,1
Tempo de residência no Paraguai		
Menos de 1 ano	3	8,1
1 a 4 anos	9	16,2
5 a 9 anos	8	13,5
10 e mais	20	62,2
Tempo de residência no município		
Menos de 1 ano	3	8,1
1 a 4 anos	9	16,2
5 a 9 anos	8	13,5
10 e mais	20	62,2
Total	39	100,0

Fonte dos dados básicos: pesquisa de campo, 2008.

Do total de entrevistados, 69,2% eram mulheres. Dentre os inquiridos, 33,3% tinham entre 30 e 39 anos de idade. Os brasileiros entre 40 e 49 anos e entre 50 e 59 anos representavam, respectivamente, 17,9% da amostra (TAB. 11 e ANEXO C).

A participação relativa dos jovens entre 10 e 29 anos no total de entrevistados foi de 23,1%. Note que a população entrevistada é predominantemente de adultos de 30 a 59 anos. Os de 60 anos ou mais corresponderam a 7,7% da amostra.

A baixa escolaridade dos entrevistados condiz com as informações presentes no Censo Nacional de 2002. Aproximadamente 80,0% dos inquiridos freqüentaram escola alguma vez na vida. Desses, 7,7% tinham apenas o ensino fundamental de

1ª a 4ª série incompleto, 48,7% o ensino fundamental de 5ª a 8ª série incompleto e 20,5% o ensino fundamental completo. Somente 7,7% estudaram até a 2ª série do segundo grau e 10,8% finalizaram o ensino médio (TAB. 11 e ANEXO C).

Do total dos brasileiros que declararam estar trabalhando no momento da entrevista, 40,7% tinham o ensino fundamental de 1ª a 8ª série incompleto e 22,2% o ensino fundamental completo. Dentre os entrevistados com ensino médio incompleto (7,4%) e completo (14,8%) estão comerciantes, agricultores, empresários (metalúrgica), funcionário público, vendedora e um técnico em eletrônica.

A maior parte dos domicílios visitados (94,9%) estava localizada na zona urbana e 5,1% na zona rural. Do total dos domicílios em área urbana, 37,8% pertenciam a Pedro Juan Caballero, 35,1% a Salto del Guairá e 27,0% a Ypehjú. Conforme já explicitado, em 2002, as populações de Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá residiam, predominantemente, em áreas urbanas. Todos os domicílios visitados que pertenciam à zona rural localizavam-se em Ypehjú. Com base em DGEEC (2002), no ano de 2002, grande parte da população de Ypehjú ainda residia em zona rural.

No que diz respeito à migração, do total de brasileiros entrevistados, 43,5% chegaram no Paraguai entre os anos de 1969 e 1989, proporção que se reduz para 17,9% na década de 1990. No entanto, 33,3% da amostra considerada respondeu ter chegado ao país na primeira década do século XXI, indicando que a imigração de brasileiros para o Paraguai ainda continua, apesar da queda no estoque.

Os imigrantes que participaram da amostra são de diferentes naturalidades. Entre eles predominaram os sul mato-grossenses (48,7%) e os paranaenses (25,6%). Os outros entrevistados eram naturais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso e Canindeyú (Paraguai).

A maioria dos entrevistados (89,7%) só tinha realizado, no Paraguai, uma etapa migratória, ou seja, migraram diretamente para os municípios de residência atual. Entretanto, 25,6% dos entrevistados tinham realizado mais de uma etapa

migratória interestadual dentro do Brasil, pois o estado de nascimento não era o mesmo de residência, antes da migração internacional (TAB. 11).

6.3 A identidade “brasiguaiia” segundo a percepção da população envolvida

A imprensa brasileira, de um modo geral, considera “brasiguaios” todos os imigrantes brasileiros que residem no Paraguai.

“Com tiros e invasões, sem-terra paraguaios querem expulsar meio milhão de brasiguaios. Se o êxodo ocorrer, será a maior tragédia humana na história do Brasil” (Veja, 10/12/2008).

“O governo do presidente paraguaio, Nicanor Duarte Frutos, está realizando, junto com o governo brasileiro, uma ampla pesquisa sobre a situação dos brasileiros que moram e são proprietários de terras no Paraguai, os chamados ‘brasiguaios’. Ninguém sabe quantos são. Segundo a embaixada brasileira em Assunção, existem 150 mil brasiguaios. Outras fontes falam em mais de 500 mil” (O Globo Online, 20/05/2008).

Significado parecido é atribuído ao termo por camponeses paraguaios, entrevistados por Albuquerque (2005, p. 226).

Já para o jovem Fernando, entrevistado no âmbito de elaboração desta tese, o termo “brasiguaiio” refere-se aos paraguaios que estão em constante contato com os brasileiros e, por isso, conhecem o idioma português.

“Olha só. Como eu faço um curso totalmente diferente do que eu trabalho, então eu tenho um professor que ele fez um trabalho em cima disso, né, tanto é um trabalho de mestrado, né? Então o “brasiguaiio”, o “brasiguaiio” aqui para nós é aquela pessoa ou aquele paraguaio que se adaptou. Como ele nasceu aqui, então o tempo todo está em contato com o brasileiro, tem amigos brasileiros... Então ele vai, aprende o português, fala bem e pronto! O povo chama de “brasiguaiio”. É mais o paraguaio, não é tanto o brasileiro! Tem brasileiro que ainda tem certo preconceito aqui em Ponta Porã, mas são pessoas de mais idade. O jovem não! Vivem praticamente... Não, não. Eles não falam “brasiguaiio”, mas também não se ofendem... É mais... O termo “brasiguaiio” é mais aplicado ao paraguaio que vai ao Brasil, aprende a falar o português, não necessariamente..., mas vive lá, trabalha lá, então acaba sendo mais aplicado ao paraguaio que vai para o Brasil e não ao brasileiro que vem para o Paraguai. É mais difícil!”

(Fernando, 29 anos, curso superior incompleto, renda familiar de 3,5 SM).

Conforme outros “brasiguaios” entrevistados em campo e que se identificaram como tal, ser “brasiguaião” é ser imigrante brasileiro e/ou descendente desses imigrantes e conhecedor das práticas culturais dos dois países.

“Eu considero “brasiguaião” aquelas pessoas que moram na região da fronteira. Moram na região da fronteira e conhecem os costumes tanto do Brasil quanto do Paraguai. Por quê? Eu, na minha opinião, ah... são dois países irmãos, são países vizinhos, que foram criados como irmãos. Então a gente, eu, por ser de origem paraguaia, mas eu morei no Brasil mais de 30 anos e minha esposa brasileira, eu conheço os costumes brasileiros (...). A gente é conhecedor dos dois lados, é, dos dois lados da moeda. Digamos assim, eu me considero uma pessoa “brasiguaião” com muito orgulho!”

(Pedro, 42 anos, 2º grau completo, renda domiciliar de 3,0 SM).

“Sim, me considero brasiguaião. Apesar de ter nascido aqui no Paraguai e ter estudado aqui, eu não falo direito nenhum dos dois idiomas. Também morei vários anos no Brasil e adoro o país, a gente, tudo mesmo... Comecei falando português e me identifico com as duas culturas... Ah, claro, e porque meu pai é brasileiro e minha mãe é paraguaia.”

(Amanda, 20 anos, curso superior incompleto, renda familiar de 6,0 SM).

Diante do conceito de transnacionalismo e dos diferentes sentidos imputados ao termo “brasiguaião”, torna-se imperativo apresentar mais detalhadamente os elementos que justificam considerar os “brasiguaios” como indivíduos transnacionais (terminologia utilizada aqui) e que os tornam singulares em relação a outros transmigrantes.

A difusão da língua portuguesa é uma das características mais marcantes da comunidade transnacional ‘brasiguaião’ e talvez a mais importante para a sua consolidação. Nos municípios paraguaios onde a presença de brasileiros é predominante, além da comunicação cotidiana, interpessoal, a língua portuguesa está nos veículos de informação e na mídia brasileira, transmitida via satélite para

o Paraguai. As informações veiculadas pelos programas de rádio⁵ e televisão brasileira, sobretudo pela Rede Globo, SBT e Rede Bandeirantes, também modificam os valores e comportamentos no Paraguai (Santa Bárbara, 2001, p. 92).

O idioma guarani aparece então como um critério delimitador da nacionalidade paraguaia. Suas raízes são bem diferentes da do português e do espanhol e as novas gerações sentem dificuldades em aprendê-lo. Albuquerque (2005, p. 15) reconhece que nas regiões de fronteira do Paraguai com o Brasil existem “variadas formas de hibridismo lingüístico”, com a mistura, por exemplo, dos idiomas, das músicas, da culinária, mas menciona também as tensões cotidianas, relacionadas à predominância da língua portuguesa sobre o espanhol e, especialmente em relação ao guarani, nessas áreas fronteiriças. Segundo o autor, os professores reclamam do portunhol (mistura de espanhol e português) na redação dos alunos “brasiguaios” nas escolas. Os professores teriam a missão de preservar a identidade nacional por meio da proibição do uso da língua portuguesa no ambiente escolar.

Apesar de Santa Bárbara (2001) não ter realizado sua pesquisa em municípios fronteiriços ao Brasil, ele denomina os municípios paraguaios de Santa Rita, San Alberto, Katueté e La Paloma territórios brasileiros transfronteiriços. A justificativa apresentada pelo autor é a presença dominante do idioma português e da circulação do Real, moeda brasileira, na região. Sua conclusão vai ao encontro do que Albuquerque (2005) denominou de “alargamento da faixa de fronteira entre os dois países.”

A influência brasileira na religião, na dança, nas tradições e na culinária paraguaia também é marcante. Nos carros de som e bares as músicas brasileiras são predominantes, assim como as bandas contratadas para tocar em bailes no Paraguai, na região de fronteira. Albuquerque (2005) menciona as festas da Exposoja e os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) nesses departamentos, onde a cultura, o idioma e a culinária brasileira dominam a paraguaia. Ademais,

⁵ Muitas rádios pertencem aos imigrantes brasileiros, mas estão no nome de seus filhos paraguaios ou de outros nativos. A lei das telecomunicações não permite que os estrangeiros sejam proprietários de meios de comunicação em território nacional (Albuquerque, 2001, p. 96).

os cultos evangélicos e as missas católicas são celebrados por pastores e padres brasileiros, em igrejas financiadas pelos imigrantes.

A participação na vida política de municípios paraguaios, por parte dos imigrantes brasileiros e seus descendentes também é uma característica da comunidade transnacional “brasiguiaia” naquele país. Exemplos não faltam, como é o caso de Mbaracayu, governada por um prefeito brasileiro, e as cidades paraguaias de Naranjal, Santa Rosa del Monday e San Alberto, todas em Alto Paraná, administradas por prefeitos paraguaios, filhos de imigrantes brasileiros. Além disso, vários vereadores brasileiros foram eleitos em municípios pertencentes aos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú (Albuquerque, 2005, p. 90). Esses candidatos se elegeram, principalmente, com votos de imigrantes brasileiros, de seus descendentes e de alguns paraguaios natos. Todavia, Santa Bárbara (2001, p. 113) ressalta que o ex-prefeito de San Alberto, Romildo Maia (brasileiro, naturalizado paraguaio), foi eleito com votos de fora do município, já que grande parte dos brasileiros residentes na cidade não possuía a carteira de imigrante e não poderia votar no Paraguai. Muitos eleitores brasileiros foram recrutados nas cidades de Katueté, Troncal 4 e Puerto Índio para votarem em Romildo.

Levitt & Jaworsky (2007) chamam atenção para essa e outras práticas políticas transnacionais realizadas pelos imigrantes. Os autores classificam também a participação dos imigrantes na política como eleitores, a filiação a partidos políticos, a realização de festas e campanhas nos dois países envolvidos e lobbies de autoridades de um país para influenciar a política do outro país, como práticas transnacionais.

O QUAD. 4 resume os aspectos do transnacionalismo dos “brasiguaios”.

QUADRO 4 - Aspectos dos transnacionalismo “brasiguaios”

1- Espaço físico e social	Território híbrido
2- Linguagem e comunicação	Presença da língua portuguesa nas relações interpessoais diárias e nos meios de comunicação de massa, como em emissoras de televisão e rádios
3- Práticas culturais	Músicas, culinária, e padrões de comportamento
4- Organização social	Eventos públicos, organizações civis e de classe, tais como a Pastoral do Migrante, a festa da Exposoja e os Centros de Tradições Gaúchas
5- Economia e política	Ativismo econômico nos dois países (propriedades agrícolas no Paraguai para produção de soja e pecuária e escritórios no Brasil), redes ilegais de contrabando e utilização da moeda brasileira e paraguaia; práticas políticas que incluem participações eleitorais (como eleitores ou candidatos) em ambos os países, participação em associações políticas e campanhas eleitorais tanto no Brasil como no Paraguai

Outro fator importante que contribui para a peculiaridade dessa comunidade é o intenso trânsito dos “brasiguaios” na região de fronteira entre esses dois países. Como se verá adiante, as motivações para os deslocamentos são variadas e algumas delas fazem parte das estratégias de sobrevivência desses indivíduos, principalmente dos mais pobres.

6.4 As motivações para a circulação dos “brasiguaios” na fronteira

As motivações para o intenso trânsito dos “brasiguaios” nas fronteiras nacionais do Brasil e Paraguai foram constatadas por meio das entrevistas em profundidade, o que permitiu o entendimento do fenômeno sob a perspectiva e a experiência de vida das pessoas envolvidas. Foi constatado em campo que as motivações são de diferentes ordens: atendimento médico no Brasil, compras em supermercados e lojas do Brasil, visitas a familiares e amigos no lado brasileiro, assim como atendimento escolar, embora as escolas brasileiras somente sejam utilizadas pelas crianças e jovens “brasiguaios” residentes no Paraguai.

A demanda por serviços de saúde pública no Brasil foi a principal motivação citada pelos “brasiguaios” para se dirigirem ao país. A procura pelo atendimento médico não obedece à uma regularidade, tal como o recebimento de benefícios

assistenciais. Os “brasiguaios” disseram que se dirigem ao país para buscarem atendimento médico só quando precisam. Não obstante, dependendo da gravidade do problema e do tratamento prescrito, as vindas tornam-se frequentes, como de 15 em 15 dias e até 2 vezes por semana. A maioria dos inquiridos procura atendimento no município brasileiro mais próximo de suas residências, independentemente da natureza da fronteira. Mas, conforme a gravidade do problema, eles se dirigem por conta própria ou são referenciados pelo próprio sistema para centros de saúde mais bem equipados, em outras localidades do Brasil. Isso acontece majoritariamente com os “brasiguaios” residentes em Ypehjú e Salto del Guairá, possivelmente pela disponibilidade limitada dos recursos médicos em Paranhos, Guaíra e Mundo Novo, quando comparados aos de Ponta Porã. Além do tratamento de doenças específicas, uma das razões citadas pelos entrevistados para a procura por serviços de saúde no Brasil foi a realização de exames preventivos, como o de mama e colo do útero.

“É! Para fazer os preventivos. Eu tenho problema de gastrite... Preciso freqüentar o SUS para pegar os meus remédios... É... e o meu pai é hipertenso...”

(Rose, 48 anos, ensino fundamental completo, renda familiar de 2,5 SM)

“Eu vou para o Brasil. Sete Quedas ou aqui Paranhos ou diretamente para Amambai... Porque eu já tinha acidentado três vezes seguidas, sabe!? Daqui em Paranhos me mandaram para Amambai. Cada vez que eu me sinto mal aí eu vou no Brasil mesmo.”

(Ronaldo, 62 anos, analfabeto, renda familiar menor que 1,0 SM, Ypehjú)

No entanto, embora esse não seja um ponto específico de investigação deste trabalho, a procura por atendimento médico no Brasil acaba contribuindo para desequilibrar a oferta e demanda dos serviços médicos nos municípios brasileiros situados na fronteira com o Paraguai, conforme colocado de maneira contundente por uma das pessoas entrevistadas em Pedro Juan Caballero.

“A gente tem um problema no SUS porque, demograficamente falando, Ponta Porã tem 70.000 habitantes, só que o atendimento chega ao dobro, por quê? Porque foi um acordo que o prefeito de Ponta Porã fez com a prefeita daqui. Porque, veja bem, cada cidadão, por exemplo, o paraguaio, ele não paga imposto, não paga nada lá. O dinheiro que vem é para quem paga imposto. O

dinheiro que é utilizado na saúde e na educação. O que acontece? A gente não pode deixar de atender um brasileiro para atender um paraguaio. Mas sem... não é discriminação... Então acho que foi feito um acordo do prefeito do Brasil, de Ponta Porã, com o do Paraguai para eles darem uma contribuição para poder atender também, porque o SUS não cobre isso.”

(Fernando, 29 anos, 2º grau completo, renda familiar de 3,5 SM)

As principais explicações dos entrevistados para a demanda por saúde no Brasil residem na precariedade do sistema público de saúde paraguaio, na gratuidade do atendimento médico brasileiro, na posse de documentos brasileiros e ausência de documentação paraguaia. Além do mais, alguns “brasiguaios” declararam sentirem-se melhores no Brasil e serem mais bem tratados aqui.

“O negócio da medicina no Brasil é mais fácil, melhor que aqui no Paraguai. E os médicos são mais acertados. Aqui no Paraguai tem doutor que atende bem, né, mas tem outros que a gente... Eu mesma fiquei internada aqui é...quatro dias e acabei saindo de lá para ir para o Brasil. Eu fiquei lá e fiquei quase morta. Saí mais ruim do que entrei.”

(Célia, 49 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 2,5 e 3,0 SM)

“Porque no Paraguai, (...) aqui mesmo na fronteira, aqui mesmo tem doutor, né, mas não tem maquinário... não tem remédio... Precisou de um remédio, aqui não tem (...). Para atender a senhora já vou te pedir um exame, um exame de sangue, um exame de urina, um exame de fezes. Mas tem que fazer no Brasil. Então não compensa, então é melhor fazer tudo no Brasil, né?”

(Odete, 38 anos, ensino fundamental completo, renda familiar menor que 1,0 SM)

“No Brasil. Porque eu tenho documento do Brasil, né, eu frequento lá. No Paraguai eu não tenho chance, né, porque se você vai com documento brasileiro, eles mandam você para o Brasil, né, então daí minha área é lá...”

(Márcia, 37 anos, analfabeta, renda familiar entre 2,0 e 3,0 SM, Ypehjú)

O descompasso entre o desenvolvimento das atividades econômicas e a oferta de serviços públicos à população inserida nessas atividades, ressaltado por Souchaud (2007), parece corroborar a percepção dos entrevistados. De acordo com Souchaud, o desenvolvimento do setor privado ligado à atividade sojeira,

além de não absorver as carências já existentes no setor, pode acentuar a segregação do sistema de saúde no Paraguai. O autor exemplifica sua observação com o distrito de La Paloma, localizado no departamento de Canideyú, com população entre 7 mil e 10 mil habitantes. O posto de saúde da cidade não possui camas para hospitalização e é dirigido por um único médico, cuja especialidade é ginecologia e obstetrícia. Para fazer frente à demanda por serviços médicos, em 1986 foi fundada a clínica Assunção, que juntamente com a clínica São Carlos, administrada por religiosos missionários católicos, são as únicas que praticam cirurgia geral (Souchaud, 2007, p. 280).

O artifício de dupla residência, uma no Paraguai e outra no Brasil, é utilizado para conseguir atendimento médico brasileiro. Ao ser solicitado um comprovante de endereço no Brasil, os “brasiguaios” residentes no Paraguai, especialmente em Ypehjú e Salto del Guairá, utilizam o endereço de suas residências brasileiras. Por outro lado, os que não usufruem dessa possibilidade contam com a solidariedade de amigos e parentes que permitem a utilização de seus endereços no Brasil. No entanto, observe que as respostas são contraditórias. Alguns dos entrevistados afirmaram que é imprescindível apresentar um endereço brasileiro, outros declararam que o serviço de saúde é oferecido normalmente para os “brasiguaios” residentes no Paraguai.

“É fácil por causa dos meus documentos que são brasileiros. Como eu tenho... Eu moro aqui, mas como eu tenho uma casa no Brasil, aí eu dou o meu endereço brasileiro.”

(Fátima, 22 anos, 2º grau incompleto, renda familiar de 2,0 SM)

“Não tem jeito porque se você fala que mora no Paraguai eles não vão te atender... Dou o endereço da minha comadre em Mundo Novo e da minha mãe em Maringá. Se eu falar que moro no Paraguai eles não aceitam...”

(Marlene, 50 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,5 SM)

“É difícil! Algumas coisas eles vão te atender bem você morando no Paraguai, mas dependendo, no caso aí, eles pedem pagamento de água, de luz... É, atestado de residência que a gente tem que ter.”

(Elizabeth, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 1,5 e 2,0 SM)

“Não! Eles perguntam onde que a gente mora, a gente fala: eu moro no Paraguai. Atendem, normalmente!”

(Luísa, 46 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 2,0 e 3,0 SM)

“Acho que não, né? Porque eles atendem a mesma coisa... de modo que porque se a gente vai mesmo lá, aonde você mora? Que lugar, que parte, né? Eu moro no Paraguai. Aonde? Em Ypehjú! Então eles marcam, eles atendem a mesma coisa.”

(Odete, 38 anos, ensino fundamental completo, renda familiar menor que 1,0 SM)

Nos municípios focalizados neste estudo, o tipo de transporte utilizado para receber atendimento médico no Brasil está mais relacionado com a condição financeira da família do que com a natureza da fronteira. Por exemplo, pessoas residentes em Pedro Juan Caballero vão à Ponta Porã receber atendimento médico de carro, a pé, de moto, assim como os residentes em Salto del Guairá. Os interrogados em Ypehjú também declararam ir para Paranhos a pé, de carona, de moto, “do jeito que der”. É claro que a distância das respectivas cidades de residência aos centros onde procuram atendimento médico influi no tipo de transporte utilizado, mas, mesmo assim, a renda parece ser o fator mais relevante.

“Oh! Tem vez que a gente passa pela balsa ou quando é uma emergência, uma coisa muito rápida a gente vai de táxi do Paraguai para o Brasil.”

(Elizabete, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 1,5 e 2,0 SM)

“Vou de qualquer jeito. Se eu tenho um carro eu vou de carro, quando eu não tenho, eu vou a pé...”

(Luisa, 46 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 2,0 e 3,0 SM)

A demanda por educação também é direcionada ao Brasil, mas não com a mesma intensidade do que a por saúde. As crianças e jovens “brasiguaios”, residentes em Ypehjú e Pedro Juan Caballero, são as que mais utilizam os

serviços de educação brasileiros, devido à própria natureza da fronteira seca. As crianças residentes em Salto del Guairá, para estudarem em Guaíra, precisam atravessar a balsa e percorrer 1,5 quilômetro para chegarem à escola pública mais próxima (FIG. 12). Elas podem optar também por estudar em Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, mas seria necessário um meio de transporte para levá-las.

“Não, nem todos estudam. Só a mais nova e um sobrinho que eu crio aqui também. Eles estudam em Guaíra. A menina ia de transporte e o menino ia de bicicleta. O menino continua aqui e vem e volta todo dia. Vem e volta todo dia de balsa.”

(Elizabete, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,5 SM)

Figura 12- Balsa vinda de Guaíra, no Brasil, com estudantes chegando de escolas brasileiras



Fonte: Denise Helena França Marques.

Semelhante ao que acontece na área de saúde, o tipo de transporte utilizado pelas crianças para estudarem no Brasil depende mais da renda de seus respectivos domicílios do que da distância entre a residência e a escola ou da natureza da fronteira internacional. Somente para as crianças de Ypehjú existe um transporte público que as leva diariamente para a escola. Na denominada Linha Internacional, uma estrada de terra que separa Paranhos de Ypehjú, passa um ônibus circular brasileiro.

“Essa minha filha mesmo que mora comigo tem dois filhinhos, que ela não produziu aqui dentro da minha casa! Ela casou... vestidinho de noiva... não deu certo com o marido dela, eu acolhi para dentro da minha casa, né? O molequinho dela tinha um aninho, a outra menina tinha uns quatro aninhos... agora estão tudo grande já... estão na aula e tudo... Estudam no Brasil. Vão com o circular... o circular vem pega a criança... tenho outros dois netos que moram ali também... e vão tudo estudar no Brasil.”

(Alzira, 64 anos, analfabeta, renda familiar de 1,0 SM)

As justificativas para estudar no Brasil são variadas. Assim como o atendimento à saúde, é comum o acesso aos benefícios oferecidos pelas escolas públicas brasileiras, sobretudo para as famílias de baixa renda.

“Eu acho o estudo mais forte, o estudo brasileiro, para a gente que é brasileiro mesmo, né? E depois também as condições são mais favorecidas para a gente que não tem uma boa condição. Então no Brasil tem estudo assim com mais facilidade devido ajuda das escolas, alimentação, material. Então a gente tem toda essa ajuda que a gente recebe do Brasil, para estudar as crianças.”

(Elizabeth, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,5 SM)

“(...) a maioria... para falar bem a verdade, os alunos aqui do Paraguai, 60% estudam no Brasil. Por causa que é... a falta de recurso aqui, né... então ali tem mais ajuda... muita gente ali recebe alguma ajuda e aqui já não tem, né? Ajuda como lápis, caderno, essas coisas materiais, né? É, tem tudo... então por isso... inclusive eu soube que eles estão preocupados porque os alunos estão deixando de estudar no Paraguai, para estudar no Brasil...”

(Ester, 34 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,0 SM)

“Porque tem mais possibilidade de cursos... de emprego... é mais fácil... Você é mais aceita, assim... tem mais possibilidade de você crescer.”

(Marina, 18 anos, 2º grau incompleto, renda familiar entre 2,0 e 3,0 SM)

A estratégia de dupla residência ou “falsa” residência no Brasil (endereço de parentes e amigos) não é tão utilizada para a demanda do serviço público de educação brasileiro quanto para o atendimento à saúde. Mais uma vez, foram observados desencontros nos depoimentos a respeito da obrigatoriedade da residência no Brasil para conseguir estudar no país.

A procura por trabalho acontece nos dois países. Contudo, pelo fato de as atividades comerciais de Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá serem mais desenvolvidas que em Ypehjú, as profissões exercidas pelos “brasiguaios” entrevistados e seus familiares estão mais relacionadas ao comércio nas duas primeiras cidades do que na terceira. Em Ypehjú, parte da amostra inquirida trabalha com vendas de porta em porta, sem vínculo empregatício, o que permite a esses vendedores escolher o melhor país para trabalhar. A mesma coisa acontece com as pessoas que exercem atividade produtiva no setor primário, que trabalham onde existe emprego, independentemente do país. Não foi observada uma regularidade quanto às características dos “brasiguaios” cuja circulação está associada ao trabalho. Notou-se, no entanto, que essa circularidade é mais comum nas cidades separadas pela fronteira seca. O mesmo acontece em relação ao movimento circular do Brasil em direção ao Paraguai. É possível inferir que essa mobilidade está mais vinculada ao trabalho que à educação, uma vez que as crianças e jovens residentes no Paraguai, quando possível, preferem estudar no Brasil.

De acordo com o Censo Demográfico brasileiro de 2000, apenas 244 pessoas residentes em Guaíra, no Paraná, declararam trabalhar e estudar no Paraguai. Em Mundo Novo, no estado de Mato Grosso do Sul, esse volume foi ainda menor: 162 pessoas. Já em Ponta Porã, 1.120 pessoas responderam realizar mobilidade pendular para o Paraguai, no ano 2000. Segundo Alvarez (2006), desse total,

80,0% (897 pessoas) estavam trabalhando no comércio de Pedro Juan Caballero como vendedores e comerciantes. O autor acredita que um dos incentivos de se trabalhar no Paraguai é a renda do trabalho, superior àquela recebida no Brasil. O volume de pendulares residentes em Paranhos (397 pessoas) também foi superior ao volume encontrado em Guaíra e Mundo Novo, o que pode estar relacionado mais à natureza da fronteira, como mencionado acima, do que ao desempenho da economia.

A despeito da assistência social, foram poucos os interrogados que declararam receber algum tipo de benefício brasileiro. Tais benefícios, quando recebidos, são resgatados no município brasileiro mais próximo e a frequência para o recebimento é de uma vez por mês. Dentre os benefícios havia aposentadoria, Bolsa Família e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). As aposentadorias referidas pelos “brasiguaios” são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou a aposentadoria rural (com benefícios não contributivos), já que quando questionados se contribuíram para a Previdência Social brasileira, todos responderam que nunca contribuíram.

Chamou atenção a atuação dos políticos para conseguir o benefício para seus eleitores, como ilustrado no relato transcrito abaixo.

“Eu consegui minha aposentadoria em Amambaias, mas daí... transferi para eu poder receber em Paranhos, né? Olha, aqui eu não consegui. Eu consegui em Amambaias com... na política. Até foi em Sapucaia, essa eu consegui em Sapucaia porque... política assim... era uma... uma vereadora que ajeitou para mim, né, em Sapucaia. Daí eu vim do INSS. E foi no INSS que conseguiu para mim.”

(Alzira, 64 anos, analfabeta, renda familiar de 1,0 SM)

Os “brasiguaios” que recebem algum benefício assistencial brasileiro utilizam o endereço de parentes ou de suas casas no Brasil para terem acesso aos benefícios. Com exceção da aposentadoria contributiva, que é um direito adquirido, dentre as condições para receber o Bolsa Família e o PETI, por exemplo, está a obrigatoriedade de residência no Brasil. Quanto à isso, não

houve contradição nos depoimentos, como aconteceu com a saúde e a educação. Os beneficiados e não beneficiados sabem dessa necessidade.

A circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Paraguai e Brasil não se resume à demanda por serviços públicos, ao trabalho e nem ao recebimento de benefícios. Essas pessoas também se dirigem ao Brasil para visitar parentes e amigos, freqüentar igreja e fazer compras. A proximidade espacial permite aos “brasiguaios” escolherem os estabelecimentos que praticam os menores preços. Ademais, nem todas as mercadorias vendidas no Brasil são encontradas no Paraguai, sem falar da qualidade de determinados produtos, tais como frutas e verduras. O interessante é que essas táticas independem do tipo de fronteira envolvida, quer dizer, ela pode ser uma rua ou um rio.

“Agora é lógico que tem uma certa vantagem de você morar pro lado de cá também... o custo de vida é menos, só que a maioria das coisas a gente compra é lá. Como nós pagamos os impostos, temos documento brasileiro, eu sou funcionário do Estado e nós temos comprovante de residência do lado de lá...”

(Ana, 33 anos, 2º grau incompleto, renda familiar de 3,0 SM)

“Não, que tem ido, a gente vai ao Brasil direto mais para usar alguma coisa assim... Eu tenho ido assim pelo menos uma vez por semana para ir ao mercado, fazer compra.”

(Inês, 32 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 8,0 e 8,5 SM)

No espaço transnacional “brasiguaião”, circulam informações de todos os tipos, tais como os requisitos necessários para acessar os serviços brasileiros (como a documentação brasileira e o endereço no Brasil), os diferenciais de preços encontrados no comércio de ambos os países e as facilidades de pagamento (o crediário só existe no Brasil). É claro que a proximidade espacial entre os países, sobretudo nas regiões de fronteira, facilita a circulação das informações privilegiadas entre os migrantes e não migrantes. Ademais, contribui para o contato freqüente e, conseqüentemente, a manutenção e fortalecimento dos laços sociais. O depoimento da D. Clarice é um exemplo de como as paraguaias (sem

vínculos sanguíneos com brasileiros) procuram artifícios para usufruírem dos serviços de educação oferecidos no Brasil.

“É... Eu nunca assim... nunca né, mas sempre as pessoas querem que eu registre crianças aqui para que elas possam estudar no Brasil, né, a mãe paraguaia, mas eu nunca fiz isso... Tem gente que faz... mas eu não... Eu nunca fiz não! Não é por nada, né, porque dá dó, né, mas...”

(Clarice, 45 anos, analfabeta, renda familiar menor que 1,0 SM)

A coesão social dos “brasiguaios” no Paraguai é fortemente percebida quando o assunto é documentação. A posse, mas, sobretudo a falta de documentos, é um assunto corriqueiramente citado pelos “brasiguaios” entrevistados. A ajuda aos indocumentados para que consigam resolver o problema é oferecida de diferentes formas.

“Eu já... já ajudei. Fui testemunha de várias pessoas aqui. De quem nasceu no Brasil... é... Eu acho bom, né, porque no Brasil tudo é melhor do que aqui no Paraguai, né?”

(João, 47 anos, ensino fundamental completo, renda familiar de 1,5 SM)

“Eu já ajudei uma pessoa, uma velha que morava aqui... que ela não tinha documento. A dona Basíla, ali em baixo, outra velhinha que morava aqui. Paraguaia, mas tinha o netinho dela que era... que estudava no Brasil, né? Por intermédio do netinho dela nós conseguimos fazer um documento para ela e daí ela ganha aposentadoria do Brasil hoje. Uma outra velhinha que já faleceu também, que morava ali em cima, também nós conseguimos, né?”

(Alzira, 64 anos, analfabeta, renda familiar de 1,0 SM)

“Esse, praticamente no Paraguai é minha função. Encaminhar pessoas a órgãos competentes, né? Eu mesmo... ajudar, encaminhar as pessoas, sim! Isso aí eu tenho feito muito. É... Porque as pessoas de baixo escalão... de baixa renda, igual nós temos aqui, é.. que é o problema. Aqui, aqui não tem atenção! Particular é precário, a gente não tem dinheiro para pagar. Vamos no Brasil, também particular não podem pagar e é complicado para o SUS atender. Então aí a gente entra fazendo os contatos, arrumando pessoas mais conhecidas, para ver a forma de poder ajudar essas pessoas em termos sociais, né? Então sempre tem dado um jeito. E nas reuniões nossas, nós temos batalhado muito, na região aqui, através da Pastoral mesmo, e o que mais batemos em cima, é sobre isso, né? Para tentar definir, né, para o governo brasileiro ter uma definição sobre o que é a saúde na fronteira.”

(Júlio, 50 anos, 2º grau incompleto, renda familiar de 6,0 SM)

6.5 Síntese dos resultados

Em suma, a análise das entrevistas em profundidade mostrou que as motivações dos “brasiguaios” para circularem nas fronteiras do Brasil e Paraguai são variadas e estão relacionadas mais às suas características pessoais do que ao tipo de fronteira que separa os dois países. A demanda por atendimento médico foi a motivação principal para a circulação na fronteira, sem distinção de idade e de situação econômica. As pessoas que podem pagar por um atendimento médico particular no Brasil não precisam declarar endereço brasileiro e, pelo fato de possuírem uma condição econômica melhor, também não necessariamente se dirigem para os municípios mais próximos e sim para os que possuem uma infraestrutura melhor. Grande parte da procura por atendimento de saúde é realizada nos municípios brasileiros mais próximos, mas dependendo da gravidade do problema, os “brasiguaios” procuram cidades maiores, com uma infra-estrutura médica mais completa, ou são encaminhados pelo próprio sistema de saúde para outras localidades. A maioria dos entrevistados declarou procurar o serviço de saúde público, posto e/ou hospital e não seguir uma regularidade para utilizar tais serviços brasileiros. Pelos depoimentos, é possível perceber respostas contraditórias a respeito da necessidade de um comprovante de endereço para receber atendimento no Brasil. “Brasiguaios” residentes numa mesma cidade deram respostas distintas e alguns dos que declararam a não obrigatoriedade de morar no Brasil para receberem atendimento médico reconheceram utilizar endereços de parentes e amigos no Brasil para tal. Foi observada uma associação entre o tipo de transporte utilizado e a situação econômica do domicílio. Parece que a condição financeira domiciliar exerce uma influência maior no tipo de transporte utilizado para se chegar ao centro de saúde do que a natureza da fronteira ou a distância percorrida.

A educação brasileira também foi citada pelos entrevistados como motivação importante para se dirigirem ao Brasil. Essa demanda é realizada, particularmente, por crianças e jovens e ocorre mais em cidades separadas pela

fronteira seca. Em geral, as escolas procuradas localizam-se nos municípios brasileiros mais próximos, fato explicado pela natureza diária da atividade. Assim como na saúde, foram constatadas incoerências quanto à obrigatoriedade de residir no Brasil para se ter acesso à educação pública brasileira. Novamente, observou-se uma ligação mais direta entre o tipo de transporte e a renda domiciliar dos estudantes.

Os benefícios pagos pela assistência social brasileira também estavam entre as motivações para a circulação. Grande parte dos beneficiados é de idosos que resgatam o dinheiro uma vez por mês no município brasileiro mais próximo. É provável que tais aposentadorias citadas por esses “brasiguaios” não sejam contributivas. O Bolsa Escola e o PETI também foram mencionados pelos entrevistados como benefícios resgatados no Brasil. No que tange aos endereços, não houve desencontro de informações. Para receberem as aposentadorias ou outros benefícios, os “brasiguaios” sabem da obrigatoriedade da residência no Brasil, o que os leva a utilizar endereços de terceiros ou dupla residência.

Os “brasiguaios” também circulam na fronteira do Paraguai e Brasil por motivos de trabalho, compras, religião, visitas e lazer. No que diz respeito ao trabalho, não foi observada uma associação entre as características dos entrevistados e o país onde trabalham. Pode-se dizer apenas que o trabalho no lado brasileiro é exercido por maiores de 16 anos e que tal procura acontece mais em cidades separadas pela fronteira seca. A maioria dos residentes entrevistados em Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá trabalha nas respectivas cidades de residência, na área de comércio. Já os residentes em Ypehjú declararam trabalhar onde são chamados, em atividades diversificadas, independentemente do país.

Lazer, compras, visitas e religião são atividades que não obedecem a uma rotina, como o trabalho e o estudo, por exemplo. As compras acontecem em cidades brasileiras próximas, mas também em municípios brasileiros mais distantes, dependendo da mercadoria procurada. O mesmo acontece com as visitas a parentes e amigos. A possibilidade de permanecer na casa do visitado permite que os “brasiguaios” se dirijam a lugares distantes de suas residências, mas como observado em campo, as redes de amigos e familiares se localizam, geralmente, em cidades brasileiras fronteiriças ao Paraguai.

Enfim, trata-se de uma circularidade transfronteiriça que configura, de fato, a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia” a merecer maior destaque na delimitação de demanda, oferta, organização e qualidade dos serviços públicos disponibilizados à população. Para isso, seria importante, também, investir em estudos que focalizem especificidades socioculturais da comunidade transnacional “brasiguiaia”, tarefa que transcende os objetivos deste trabalho.

7. CONCLUSÃO

Procurou-se investigar, nesta tese, as diferentes motivações para a intensa circularidade dos “brasiguaios” nas fronteiras do Paraguai e Brasil, mais especificamente dos que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil. Foram visitados três municípios paraguaios: Ypehjú, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero, entre agosto e setembro de 2008.

Os Censos Demográficos brasileiros de 1991 e 2000 fornecem uma variedade de informações relativas ao fenômeno migratório, que têm permitido o desenvolvimento de numerosos e importantes estudos que destacam a migração como um aspecto peculiar do processo social. Tirando proveito dessas informações e dos avanços metodológicos direcionados ao estudo dessa variável demográfica, foi possível calcular os efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno do Paraguai. O retorno desempenha papel relevante no percurso dos migrantes e, neste caso, na formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia” que, por sua vez, facilita, por meio da solidariedade e reciprocidade, a circulação transfronteiriça de seus membros. Essa circulação também participa no processo social do qual a migração se insere. Como postulam Prothero & Chapman (1985), a fragmentação espacial das oportunidades e a natureza dos riscos envolvidos repousam na raiz do estilo de vida transnacional, prática que vem se tornando comum entre populações residentes em fronteiras nacionais.

Entretanto, investigar as motivações para a circularidade dos “brasiguaios” nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil exigiu mais que a utilização de dados secundários, disponibilizados pelos censos brasileiros e paraguaios. Foi necessário lançar mão de dados de natureza qualitativa. A entrevista em profundidade foi o instrumento contemplado para captar as informações pertinentes ao trabalho. Foram realizadas 39 entrevistas nos três municípios paraguaios mencionados acima.

Residir no Paraguai e freqüentar o Brasil é uma prática muito comum entre os “brasiguaios” residentes no Paraguai. A intensa circulação nas fronteiras nacionais desses dois países vem transformando essa região em um espaço privilegiado de análise. A inexistência da fronteira como barreira estimula uma variedade de interações vinculadas às populações locais e suas necessidades de organização social. As motivações para a circulação nessa fronteira revelam um modo de adaptação dos “brasiguaios” que vai além da assimilação tradicional vislumbrada por muitos imigrantes nas sociedades de destino. Muitos desses “brasiguaios” lançam mão de suas redes pessoais para intercambiar recursos, informações e solidariedade que os permitam acessar bens e serviços disponíveis no Brasil.

A circulação dos “brasiguaios” nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil é motivada pela demanda de serviços públicos nas áreas de saúde e educação, de benefícios assistenciais, por compras, visitas, religião e trabalho. A busca pelos serviços de saúde pública foi a principal motivação citada pelos “brasiguaios” para se dirigirem ao Brasil, independentemente do tipo de fronteira envolvida. Essa procura é realizada tanto por crianças e adultos, quanto por idosos. Não existe uma regularidade para tal, como acontece com o recebimento de benefícios assistenciais. A procura por um consultório médico, um hospital ou posto de saúde para diagnóstico ou tratamento só ocorre, obviamente, quando necessária. As principais explicações dos entrevistados para a demanda por saúde no Brasil residem na precariedade do sistema público de saúde paraguaio, na gratuidade do atendimento médico brasileiro, na posse de documentos brasileiros e na possibilidade de declarar residência no Brasil. Além disso, alguns “brasiguaios” declararam sentirem-se melhores e serem mais bem tratados no Brasil. Outros acreditam que os médicos brasileiros são melhores que os médicos paraguaios.

Os “brasiguaios” mais carentes sempre utilizam os serviços de saúde nos municípios brasileiros mais próximos de suas residências, sem distinção do tipo de fronteira. Quando o fazem em municípios mais distantes, se não tiverem sido encaminhados pelo próprio sistema brasileiro de saúde, em decorrência da gravidade do problema, contam com a boa vontade de familiares e amigos

que os hospedam e cedem seus endereços residenciais para declaração no posto de saúde ou hospital. Muitos “brasiguaios”, principalmente os residentes em Ypehjú e Salto del Guairá, possuem dupla residência, uma no Paraguai e outra no Brasil, e não precisam contar com a ajuda de parentes e amigos no que diz respeito ao empréstimo do endereço. Os “brasiguaios” que podem pagar pelos serviços de saúde paraguaios utilizam-nos para consultas de rotina e intervenções simples. Mas, quando consideram o problema de saúde “grave”, preferem se dirigir à uma cidade brasileira que ofereça bons profissionais e infra-estrutura médica completa. Nesse caso, como o serviço é particular, eles não precisam declarar endereços de parentes e amigos no Brasil para serem atendidos. Esses “brasiguaios” mencionaram, ainda, não utilizar os serviços médicos particulares nos municípios de residência, dando preferência aos serviços disponíveis em Ciudad del Este, importante centro econômico do Paraguai.

Diferentemente da circulação motivada pela demanda por saúde, a circularidade na fronteira para o usufruto de serviços de educação, oferecidos pelas escolas públicas brasileiras, é realizada apenas por crianças e jovens “brasiguaios”. A maioria dessas crianças e jovens, filhos dos “brasiguaios” entrevistados que residem em Ypehjú e Pedro Juan Caballero, estudam no Brasil. Não há dúvida que, nesse caso, o tipo de fronteira interfere na escolha do país e do município para estudar, pela própria natureza diária da atividade, o que não ocorre com a demanda por saúde. Grande parte das crianças e jovens “brasiguaios” residentes em Salto del Guairá, por sua vez, estuda no Paraguai. Para estudarem em Guaíra, precisam atravessar a balsa e percorrer 1,5 quilômetro para chegarem à escola pública mais próxima. Elas podem optar também por estudar em Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), mas seria necessário um transporte para levá-las. Nesse caso, a distância parece ser mais relevante que o nível socioeconômico das famílias. O tipo de transporte utilizado pelos estudantes para irem à escola está mais relacionado à renda de seus respectivos domicílios do que à distância entre a residência e a escola ou à natureza da fronteira internacional, como mostrado nas entrevistas.

Entre as justificativas para estudar no Brasil está a nacionalidade brasileira; a qualidade superior do ensino ministrado no país, comparada à do Paraguai; a ajuda oferecida pelas escolas em alimentação e material escolar, e a proficiência da língua portuguesa. Assim como no atendimento à saúde, a declaração do endereço de familiares ou amigos residentes no Brasil é uma estratégia para acessar o ensino público brasileiro e, conseqüentemente, os benefícios oferecidos pelas escolas, sobretudo para as famílias de baixa renda.

A circulação na fronteira também ocorre por causa do trabalho. Grande parte dos “brasiguaios” residentes em Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero declararam trabalhar nessas cidades mesmo, no setor comercial. Diferentemente de Ypehjú, esses dois municípios caracterizam-se pelo vigoroso comércio de produtos importados, o que atrai população de várias partes do Brasil durante todo o ano. Em Ypehjú, a maioria dos entrevistados que trabalha com vendas o faz de porta em porta, sem vínculo empregatício. A natureza da atividade os permite escolher o melhor país para trabalhar; consoante o que acontece com os trabalhadores do setor primário, eles trabalham onde existe oferta de emprego, independentemente do país e da proximidade do município.

As informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico brasileiro de 2000, a respeito da pendularidade de brasileiros em direção ao Paraguai (aqui denominada circulação), aliada aos dados coletados em campo (circulação do Paraguai para o Brasil), indicam que a circularidade motivada por trabalho relaciona-se mais à natureza da fronteira que ao grau de desenvolvimento das cidades, haja vista o volume de trabalhadores que se deslocam de Paranhos para trabalharem no Paraguai e o volume que sai de Guaíra e Mundo Novo diariamente impelidos pela mesma motivação.

A procura pelos benefícios de assistência social brasileiros também foi apontada como motivação para a circulação dos “brasiguaios” na fronteira. No entanto, foram poucos os entrevistados que declararam receber algum tipo de benefício. Esses, quando recebidos, são resgatados no município brasileiro mais próximo de suas residências. Como era de se esperar, a frequência para receber os benefícios é de uma vez por mês e todos os inquiridos, sem

exceção, inclusive os que não recebem qualquer benefício, concordaram que há obrigatoriedade da residência no Brasil (ou da posse de um endereço brasileiro, prática muito comum) para resgatarem o dinheiro. Entre os benefícios assistenciais havia aposentadorias, Bolsa Família e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Em concordância com as hipóteses levantadas por Alvarez (2006), as aposentadorias referidas pelos “brasiguaios” são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou a aposentadoria rural (com benefícios não contributivos), já que nunca contribuíram para a Previdência Social brasileira e alguns contaram com a ajuda de políticos para acessarem os benefícios.

A circulação transfronteiriça dos “brasiguaios” residentes no Paraguai é motivada ainda por visitas a familiares e amigos residentes no Brasil, por religião e compras. As visitas a familiares e amigos no Brasil parecem ser mais frequentes entre os “brasiguaios” de primeira geração que entre os de segunda e terceira gerações. Não obstante, quando necessário, esses últimos contam com o capital social de seus pais e avós para acessarem determinados recursos, como, por exemplo, os serviços de saúde e educação. Essas visitas não se limitam aos municípios de fronteira e, quando acontecem em cidades distantes da residência dos “brasiguaios”, geralmente se dão acompanhadas por outra motivação, como a de demandar serviços de saúde considerados mais complexos.

Os “brasiguaios” que freqüentam igrejas brasileiras circulam na fronteira do Paraguai e Brasil com certa assiduidade, relacionada aos dias e horários das missas e cultos evangélicos. Contrariamente às atividades relacionadas às compras, a vinda ao Brasil para freqüentar igrejas foi majoritariamente observada nos municípios separados por uma fronteira seca. Já as compras acontecem diariamente e são uma estratégia de sobrevivência que independe da fronteira que separa os países. A proximidade física entre o Paraguai e o Brasil possibilita aos “brasiguaios” escolherem os estabelecimentos que praticam os menores preços. Além disso, alguns produtos brasileiros possuem uma qualidade superior àqueles comercializados no Paraguai, sem falar nas diferentes mercadorias ofertadas num e noutro lado da fronteira.

A importância de investigar as variadas motivações dos “brasiguaios” para circularem nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil reside em suas consequências macro-sociais no conjunto da comunidade “brasiguiaia” e em ambos os países, mais especificamente nos municípios de fronteira. Numa perspectiva individual, utilizar os serviços de educação e saúde no Brasil (públicos e mesmo privados), receber benefícios assistenciais, fazer compras, assim como construir uma casa no lado brasileiro ou abrir um negócio no Brasil, geram consequências meramente relacionadas às estratégias de sobrevivência da população envolvida. No âmbito geral, tais atividades podem afetar a quantidade e a qualidade dos serviços públicos oferecidos e alterar a economia e as práticas culturais nos dois países. Essas ações e outras semelhantes, multiplicadas milhares de vezes, traduzem-se num desequilíbrio entre oferta e demanda de serviços públicos oferecidos no Brasil, num fluxo monetário que pode se tornar uma fonte importante de moeda estrangeira para o Brasil e alterar, por meio de novas práticas culturais, os valores e o cotidiano das populações residentes nas franjas fronteiriças dos dois países (Levitt, 2001; Itzigsohn, 1999; Ostergaard-Nielsen, 2001).

É preciso enfatizar, contudo, que a extensão dessas considerações não deve ir além da faixa territorial circunscrita pelos municípios pesquisados. Portanto, generalizações devem ser evitadas e é necessário que mecanismos, dados e estratégias amostrais adequadas sejam utilizados para permitir a universalização dos resultados. Outra ressalva importante é que a pesquisa empreendida neste trabalho focalizou, apenas, uma direção de fluxo: do Paraguai para o Brasil. Seria interessante, também, investigar em que medida e circunstâncias ou motivações existem para uma circularidade no sentido oposto: do Brasil para o Paraguai. Além desses tópicos, é importante o desenvolvimento de estudos que focalizem o impacto social, cultural, econômico e de gestão de oferta e demanda de serviços públicos nos dois países, tendo em vista a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia” de tão intensa circularidade populacional.

Parafraseando Janet Abu-Lughod (1975), estamos no final da era da inocência quanto à mobilidade humana. Investigar somente a migração e os migrantes,

deixando de lado os movimentos que não envolvem mudança de residência é adotar uma postura ingênua e até mesmo equivocada da mobilidade. As variadas motivações para a circularidade dos “brasiguaios” nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil, apresentadas aqui, fortalecem a importância de se conhecer profundamente tais deslocamentos. Certamente, esses resultados permitirão um avanço para a fundamentação de hipóteses prospectivas à respeito dos movimentos circulares em fronteiras nacionais e abrirão portas para novas pesquisas nessa área.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza. 2005. 274 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALBUQUERQUE, J. L. C. As línguas nacionais na fronteiras Paraguai-Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão, 2., 2006, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), 2006. Disponível em: <www.neppi.org/anais/textos/pdf/linguas_nacionais_frenteira.pdf>. Acesso em 17 de set. de 2008.

ALVAREZ, G. O. (Coord.). Secretaria de políticas de previdência social. **As fronteiras da previdência: trabalhadores nas fronteiras do Mercosul**. Brasília. 2006. 245p. (versão preliminar).

ANTICO, Cláudia. **Onde morar e onde trabalhar: espaços e deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo**. 2003. 145 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BAENINGER, R. (Org.). **La migración internacional de los brasileños: características y tendencias**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL/CELADE, 2002. 70 p. (Población y desarrollo, 27)

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005 Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2008.

BRITO, F. R. A. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 12, n. 1-2, p.21-33, jan./dez. 1995.

BRITO, F. R. A. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (Coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 53-66.

BURGOS, V. I. C. **Mujer y movilidad transfronteriza: inserción laboral y comportamiento reproductivo. El caso de Alberdi-Formosa**. Assunción: BASE Investigaciones Sociales, 1996. (Documento de trabajo, 87). Disponível em:

<<http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00---0base--00-0-0--0prompt-10---4-----0-1--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&cl=CL2.1&d=HASH03897ef7f601174a91c430&gc=1>>. Acesso em: 28 de abr. 2008.

CARVALHO, J. A. M. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido. In: BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Migrações Internacionais e Previdência Social**. Brasília, 2006. 188 p. (Coleção Previdência Social, 25).

CASTLES, S. International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. **International Social Science Journal**, Paris, v. 52, n. 165, p. 269-281, Sept. 2000. Disponível em: <http://www.blackwellpublishing.com/content/BPL/Images/Journal_Samples/ISSJ_0020-8701~52~165~258/258.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2008.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. London: Macmillan. 1998. 336 p.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Themes on circulation in the third world. In: PROTHERO, R.M.; CHAPMAN, M. **Circulation in third world countries**. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1985. p. 1-26.

CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA - CELADE. "Migración internacional en América Latina, IMILA", **Boletín Demográfico**, Santiago de Chile, v. 32, n. 65, jan. 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/migracion/IMILA/seleccion.asp?parametro=BRASIL_|N|BRASIL_|> Acesso em : 24 fev. 2007.

CORTÊZ, C. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos**. Campo Grande: Brasil Agora, 1993.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS – CSEM. **Quem somos**. 2007. Disponível em: <http://www.csem.org.br/quemsomos_port.html> Acesso em: 31 de ago. 2007.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA ENCUESTAS Y CENSOS - DGEEC **Resultados do Universo**. Asunción: DGEEC, 1992.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA ENCUESTAS Y CENSOS - DGEEC **Resultados do Universo**. Asunción: DGEEC, 2002.

DUANY, J. Mobile livelihoods: the sociocultural practices of circular migrants between Puerto Rico and the United States. **International Migration Review, Staten Island**, Staten Island, v. 36, n. 2, p. 355-388, Summer. 2002.

DUTRA, D. M. M.; GOETTERT, J. D. Mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil para o Paraguai no comércio de reexportação entre as "cidades gêmeas" de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA, 3., 2007, Glória de Dourados – MS. **Anais... Dourados - MS: AGB, 2007. v.1, p. 01-13.**

FAIST, T. Transnationalization in international migration: implications for the study of citizenship and culture. **Ethnic and Racial Studies**, London, v.23, n. 2, p. 189-222, Mar. 2000a

FAIST, T. **The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces**. Oxford: Oxford University, 2000b. 380 p.

FARRET, R. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: CASTELLO, I. R. *et. al.* **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. p.107-113.

FAZITO, D. Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (Org.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. p. 150-172.

FOGEL, R. El complejo sojero y el desplazamiento poblacional. In: CONGRESO PARAGUAYO DE POBLACIÓN, 2., 2007, Asunción. **Anais...** Asunción : UNFPA-ADEPO, 2005. p. 109-114.

GALETTI, R. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, 1995. p. 133-143.

GARSON, J. P. Migration and interdependence: the migration system between France and Africa. In: KRITZ, M. *et al.* (ed.). **International migration systems, a global approach**. Oxford: Claredon, 1992. p. 80-93.

GOLGHER, A. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2004. (Texto para discussão, 231). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2007.

GRUPPELLI, J. L. O direito de ir e vir no Mercosul. **Revista da Escola de Direito**, Pelotas, RS, v. 5, n. 1, p.105-130, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/direito/revista/vol5/07.doc>>. Acesso em 07 de mar. 2008.

HILY, M. A. As migrações contemporâneas: dos estados e dos homens. In: SEMINÁRIO CULTURA E INTOLERÂNCIA. São Paulo: Sesc Vila Mariana, 2003. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/77.rtf>>. Acesso em 30 nov. 2008.

HUGO, G. J. Circulation in west Java, Indonesia. In: CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. **Circulation in third world countries**. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1985. p.75 - 99.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=4&i=P&c=1518>> Acesso em: 15 mar. 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Migração e Deslocamento, Resultados da Amostra, Comentário dos Resultados. In: _____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica+/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf> Acesso em: 30 maio 2007.

ITAIPU BINACIONAL. Itaipu inicia o repasse de US\$ 310,8 milhões em royalties. 2005. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/releases/releases/pr20050114.htm> Acesso em: 23 abr. 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Dinâmica demográfica recente da região sul: anos 70 e 80**. Curitiba: IPARDES, 1997. 180p.

JORDAN, B.; DUVELL, F. **Migration: the boundaries of equality and justice**. Cambridge: Policy, 2003.

KRATOCHWIL, H. Migraciones, circulación de personas y política migratoria en el MERCOSUR. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Brasília, DF: FNUAP, 1996. p.155 - 166.

KRITZ, M.; ZLOTNIK, H. Global interactions: migration systems, processes and policies. In: KRITZ, M. *et al.* (eds.) **International migration systems, a global approach**. Oxford: Claredon, 1992. p.1-16.

LATTES, A. E. Acerca de los patrones recientes de movilidad territorial de la población em el mundo. Buenos Aires: Centro de Estudios de Población, 1983. (Cuaderno del CENEP, 27). Disponível em: <http://201.231.155.7/wwwisis/bv/cuadernos%20cenep/CUAD%2027.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2009.

LATTES, A. Migraciones hacia America Latina y el Caribe desde principios del siglo XIX. Buenos Aires: Centro de Estudios de Población, 1985. (Cuaderno del CENEP, 35). Disponível em: <http://201.231.155.7/wwwisis/bv/cuadernos%20cenep/CUAD%2035.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2009.

LATTES, A. E.; LATTES, Z. R. International migration in Latin America: patterns, determinants and policies.. In: PATARRA, N. L. (Coord). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Brasília, DF: FNUAP, 1996. p. 125 a 154.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v.1, p.89-114.

LEVITT, P.; JAWORSKY, B. N. Transnational migration studies: past developments and future trends. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, Calif., v. 33, p.129-156, Apr. 2007.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. 2003. 195. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional., Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKARTOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 231p.

MARQUES, A. M. Movimentos migratórios fronteiriços: bolivianos e paraguaios em Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO ANUAL DA ILASSA, 27., 2007, Austin, Texas. **Anais...** Austin: University of Texas, 2007. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/marques.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

MARSHALL, D. I. International migration as circulation: haitian movement to Bahamas. In: PROTHERO, Mansell; CHAPMAN, Murray. **Circulation in third world countries**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1985, p. 226-240.

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022004000200007&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 28 de jan. 2008.

MASSEY, D. *et al.* **Worlds in motion**: understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Claredon, 1998. 362 p.

MASSEY, D. *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, v.19, n. 3, p.431-466, Sept. 1993.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008. 407p.

MINAYO, M. C. S.; SACHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOURA, R. Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços. In: CASTELLO, I. R. *et al.* **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. p.96-103.

NAÇÕES UNIDAS. **World population prospects**: the 1998 revision. New York: United Nations, 1999-2000. v.1

NAÇÕES UNIDAS. **World population prospects**: the 2002 revision. New York: United Nations, 2003. v.1

NAÇÕES UNIDAS. **World population prospects: the 2004 revision**. New York: United Nations, 2005. v.1

NAÇÕES UNIDAS. International migration and globalization. In: _____. **Globalization and development**. Santiago de Chile: United Nations, CEPAL/ECLAC, 2002. p.229-258. Disponível em:

<<http://www.rrojasdatabank.info/globdev/Globalization-Chap8.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2007.

NAÇÕES UNIDAS. **International migration 2006**. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2006. Disponível em:

<http://www.un.org/esa/population/publications/2006Migration_Chart/Migration2006.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2007.

FIGUEIREDO, Janáina. Brasiguaios. In: **O Globo: blogs**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/blogs/janaina/posts/2008/05/20/brasiguaios-103650.asp>> . Acesso em: 02 maio 2009.

OLIVEIRA, T. C. M.; LAMBERTI, E. As trocas, a territorialidade e o ambiente na fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. In: SEMINARIO INTERNACIONAL AMERICA PLATINA, 2., 2008. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2006.

PALAU, T.; HEIKEL, M. V. **Los campesinos: el estado u las empresas em la frontera agrícola**. Asunción: BASE/PISPAL, 1987.

PALAU, T. Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos brasiguaios. In: PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, 1995a. p. 200-207.

PALAU, T. **Residencia y migración em la frontera paraguayo-argentina**. El caso de Formosa Alberti. [S.l]: BASE Investigaciones Sociales, 1995. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsdll/cgi-bin/library?e=d-000-00---0base--00-0-0--0prompt-10---4-----0-1l--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&cl=CL2.1.4&d=HASHcfebdbfa584fa139358537a&qc=1>. Acesso em 28 de abril de 2008.

PALAU, T. Brasiguaios. In: CASTRO, G. M. **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**. Brasília : CNPD, 2001. p. 345 a 360.

PARRADO, E. A.; CERRUTTI, M. Labor Migration between Developing Countries: the case of Paraguay and Argentina. **International Migration Review**, Staten Island, v. 37, n.1,p.101-132, spring. 2003

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Frontier and migration in mercosul: meaning, specificities and implications. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE, 24., 2001, Salvador, **Anais...** Salvador: IUSSP, 2001. Disponível em: <http://www.iussp.org/Brazil2001/s70/S79_04_Patarra.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2007.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no mercosul. Metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n. 60, p. 83-102, fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.>. Acesso em: 07 mar. 2008.

PATARRA, N. **Migrações internacionais e integração econômica no Cone Sul**: notas para discussão, 2007. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/Celade/proyectos/migracion/Patarra.doc>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

PATARRA, N. L.; ANTICO, C. **Municípios fronteiriços brasileiros: uma abordagem sobre deslocamentos populacionais**, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/patarra.rtf>>. Acesso em: 07 de mar. 2008.

PATARRA, N. L.; CUNHA, J. M. P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 32-35, jul./set. 1987. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v01n02_04.pdf> Acesso em: 18 jun. 2007.

PELLEGRINO, A *et. al.* **Migrantes latinoamericanos y caribeños**: síntesis histórica y tendencias recientes. [S.l.]: CEPAL/CELADE: Programa de Población de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, 2001. 137p.

PELLEGRINO, A *et. al.* La migración internacional en América Latina. Tendencias y perfiles de los migrantes. In: CONFERENCIA HEMISFÉRICA SOBRE MIGRACIÓN INTERNACIONAL: DERECHOS HUMANOS Y TRATA DE PERSONAS, 35., 2002, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CELADE, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/0/12270/P12270.xml&xsl=/celade/tpl/p9f.xsl&base=/redima/tpl/top-bottom.xslt>> Acesso em: 01 fev. 2007.

PELLEGRINO, A. *et. al.* La migración internacional en América Latina. Tendencias y perfiles de los migrantes. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003. 41 p. (Serie población y desarrollo, 35). Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/12270/lcl1871-P.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2007.

PEREIRA, J. H. V. Entrecruzamento de fronteiras étnico-cultural e geográfica. In: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO: O DESAFIO DA INTERCULTURALIDADE E DA EQUIDADE, 1., 2002, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: FUNDECT, 2002.

PEREIRA, R. H. M. Polarização urbana e mobilidade espacial da população: O caso dos deslocamentos pendulares na rede pública de ensino médio do Distrito Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_337.pdf> Acesso em: 25 maio 2007.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. **O que é o atlas**, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/dl/O_que_e_o_atlas.pdf>. Acesso em: 07 maio de 2007.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Desarrollo humano**, 2005. Disponível em: <<http://www.undp.org.py/dh/default.asp?page=atlas>> Acesso em: 07 maio 2007.

PORTES, A.; BÖRÖCZ, J. Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. **International Migration Review**, Staten Island, v. 23, n. 3, Oct. p. 606-630. 1989

PORTES, A. Inmigración y metrópolis: reflexiones acerca de la historia urbana. **Migraciones Internacionales**, Mexico, v.1, n.1, p.111-134, jul./dic. 2001.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 69, p.73-93, Out. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/69/RCCS69-073-093-Alejandro%20Portes.pdf>> . Acesso em: 12 jan. 2009.

PORTES, A. Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism”, **International Migration Review**, Staten Island, v. 37, n. 3, p.874-92, Jul./Dec. 2003.

PROTHERO, R. M.; CHAPMAN, M. **Circulation in third world countries**. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1985. p. 436-440.

RAVESTEIN, E.G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.807-844.

RIBEIRO, J. T. L. **Estimativas da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991**. 1997. 206 f. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

SNAPE, D.; SPENCER, L. The foudantion of qualitative research. In: RITCHIE, J.; LEWIS, J. (Ed.). **Qualitative research practice**: a guide for social science students and researchers. London: Sage; 2003. p. 2-23.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.21, n.1, p.101-116, jan./jul. 2004.

SALA, G. A.; RIOS NETO, E. L. G.; CARVALHO, J. A. M. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. 2005. 243 f. Tese (Doutorado) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SALES, T. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.13, n.1, p. 87-98, jan./jun, 1996.

SALIM, A. C. A questão dos brasiguaios e o mercosul. In: PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, 1995. p.144-159.

SANTA BÁRBARA, M. **Des-caminhos brasileiros em terras paraguaias**. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

SCHILLER, N.G; BASCH, L.; BLANC, C. S. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Antropological Quarterly**, Washington, v.68, n. 1 , p.48-63, jan. 1995.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.211-244.

SOLIMANO, A. Globalización y migración internacional: la experiencia Latinoamericana. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n.80, p.55-72, ago. 2003.

SOARES, W.; RIOS NETO, E. L. G.; CARVALHO, J. A. M. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. 344 f. Tese (doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, belo Horizonte, 2002.

SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Soares_texto.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2009.

SOUCHAUD, S.; CARMO, R. L. Migração e mobilidade no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_702.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2008.

SOUCHAUD, S. Geografía de la migración brasileña en Paraguay. Asunción: UNFPA-ADEPO, 2007. 382 p.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. 1992. 517 f. Dissertação (Mestrado) - PPGAS, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

SPRANDEL, M. A. “Aqui não é como na casa da gente...” comparando agricultores brasileiros e argentinos no Paraguai. In: FIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.187-207.

SPRANDEL, M. A. O parlamento e as migrações internacionais. In: CASTRO, G. M. **Migrações Internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 97-119.

SPRANDEL, M. A. Remando por este mundo de Deus - terras e territórios nas estratégias de reprodução camponesa. In: WOORTMANN, E. F. (Org.) **Significados da terra**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004a. p. 151-172.

SPRANDEL, M. A. A terra é estrangeira, mas a da minha roça é igual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambú, **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1998.

TEIXEIRA, N. A.; BECKER, F. "Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS". **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, p.94-113, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100006#n1> . Acesso em: 11 maio 2009.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países em desenvolvimento. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p.146-171.

ULIN, P. R. *et al.* **Qualitative methods**: a field guide for applied research in sexual and reproductive health. North Carolina: Family Health International, 2003. p. 278.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai**: desafios e recomendações/UNICEF, TACRO. Curitiba: ITAIPU binacional, 2005. 144p.

UNITED NATIONS. **Methods of Measuring Internal Migration**. New Cork: United Nations, 1972. p.1-4. (Manual, 6)

UNITED NATIONS. World Population Prospects: The 2008 Revision. Database. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp/index.asp> Acesso em: 18 maio 2009.

TEIXEIRA, Duda. Onde é perigoso ser brasileiro **VEJA**, São Paulo, n. 2090, dez. 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/101208/p_106.shtml>. Acesso em 02 maio 2009.

VILLA, M.; MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional em América Latina y Caribe. In: SIMPÓSIO SOBRE MIGRACIONES INTERNACIONALES EN LAS AMÉRICAS, 1., 2000, Costa Rica. **Anais...** costa Rica: OIM/CEPAI-CELADE/FNUAP, 2000. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/popambiente_1/pag_49.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2007.

WAGNER, C. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1992.

ZAAR, M. H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 94, n. 88, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

ZLOTNIK, H. Empirical identification of international migration systems. In: KRITZ, M. *et al.* (ed.) **International migration systems, a global approach**. Oxford: Claredon, 1992. p.19-40.

9 ANEXOS

Anexo A

A 1 - Mundo: principais países de destino de migrantes internacionais, por estoque, distribuição relativa e distribuição acumulada, 1970 e 2000

1970					2000				
Classificação	Países ou regiões	Estoque de migrantes (milhões)	Distribuição relativa do estoque de migrantes no mundo	Distribuição acumulada	Classificação	Países ou regiões	Estoque de migrantes (milhões)	Distribuição relativa do estoque de migrantes no mundo	Distribuição acumulada
1	Estados Unidos	9,7	11,9	11,9	1	Estados Unidos	35,0	20,0	20,0
2	Índia	9,1	11,2	23,1	2	Rússia	13,3	7,6	27,6
3	França	5,2	6,4	29,5	3	Alemanha	7,3	4,2	31,8
4	Paquistão	5,1	6,3	35,8	4	Ucrânia	6,9	4,0	35,8
5	Canadá	3,3	4,0	39,8	5	França	6,3	3,6	39,4
6	Ex-URSS	3,1	3,8	43,6	6	Índia	6,3	3,6	43,0
7	Reino Unido	2,9	3,6	47,2	7	Canadá	5,8	3,3	46,3
8	Alemanha	2,6	3,2	50,4	8	Arábia Saudita	5,3	3,0	49,3
9	Austrália	2,5	3,0	53,4	9	Austrália	4,7	2,7	52,0
10	Argentina	2,3	2,8	56,2	10	Paquistão	4,2	2,4	54,4
11	Polônia	2,1	2,6	58,8	11	Reino Unido	4,0	2,3	56,7
12	China, Hong Kong	1,7	2,1	60,9	12	Cazaquistão	3,0	1,7	58,4
13	Rep. Dem. Do Congo	1,4	1,7	62,6	13	China, Hong Kong	2,7	1,5	59,9
14	Israel	1,4	1,7	64,3	14	Costa do Marfim	2,3	1,3	61,2
15	Brasil	1,3	1,6	65,9	15	Iran	2,3	1,3	62,5
16	Indonésia	1,2	1,4	67,3	16	Israel	2,3	1,3	63,8
17	Costa do Marfim	1,1	1,4	68,7	17	Polônia	2,1	1,2	65,0
18	Suíça	1,1	1,4	70,1	18	Jordânia	1,9	1,1	66,1
19	África do Sul	1,0	1,2	71,3	19	Emirados Árabes Unidos	1,9	1,1	67,2
20	Uganda	1,0	1,2	72,5	20	Suíça	1,8	1,0	68,2
21	Itália	0,9	1,1	73,6	21	Palestina	1,7	1,0	69,2
22	Palestina	0,9	1,1	74,7	22	Itália	1,6	0,9	70,1
23	Sri Lanka	0,8	1,0	75,7	23	Japão	1,6	0,9	71,0
					24	Holanda	1,6	0,9	71,9
					25	Turquia	1,5	0,9	72,8
					26	Argentina	1,4	0,8	73,6
					27	Malásia	1,4	0,8	74,4
					28	Uzbequistão	1,4	0,8	75,2
	Mundo	81,5	100,0			Mundo	174,9	100,0	

Fonte: International, 2005.

Anexo B

B 1 - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Inicialmente, gostaria de lhe assegurar que esta entrevista é completamente voluntária e confidencial. Você pode utilizar um apelido ou nome fictício. Caso você não se sinta à vontade para responder alguma pergunta, simplesmente me avise e seguimos para a próxima questão. Durante a entrevista será utilizado um gravador para que eu possa captar a resposta por inteiro, o que ficaria difícil, demorado e cansativo caso fosse anotar. Sinta-se à vontade para responder tudo que lhe for perguntado. Caso não entenda alguma pergunta, por favor, me avise, pois terei prazer em explicá-la melhor.

INFORMAÇÕES GERAIS

Antes de ligar o gravador, eu gostaria de colher, rapidamente, alguns dados pessoais:

Condição do domicílio.

Contando as crianças pequenas, os idosos e os empregados que vivem aqui, quantas pessoas moram neste domicílio?

Quantas famílias moram neste domicílio?

Em que dia, mês e ano você nasceu?

Quantos anos você tem?

Em que município e estado você nasceu?

Em que município e estado morava anteriormente?

Quando chegou ao Paraguai?

Quando chegou a este município?

Qual a sua nacionalidade?

Qual o seu estado civil?

Você vive atualmente com alguém?

Já freqüentou escola alguma vez? Qual a última série concluída?

Você trabalha atualmente? Se sim, qual a ocupação?

ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Agora vou ligar o gravador para que possamos conversar melhor, sem anotações.

Vamos começar nossa conversa falando sobre questões mais gerais. Gostaria que você me falasse um pouco sobre o seu dia-a-dia. O que você costuma fazer para ocupar seu tempo? (trabalho, estudo, lazer, acesso à serviços).

Checar se outras pessoas do domicílio vão ao Brasil.

1) Escola:

Transporte utilizado

Freqüência das idas

Casa de parente/ amigo

Se foi fácil ou difícil conseguir e porque (documentos necessários e endereço declarado).

2) Trabalho:

Há quanto tempo trabalha no Brasil

Como arranjou emprego

Porque trabalhar no Brasil

Transporte utilizado

Casa de parente/ amigo (se temporário, freqüência das idas).

3) Serviços de saúde:

Perguntar se já utilizou serviço de saúde no Brasil alguma vez

Em caso afirmativo, indagar porque escolheu o Brasil

Qual foi a primeira vez que utilizou serviço de saúde no Brasil

Se foi fácil ou difícil conseguir e porque (documentos necessários e endereço declarado)

Plano de saúde, particular ou sistema público

Onde costuma procurar atendimento

Transporte utilizado

Freqüência das idas ao Brasil por este motivo

Permanece no Brasil por mais de um dia e onde fica

Qual a última vez que utilizou serviço de saúde no Brasil

4) Serviços assistenciais:

Perguntar se recebe algum benefício no Brasil

Aposentadoria por idade/ tempo de contribuição

Aposentadoria por invalidez

Auxílio doença

Auxílio acidente

Seguro desemprego

Bolsa família

BPC

Em que município recebe esse benefício

Há quanto tempo recebe

Transporte utilizado

Freqüência das idas

Casa de parente/ amigo

Se foi fácil ou difícil conseguir e porque (documentos necessários e endereço declarado).

- 5) Gostaria de saber se você já ajudou ou gostaria de ajudar outras pessoas a conseguir documentos para utilizar algum serviço público ou de assistência no Brasil. Perguntar o motivo da resposta afirmativa ou negativa.
- 6) Normalmente não gostamos de falar sobre isso, mas preciso saber para o estudo qual é a sua renda mensal.
- 7) Gostaria de saber se tem mais alguém da sua família que vai ao Brasil por motivos de trabalho, estudo, lazer ou para buscar um outro tipo de serviço. Quem? Vizinho, amigo ou conhecido.
- 8) Para encerrar nossa conversa, gostaria de saber se existe alguma coisa sobre o que eu perguntei que você gostaria de mencionar agora. Alguma coisa que você esqueceu de mencionar e queira falar agora.
- 9) Agradecer a participação e comunicar que o gravador será desligado.

Anexo C

C 1 - Perfil sociodemográfico dos “brasiguaios” entrevistados em Ypehjú, Salto Del Guairá e Pedro Juan Caballero, 2008

(continua)

Apelido	Sexo	Número de moradores	Número de família	Município de nascimento	Idade	Município de nascimento	Município de residência atual	Município de residência anterior	Ano de chegada ao Paraguai	Ano de chegada ao município atual	Situação conjugal	Última série concluída	Ocupação
Rodrigo	Masculino	4	1	1986	22	Curuguaty (Canindeyú)	Ypehjú (Canindeyú)	Curuguaty (Canindeyú)	...	2006	União consensual	7ª série	locutor rádio e músico
Marilene	Feminino	4	2	1969	39	Paranhos (MS)	Ypehjú (Canindeyú)	Paranhos (MS)	1984	1984	União consensual	Nunca estudou	comerciante
Mirtes	Feminino	3	1	1954	54	Paranhos (MS)	Ypehjú (Canindeyú)	Paranhos (MS)	2008	2008	União consensual	5ª série	dona de casa
Márcia	Feminino	1	1	1970	37	Barracão (PR)	Ypehjú (Canindeyú)	Coronel Oviedo (Canindeyú)	1975	2000	União consensual	Nunca estudou	dona de casa
Ester	Feminino	6	1	1974	34	Paranhos (MS)	Ypehjú (Canindeyú)	Paranhos (MS)	2008	2008	União consensual	7ª série	dona de casa
Alzira	Feminino	4	2	1942	64	Santo Ângelo (RS)	Ypehjú (Canindeyú)	Paranhos (MS)	1985	1995	Víuvo	Nunca estudou	aposentada
Eulália	Feminino	6	1	1969	39	Carapó (MS)	Ypehjú (Canindeyú)	Carapó (MS)	2006	2006	União consensual	2ª série do 2º grau	dona de casa
Luisa	Feminino	3	1	1962	46	Goioerê (PR)	Ypehjú (Canindeyú)	Coronel Sapucaia (MS)	2003	2003	União consensual	3ª série do 1º grau	vendedora
Carmem	Feminino	3	1	1979	29	Ypehjú (Canindeyú)	Ypehjú (Canindeyú)	Ypehjú (Canindeyú)	União consensual	Nunca estudou	vendedora
Ângela	Feminino	4	1	1976	31	Sete Quedas (MS)	Ypehjú (Canindeyú)	Sete Quedas (MS)	1986	1986	União consensual	5ª série	dona de casa
Ronaldo	Masculino	2	1	1946	62	Paranhos (MS)	Ypehjú (Canindeyú)	Sete Quedas (MS)	1989	1989	União consensual	Nunca estudou	ambulante
Odete	Feminino	5	1	1970	38	Laranjeira do Sul (PR)	Ypehjú (Canindeyú)	Mamboré (PR)	1986	1986	União consensual	8ª série	dona de casa
Fátima	Feminino	6	2	1985	22	Colider (MS)	Salto del Guairá	Guairá	2006	2006	União consensual	2ª série do 2º grau	vendedora
Solange	Feminino	2	1	1957	41	Oswaldo Cruz (SP)	Salto del Guairá	Mundo Novo (MS)	1988	1988	Casado	5ª série	comerciante
Júlio	Feminino	1	1	1977	31	São João (PR)	Salto del Guairá	Katueté (Alto Paraná)	1992	2006	Solteiro	8ª série	vendedora
Carla	Feminino	3	1	1989	19	Guairá (PR)	Salto del Guairá	Guairá (PR)	2007	2007	Casado	7ª série	dona de casa

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de campo, 2008.

C 1 - Perfil sociodemográfico dos “brasiguaios” entrevistados em Ypehjú, Salto Del Guairá e Pedro Juan Caballero, 2008

(continua)

Apelido	Sexo	Número de moradores	Número de família	Município de nascimento	Idade	Município de nascimento	Município de residência atual	Município de residência anterior	Ano de chegada ao Paraguai	Ano de chegada ao município atual	Situação conjugal	Última série concluída	Ocupação
Danilo	Masculino	4	0	1973	35	Sete Lagoas (MG)	Salto del Guairá	Foz do Iguaçu (PR)	2007	2007	Separado	8ª série	auxiliar administrativo
Sandra	Feminino	1	1	1960	48	Colatina (ES)	Salto del Guairá	Giparaná (RO)	1978	1978	Solteiro	3ª série do 1º grau	salgadeira
Elizabete	Feminino	8	1	1972	36	Terra Roxa (PR)	Salto del Guairá	Sete Quedas (PR)	1982	1982	Casado	1ª série do 1º grau	venderdora
Célia	Feminino	8	1	1957	49	Realeza (PR)	Salto del Guairá	La Paloma (Alto Paraná)	1980	2006	Casado	5ª série	dona de casa
Alceu	Masculino	12	2	1954	54	Caratinga (MG)	Salto del Guairá	Terra Roxa (PR)	1977	1977	Casado	1ª série do 1º grau	bóia fria
Marlene	Feminino	6	2	1957	50	Nossa Senhora das Graças (PR)	Salto del Guairá	Maringá (PR)	1974	1974	Casado	3ª série do 1º grau	ambulante
Augusto	Masculino	4	1	1951	57	Fernandópolis (SP)	Salto del Guairá	Altônia (PR)	1969	1997	Casado	Nunca estudou	borracheiro
Júlio	Masculino	6	1	1958	50	Sananduva (RS)	Salto del Guairá	Caxias do Sul (RS)	1980	1980	Casado	3ª série do 2º grau	técnico eletrônica
Inês	Feminino	7	2	1976	32	Narivari (MS)	Salto del Guairá	Coronel Sapucaia (MS)	1991	1991	Casado	7ª série	comerciante
Sheila	Feminino	3	1	1973	35	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	1988	1988	Casado	3ª série do 2º grau	comerciante
Clarice	Feminino	4	2	1963	45	Dourados (MS)	Pedro Juan Caballero	Dourados (MS)	1999	1999	Solteiro	Nunca estudou	faxineira
Fernanda	Feminino	3	1	1989	19	Miranda (MS)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	2003	2003	Solteiro	3ª série do 2º grau	vendedora
José	Masculino	2	1	1983	25	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	1997	1997	Solteiro	6ª série	comerciante
Juliana	Feminino	8	1	1984	23	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Campo Grande (MS)	1997	1995	União consensual	5ª série	dona de casa
Eliseu	Masculino	3	1	1957	51	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	1996	1996	União consensual	6ª série	comerciante
Lucinda	Feminino	4	1	1975	33	Palmital (PR)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	2000	2000	Casado	8ª série	pintora
Joelma	Feminino	5	1	1949	59	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Amambaia (MS)	1974	1974	Viúvo	5ª série	diarista
João	Masculino	5	2	1961	47	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Campo Grande (MS)	2000	2000	União consensual	8ª série	seleiro

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de campo, 2008.

C 1 - Perfil sociodemográfico dos “brasiguaios” entrevistados em Ypehjú, Salto Del Guairá e Pedro Juan Caballero, 2008

(fim)

Apelido	Sexo	Número de moradores	Número de família	Município de nascimento	Idade	Município de nascimento	Município de residência atual	Município de residência anterior	Ano de chegada ao Paraguai	Ano de chegada ao município atual	Situação conjugal	Última série concluída	Ocupação
Francisco	Masculino	6	1	1945	63	Bela Vista (MS)	Pedro Juan Caballero	Campo Grande (MS)	2008	2008	Solteiro	8ª série	seleiro
Marina	Feminino	10	3	1990	18	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	1990	1990	Solteiro	2ª série do 2º grau	vendedora
Rose	Feminino	6	2	1960	48	Aquidauana (MS)	Pedro Juan Caballero	Campo Grande (MS)	2006	2006	Solteiro	8ª série	dona de casa
Ana	Feminino	5	1	1971	37	Arroio Iguaçu (PR)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	2005	2005	Casado	3ª série do 2º grau	dona de casa
Fernando	Masculino	4	1	1978	29	Ponta Porã (MS)	Pedro Juan Caballero	Ponta Porã (MS)	1978	1978	Solteiro	3ª série do 2º grau	funcionário público

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de campo, 2008.

